

RAÚL MANUEL BRAGA PIRES

INDIANOS SUNITAS EM MOÇAMBIQUE – 1974/2004



**DISSERTAÇÃO DE MESTRADO EM ESTUDOS ASIÁTICOS
FACULDADE DE LETRAS DA UNIVERSIDADE DO PORTO, 2008**

AGRADECIMENTOS

Os primeiros agradecimentos a todos os muçulmanos de Moçambique, que me receberam, que me instalaram nas suas casas (houve quem dormisse no chão para que eu pudesse ter uma cama), que me sentaram às suas mesas e que me permitiram comer do mesmo prato (literalmente). Espero estar à altura e que este trabalho contribua para um melhor e mais profundo entendimento sobre o Islão e as suas diversas realidades.

Um forte abraço ao Prof. Maciel Santos, pelas ideias, pela partilha, pela amizade e pela confiança depositada no presente e no futuro.

Ao Miguel e ao Frederico, meus filhos, como prova de que a realidade não é um instantâneo como o comando da televisão e que os resultados só se vêem após anos de insistente trabalho, paciência e perseverança.

INDICE

INTRODUÇÃO	6
PARTE I	
AS GRANDES LINHAS DA EVOLUÇÃO POLÍTICO-RELIGIOSA DO ISLÃO EM MOÇAMBIQUE	
CAPÍTULO I	
O PANORAMA RELIGIOSO EM MOÇAMBIQUE	
1 – OS DADOS DO <i>CENCUS</i> DE 1997	10
2 – O ISLÃO SUNITA EM MOÇAMBIQUE	13
3 – AS COMUNIDADES ASIÁTICAS SUNITAS	16
CAPÍTULO II	
O ISLÃO E O PERÍODO COLONIAL RECENTE	19
CAPÍTULO III	
O ISLÃO NO PERÍODO MACHEL (1975/1986)	26
CAPÍTULO IV	
O ISLÃO NO PERÍODO CHISSANO (1986/2004)	
1 – PERÍODO DE 1986/1994	34
2 – PERÍODO DE 1994/2004	38
CONCLUSÃO	50
PARTE II	
PROBLEMÁTICAS DO <i>ISLÃO INDIANO</i> SUNITA EM MOÇAMBIQUE	
CAPÍTULO I	
DO PERÍODO TARDO-COLONIAL A SAMORA MACHEL (1960/1986)	

1 - INVASÃO WAHABITA?	53
2 - O ENCONTRO INTER-RELIGIOSO DE DEZEMBRO DE 1982	55
CAPÍTULO II	
DO <i>LIVRE MERCADO RELIGIOSO</i> À DEMOCRATIZAÇÃO DO ESTADO	58
CONCLUSÃO	63
ANEXOS	65

INTRODUÇÃO

O presente projecto pretende no longo prazo debater e desenvolver a problemática islâmica em Espaço Lusófono. A actual Tese a apresentar, também se encontra inserida num subprojecto mais ambicioso, que pretende dar enfoque à Comunidade de Muçulmanos Sunitas de origem asiática, de Moçambique e, desenvolvê-lo em 3 painéis. A saber:

- 1º Painel: A relação com o Poder Colonial Português (1920/75);
- 2º Painel: A relação com o Moçambique Independente (1975/92);
- 3º Painel: A relação com o Moçambique Democrático (1992/2004).

Nesta primeira fase, Mestrado, desenvolveremos especialmente a parte referente aos 2º e 3º painéis, guardando o 1º para a posterior fase de Doutoramento, o qual abarca a segunda metade do Século XIX e todo o Século XX, até 1975, ano da independência de Moçambique.

Nesse mesmo ano, Moçambique entra numa espiral soviética e, sobretudo para os muçulmanos, anti-religiosa. *Os Anos das Trevas*, conforme é descrito por todos os muçulmanos entrevistados, contemporâneos dessa experiência, são os tempos em que Samora Machel, Presidente de Moçambique, entra de botas calçadas na Mesquita Central da Ilha de Moçambique e em que às crianças muçulmanas na escola, lhes era solicitado que orassem a Deus por comida, como prova de que nada acontecia. De seguida era-lhes solicitado que orassem ao Camarada Presidente Machel e travessas de fruta e comida entravam pela sala de aula. São também os anos da Operação Produção, do Carapau e do Repolho e das Guias de Marcha, em que a Portagem da Matola encerrava todos os dias às 18.00h, fazendo de Maputo uma ilha de terra. Só lá se chegava de telefone.

No período Chissano, dois momentos. O do Moçambique país mais pobre do mundo e o da Assinatura dos Acordos de Paz em 1992, o qual abre caminho para a economia liberal, liberdade de associação política, culminando nas primeiras eleições livres, realizadas em 1994. Nestes tempos de liberdade, os muçulmanos tentam organizar-se, entram em acordos e desacordos, fazem *bluff*, contam espingardas na procura do Espaço Público. O PIMO¹, o chamado *Movimento Islâmico*, grupo de 20 deputados muçulmanos integrados na Bancada Parlamentar da FRELIMO, O Conselho

¹ Partido Independente de Moçambique, cujo “I”, em surdina, se diz significar “Islâmico”.

Islâmico, o Congresso Islâmico, a Comunidade Maometana e o Tabligh Jamaat², são parte de uma complexa dinâmica sunita, que se subdivide em negros, mulatos, surtis³, memons, kananias, barelvis, deobandis e damanias.

O presente trabalho pretende contribuir para o debate em torno da actual problemática islâmica, focalizando um contexto pós-colonial e de transição de regime, onde os diversos actores sociais, económicos, políticos e religiosos se movimentam na procura do Espaço Público. Apesar da pouca bibliografia existente sobre esta comunidade específica e especificamente sobre o período retratado, conseguimos articular trabalhos de Fernando Amaro Monteiro, que retratam o período tardo-colonial como forma de nos ambientar e de fazer perceber as mudanças existentes no pós-independência. Lorenzo Macagno, Eric Morier-Genoud e Liazzat Bonate, são investigadores que estudam o período mais recente, tendo sido recursos bibliográficos preciosos.

A Comunidade Asiática Sunita de Moçambique, minoritária em número, mas influente em termos económicos e financeiros, tem sido parte importante num país jovem, multi-étnico, multi-racial, multi-cultural e multi-religioso, que atravessa um processo de *Nation Building*. Das ambições políticas iniciais, ficaram as ambições, concentrando agora a sua intervenção pública/política, através da acção social num contexto também novo para Moçambique, o do surgimento de uma Sociedade Civil cada vez mais esclarecida, criativa, com acesso fácil ao exterior e empreendedora.

Quando nos referimos apenas a “Comunidade”, queremos identificar um grupo de pessoas que vive em conjunto e que tem objectivos comuns. Mas quando nos referimos a “Comunidades”, queremos identificar os vários subgrupos e interesses que existem dentro da grande “Comunidade”, que neste caso representa todos os muçulmanos de Moçambique.

² Literalmente, *Tabligh* significa *Propagar* e, *Jamaat*, *Grupo*. Trata-se de um movimento reformador do Islão, o qual pretende trazer a sua prática aos seus fundamentos, às suas origens, tendo como *farol-guia* para tal dois documentos, o Alcorão e os Hadithes. Estes últimos poderão ser traduzidos como *Os Ditos e os Feitos do Profeta*. “Divulgadores do Islão”, como gostam de ser identificados, têm na sua forma de abordagem a muçulmanos praticantes e não praticantes, um *modus operandi* semelhante ao das Testemunhas de Jeová e ao dos Mormons. Tributários do Movimento Deobandi, na Índia, têm a sua sede neste país na cidade de Nizamuddin. No Paquistão, a sede encontra-se na cidade de Raiwind.

³ Na explicação dos entrevistados, é assumido e simplificado de que se tratam de diferentes castas. Em rigor, a catalogação deriva da origem de cada uma das comunidades. Os Surtis são originários do Distrito de Surat, os Mehmans do Distrito de Kathiawar, os Kananias do Distrito de Baruch e os Damánias de Damão. Tudo no Estado do Gujarat, na Índia. Quanto a Deobandis e Bareilvis, são movimentos dentro da Escola Jurídica Hanífita.

É isso que pretendemos demonstrar, analisando o período que medeia os anos de 1975 e de 2004, correspondente ao período machelista e ao de Joaquim Chissano.

PARTE I

**AS GRANDES LINHAS DA EVOLUÇÃO POLÍTICO-RELIGIOSA DO ISLÃO EM
MOÇAMBIQUE**

CAPÍTULO I

O PANORAMA RELIGIOSO DE MOÇAMBIQUE

1. OS DADOS DO CENSUS DE 1997.

Dados relativos ao *census* organizado pelo Instituto Nacional de Estatísticas de Moçambique⁴, em 1997, revelam que o número total de muçulmanos moçambicanos equivale a apenas 17,8% dos cerca de 17.000.000 de residentes nados no país. Uma percentagem bastante baixa, relativamente ao constatado no terreno pela pesquisa que efectuamos, bem como pelo facto de as províncias mais habitadas serem Cabo Delgado, Nampula e Zambézia, sendo as duas primeiras quase que islamizadas na sua totalidade e, na última, não ser sequer contemplado qualquer valor percentual relativamente a estes, podendo também ser acrescentado o facto de o Niassa, outra província no norte, embora menos populosa, ser de maioria islâmica, por via da Tribo Yao.

Distribuição da população de 5 anos e mais a nível nacional por religião, 1997 (em %)

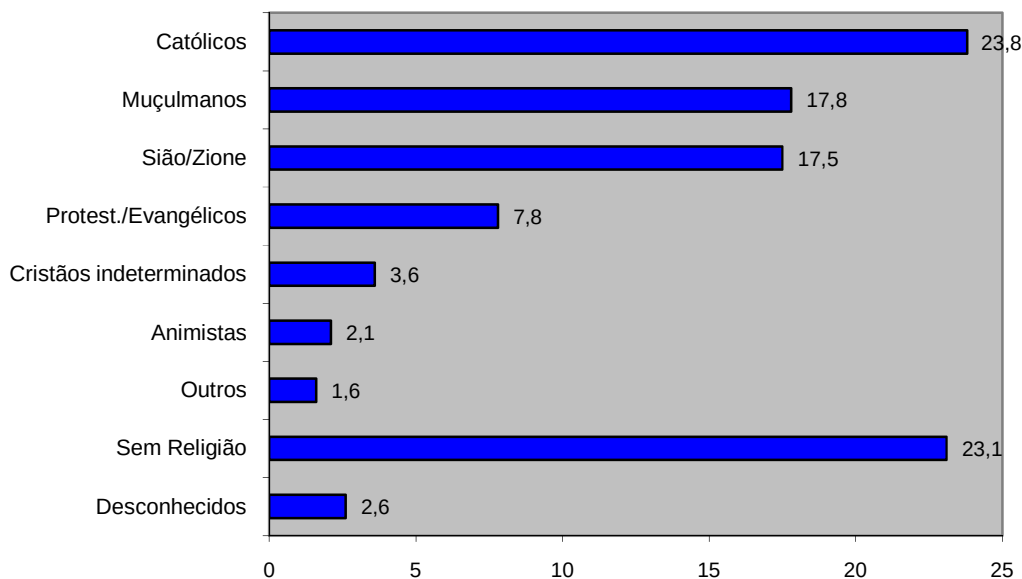


FIGURA 1

Esta falsidade nos dados revelados, não se prende com situações que à primeira vista poderão parecer óbvias, como a falta de meios logísticos, financeiros, ou outros. Técnicas de

⁴ II Recenseamento Geral da População e Habitação, 1997. Instituto Nacional de Estatísticas. Igualmente para as figuras 1 e 2.

contabilização dos tempos coloniais continuam a ser utilizadas, como por exemplo, se o cabeça de casal tem como nome próprio um nome cristão, apesar de ser muçulmano, este e toda a sua família são contabilizados como católicos. Por outro lado, há um claro interesse na elite política moçambicana em não chamar demasiado as atenções das endinheiradas monarquias do Golfo, respectivas ONG's e agências de desenvolvimento, para estas não terem razões em verem Moçambique como um campo fértil para os seus projectos junto das diversas comunidades islâmicas existentes no país.

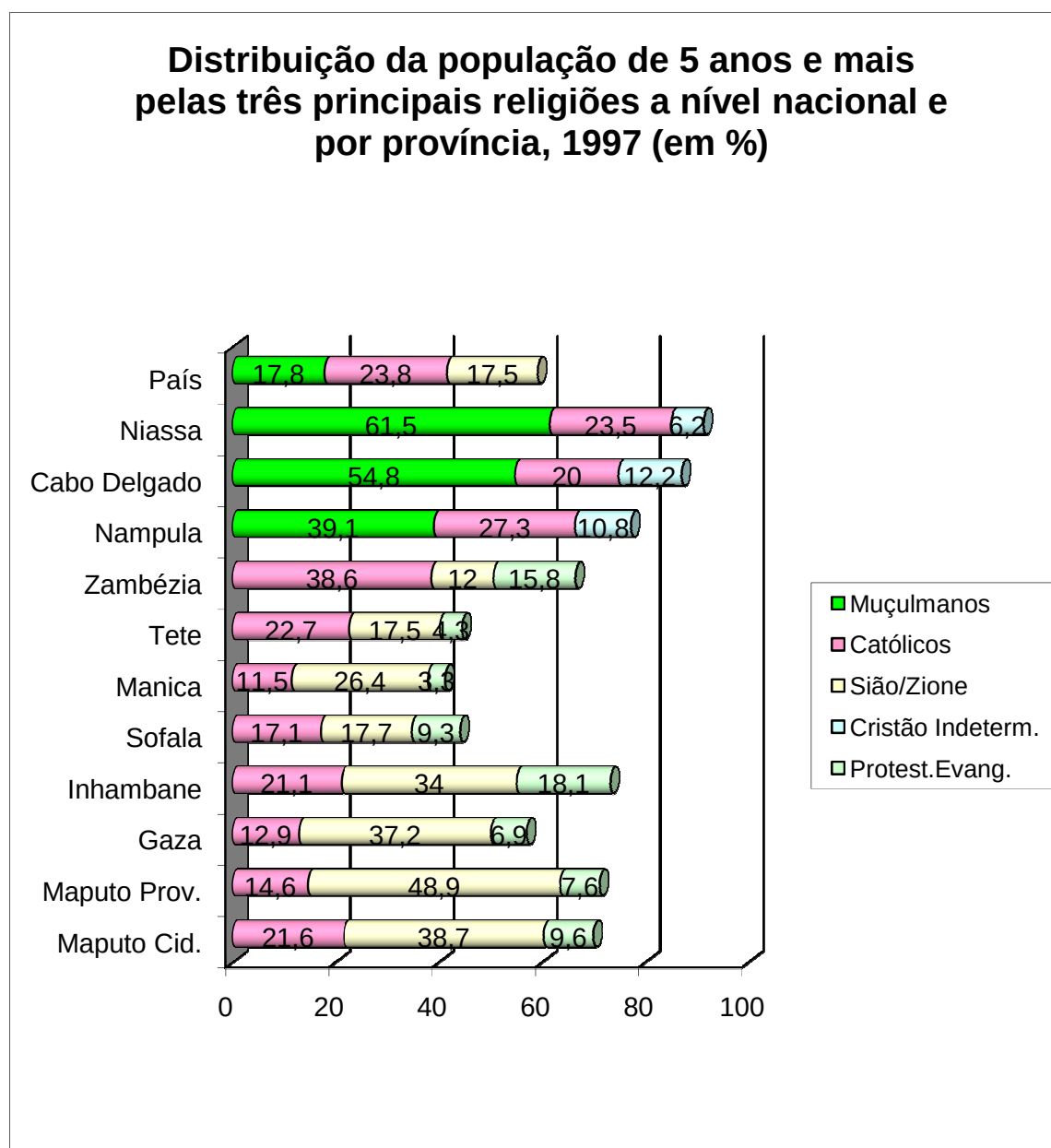


FIGURA 2

Em todo o caso e, na falta de dados mais fiáveis, mas baseando-nos no que foi observado no local e no que debatemos com moçambicanos das mais diversas áreas, será seguro afirmar que a percentagem de muçulmanos no território, será certamente acima da fasquia dos 30% relativamente à restante população. Aguardamos, no entanto, os resultados do III Recenseamento Geral da População e Habitação, iniciado no 4º trimestre de 2007.

2. O ISLÃO SUNITA EM MOÇAMBIQUE

As origens do Islão em Moçambique remontam aos séculos VII e VIII da Era Cristã. Fruto do comércio praticado por árabes vindos da região do Golfo Pérsico, bem como de outros comerciantes e pescadores vindos do sub-continente indiano, a actual Província de Sofala⁵ era o local mais a sul do Oceano Índico onde os muçulmanos tinham chegado e se tinham estabelecido exclusiva e estrategicamente na orla costeira com o objectivo de escoar os produtos que vinham do interior, nesta primeira fase. A costa moçambicana enquadrava-se, complementava, bem como dependia das rotas comerciais de Zanzibar e das Ilhas Comores.

Em termos religiosos, esta zona norte do actual Moçambique, estava dividida em duas grandes Irmandades-Mãe, a Confraria Kadiria (ou Cadria, Kadri ou mais correctamente Qâdiriyya), com cinco Confrarias locais saídas dela e, a Confraria Xadulia (Chadulia, Chaduly Liaxuruti ou simplesmente Liaxuruti ou Liaxeruti), com três Confrarias saídas dela. As primeiras têm uma remota origem iraquiana, as segundas uma origem omanita apesar do seu *Wali*⁶ ter nascido na Tunísia. Mas ambas chegaram a Moçambique suahilizadas, via Zanzibar e Comores.⁷

Uma terceira Confraria, a Rifa'iyya, menos organizada e possante, substitui mais tarde as estruturas dos antigos Sultanatos e Emiratos, nomeadamente o de Angoche.⁸

Estas 3 Confrarias, Kadiria, Xadulia e Rifa'iyya são soufís e pertencem à Escola Jurídica (ou Rito) Chafi'ita, fundada por Muhammad ben Idriss ax-Xafe'e, surgindo mais tarde a Escola Jurídica Hanifita, fundada pelo Persa Abu Hanifa, a qual penetrou em Moçambique com os muçulmanos provenientes do Paquistão e Índia sobre domínio inglês.⁹

⁵ Sofala, em Árabe significa "Terras Baixas".

⁶ Fundador da Confraria-Mãe, o Wali, do árabe Madhi, "O Iluminado", considerado possuir um poder sobrenatural, definido pelo seu "Baraka", Benção.

⁷ Medeiros, Eduardo; "Irmandades Muçulmanas do Norte de Moçambique (Ideologias e Religiões em Moçambique, I), pág. 61; Coleção "Textos de Apoio DCI", 25; Universidade Técnica de Lisboa, Instituto de Economia e Gestão, 1995/96.

⁸ Morier-Genoud, Eric; "L'islam au Mozambique après l'indépendance-Histoire d'une montée en puissance"; L'Afrique politique 2002, Islams d'Afrique: Entre le Local et le Global; Centre d'Étude d'Afrique Noire; Éditions Karthala.

⁹ Medeiros, Eduardo; op. cit. pág. 59.

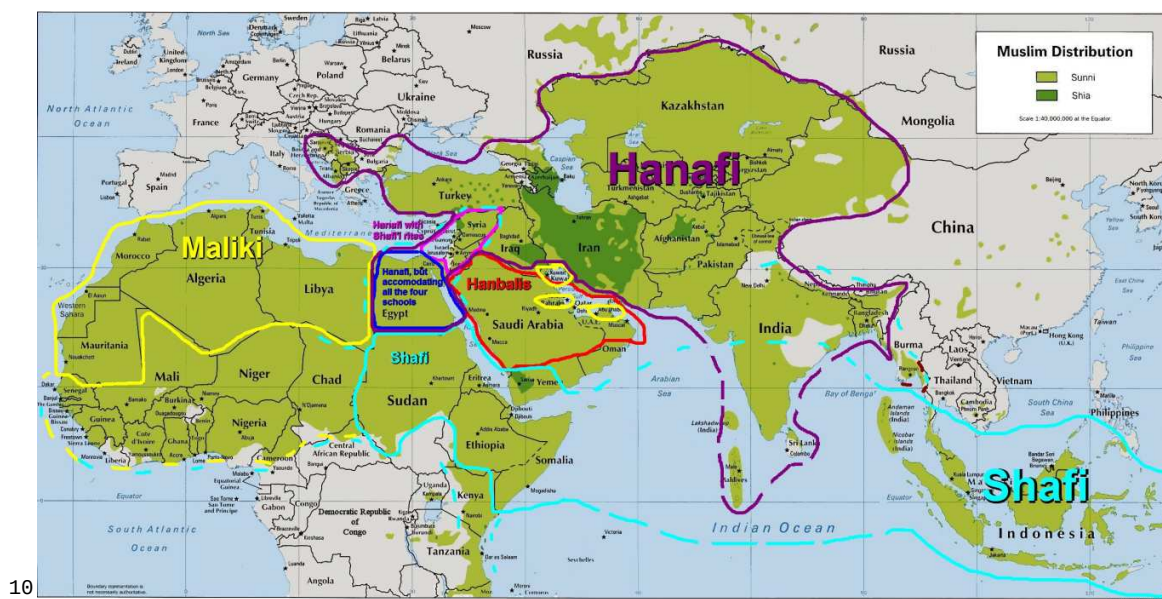


FIGURA 3

Durante os séculos seguintes vão surgindo ao longo da costa das actuais províncias de Cabo Delgado, Nampula, Zambézia e Sofala vários reinos afro-islâmicos, como são disso exemplo os Xeicados de Quitangonha, Sancul, Sangage, Tungue e o Sultanato de Angoche.¹¹ Após uma fase inicial de fixação costeira, a chegada dos portugueses e demais europeus altera substancialmente as relações comerciais e de poder nestas sociedades, transformando Zanzibar num pólo económico e político regional¹² a partir da segunda metade do século XIX, proporcionando um avanço dos muçulmanos para o interior do território, alargando a malha comercial e a rede de contactos existente, transportando consigo hábitos culturais e praticas religiosas. A partir de 1850 é notória uma islamização efectiva dos povos Macua e Yao, fazendo do vale do Rio Zambeze e das Terras Altas do Shire fronteiras religiosas. Os principais atractivos do Islão eram as oportunidades comerciais que oferecia e o prestígio associado à cultura, ao vestuário, às técnicas de construção e à literacia suahílis. Poderá também ter oferecido uma nova segurança às pessoas cujas vidas estavam constantemente em perigo, em virtude da escravatura, dos ataques angunes ou das incertezas da Disputa de África pelos Europeus, mas talvez o mais importante de todos fosse o facto de o Islão, com as suas instituições patrilineares e patriarcais, proporcionar oportunidades únicas de os homens

¹⁰ <http://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/f/f1/MuslimDistribution3b.JPG>

¹¹ Serra, Carlos; "História de Moçambique-Volume I"; Livraria Universitária, Maputo, 2000.

¹² Morier-Genoud, Eric; op. cit.

das sociedades matrilineares instituírem novos modelos de relações sociais e políticas.¹³

Até ao início do Século XX, a resistência dos *moçambicanos* fez os portugueses confinarem-se a apenas algumas feitorias na costa, especialmente no norte fortemente islamizado. Foi apenas nas duas primeiras décadas deste mesmo período que os portugueses, armados com moderno equipamento militar, fruto da militarização da zona durante a Grande Guerra de 1914/18, conseguiram aniquilar o Sultanato de Angoche. É precisamente este o princípio do fim da hegemonia militar e comercial dos muçulmanos no *país*, pois permite aos portugueses fixarem-se em segurança e definitivamente nesta região costeira estratégica e concentrarem-se no avanço até ao Niassa. Após a queda dos Macuas de Angoche e Nampula, seguir-se-iam os Yao, culminando esta batalha em 1916 com a derrota do Sultão M'taka, nas montanhas próximas do Lago Niassa. O norte do território estava conquistado.¹⁴

¹³ Newitt, Malyn; “História de Moçambique”, págs. 381/2; Biblioteca da História; Publicações Europa-América, 1997.

¹⁴ Ahmedali, S. A.; “Islam in Mozambique (East Africa)”, pág. 47; Islamic Literature, Vol. XV, 1969.

3. AS COMUNIDADES ASIÁTICAS SUNITAS



FIGURA 4

Monhês, indianos e asiáticos, sempre foram formas depreciativas que os portugueses tiveram para se referirem aos muçulmanos e hindus originários sobretudo do Estado do Gujarat na Índia Portuguesa e Britânica, os quais são retractados da seguinte forma num relatório da autoria de António Enes, em 1893:

“Nesta enumeração das causas de atraso de Moçambique não devo omitir uma que todos os comerciantes europeus assinalam como capital: a invasão, incessantemente renovada, da província pelos Asiáticos, densos e vorazes como os gafanhotos, - dizem eles, - e que nem servem, como esta praga, para adubar o solo que devastam.

Quase toda a costa oriental da África é, com efeito, campo de exploração de uma infinidade de Índios, maometanos ou gentios, ingleses ou portugueses, que o viajante começa a encontrar em

¹⁵ <http://www.mapsofindia.com/maps/gujarat/gujarat.htm>

*Aden, empilhados no convés dos paquetes entre pandeiros de cabos e capoeiras de criação, alimentando-se durante toda a viagem com um farnel de arroz cozido com drogas picantes. A companhia deles não é de certo agradável à vista nem ao olfato, a nossa civilização não consegue assimilá-los e nem sequer persuadi-los a vestirem calças, e quanto é formidável para a colonização europeia a sua concorrência, bem o indicam as nuas pernas felpudas, surdindo das amplas dobras de roupagem que algum dia foram brancas, que no litoral ou no sertão arrastam açodadamente chinelas de formas indefinidas nas passadas de todos os comércios, de todas as indústrias, de todos os misteres, e dizem que de todas as rapinagens mansas. Mas serão realmente essas chusmas de imigrantes tão daninhas como inculcam os interesses, que em Moçambique já têm pedido contra eles leis severas de exclusão e de expulsão?”*¹⁶

As comunidades asiáticas sunitas residentes em Moçambique, são fundamentalmente originárias da Província do Gujarat, na Índia. Entre estas destacam-se os Surtis, originários do Distrito de Surat, os Kananias, originários do Distrito de Bharuch e os Memons, habitualmente considerados como pertencentes a Kathiawar, a Península que se situa entre os Golfos de Kachchh e de Khambhat¹⁷ (Fig. 4). Entre os indianos moçambicanos, é usual referirem-se a este aspecto como sendo membros de castas diferentes, aliás, na correcta tradição indiana hindu. Mas neste caso, tratando-se de muçulmanos, tal designação é incorrecta, não apenas por se tratarem de diferentes origens geográficas, mas pela própria transversalidade ética e moral islâmicas, que não permitem qualquer tipo de diferenciação qualitativa do indivíduo, ao contrário do sistema de castas hindu.

A História dos Memons¹⁸, é provavelmente uma das mais bem documentadas dos povos islamizados no sudoeste asiático. Originariamente pertencentes à seita hindu dos Lohanas, os quais estavam confinados ao comércio, cerca de 700 famílias, num total de 6178 indivíduos, converteram-se ao Islão, sob os auspícios de Sayed Ameeruddin Nuzat, por volta do ano de 1422 da Era Cristã, num local chamado Nagar Thatta, na Província de Sindh, actual Paquistão. Expulsos pelas restantes famílias hindus aí

¹⁶ Enes, António; “Moçambique – Relatório apresentado ao govêrno”, pág. 51; Divisão de Publicações e Bibliotecas, Agência Geral das Colónias, Lisboa, 1946, 3ª Edição. Publicado pela primeira vez em 1893. Relativamente à questão colocada no final do parágrafo, Enes responde mais tarde, chegando à conclusão que os asiáticos são mais benéficos que prejudiciais, pois suportam bem o clima local, são pouco exigentes quanto à alimentação e alojamento, o que faz destes mão-de-obra muito barata, permitindo que entrem facilmente no mato, que negociem com o indígena e aí se estabeleçam, algo que se tornaria muito mais dispendioso caso fosse incumbência do branco, o qual segundo o próprio, passa mal não tendo sempre pão “abiscoitado” à refeição. Por outro lado, são pouco gastadores, o que os faz terem prósperos negócios em locais onde tal seria impossível para o colonizador, bem como pacíficos, obedientes, apolíticos e nunca mendigam. Ao longo dos vários relatórios dos governadores de Moçambique que foram consultados, o debate sobre uma hipotética expulsão dos asiáticos indianos (sobretudo muçulmanos) surge com muita frequência, quer ao longo dos últimos anos do século XIX, quer pelo menos, até ao final da II Guerra Mundial.

¹⁷ Estes locais, noutras publicações, também poderão ser denominados como Golfo de Kutch e Golfo de Cambay

¹⁸ Para uma apreciação mais detalhada, consultar <http://www.memon.com>

residentes, tornaram-se uma espécie de povo cigano, mudando-se para Okha Bundar, depois para Kutch, de onde partiram de novo para Kathiawar, local onde permaneceram tranquilamente um bom período de tempo. Os Memons não são uma Nação, quando muito consideram-se uma tribo, uma tribo nómada, a qual não tem território ao qual possa chamar seu, não demonstrando igualmente ambições a tal. Não têm rei, coroa, bandeira, hino, ou líder. Têm, no entanto, uma particularidade que muito apreciam e os distingue dos restantes muçulmanos indo-paquistaneses, a sua língua. O Memoni¹⁹, é um dialecto apenas falado, não escrito, que mistura o Sindhi com o Kutchi. Na brincadeira e em resposta a certas provocações sobre o seu dialecto, dizem tratar-se da Língua do *Jannat*²⁰, já que apenas é falada e não escrita.

Relativamente à distribuição geográfica destas comunidades em Moçambique, os memons concentram-se mais em Nampula, os surtis em Maputo e os kananias na Beira.

Do ponto de vista religioso, todas estas comunidades seguem a escola de pensamento islâmico hanifita, dividindo-se depois em diferentes movimentos dentro da mesma escola, como são os casos do movimento deobandi e do movimento barelvi. Os memons, seguidores em regra do movimento barelvi, são sufis que acreditam na onnipresença do Profeta Mohammad, celebram o seu aniversário, bem como acreditam que o mesmo é criado de energia luminosa, *Noor*, no original árabe.

Para os deobandis kananias e surtis, todos estes aspectos barelvis mais não são do que *Bidah*, inovações profundamente reprováveis e corruptoras da pureza religiosa. Também sufis, os deobandis preocupam-se muito mais em seguir o *Sunnat*²¹ do Profeta. Movimento de raiz iconoclasta, pois a sua origem prende-se exactamente com a tentativa de correcção sobre a corrupção que os ingleses estavam a provocar no Islão, em todo o sub-continente indiano, a partir da segunda metade do século XIX.

É precisamente inspirado neste Movimento, que surge um outro nos anos 20 do século XX, o *Tabligh Jamaat*, grupo de missionários islâmicos, que em Moçambique curiosamente congrega Memons, surtis, Kananias, negros e mulatos, sendo um dos muitos espaços onde são perceptíveis as rivalidades memon/surti e indianos/negros e mulatos.

¹⁹ Para mais detalhes sobre o Memoni, consultar <http://www.as-sidq.org/memoni/>

²⁰ “Paraíso” em árabe.

²¹ “Tradição” do Profeta em todos os aspectos da sua vida diária. A forma como vestia, como comia, como bebia, como dormia, como tomava banho, como fazia as chamadas “necessidade maiores e menores” no WC, etc.

CAPÍTULO II

O ISLÃO E O PERÍODO COLONIAL RECENTE

Após a conquista militar e comercial em 1920, surge como prioridade a conquista dos corações dos muçulmanos e, na certeza de que seria impossível fazê-los abandonar a sua prática cultural e religiosa de séculos, surge na década de 30 a “Política de Nacionalização do Islão Negro”.²² Esta ideia radica no facto de as autoridades portuguesas se terem apercebido das relações de hostilidade entre muçulmanos africanos e asiáticos (designados por indo-britânicos), materializada na separação dos cemitérios de ambas as comunidades. Pinto Corrêa, Administrador do Concelho de Porto Amélia (actual Pemba na Província de Cabo Delgado), promove reuniões com as autoridades indígenas e responsáveis muçulmanos, na tentativa de perceber qual a sensibilidade desta população para, fruto de quotizações regulares, construírem uma mesquita que seja ao mesmo tempo uma afirmação do *portuguesismo*.²³ Pretendia-se assim controlar essa grande força espiritual que o Islão representa, através da cópia do modelo francês em Marrocos e italiano no norte e nordeste africano²⁴, os quais pretendem através de uma política de enquadramento, respeitar, controlar e conter a acção e avanço dos muçulmanos. Nesse sentido, também são disponibilizados meios para a recuperação de mesquitas na região, como cal, reservatórios de água e transformação de mesquitas de madeira em edifícios duráveis, surgindo para tal o projecto para a constituição da Caixa Portuguesa Maometana²⁵, que recolheria impostos locais que patrocinariam estes fins. Por outro lado, o que se passa na realidade é uma falha de comunicação e de entendimento entre o poder central colonial, o poder local colonial e os crentes, pois se por um lado são publicados os Diplomas Legislativos nºs 167 e 168, autorizando a actividade das mesquitas, escolas e locais de ensino corânico, paradoxalmente o poder central toma medidas que visam substituir progressivamente o Islão por missões católicas e pela criação de escolas *modernas*. O poder local, por seu turno, revela reservas e hesitações na implementação das medidas emanadas de cima, suscitando

²² João, Benedito Brito; “Abdul Kamal e a História de Chiúre nos Séculos XIX e XX – Um Estudo sobre as Chefaturas Tradicionais, as Redes Islâmicas e a Colonização portuguesa”, pág. 62; Arquivo Histórico de Moçambique, Estudos 17; Maputo, 2000.

Macagno, Lorenzo; “Outros Muçulmanos – Islão e Narrativas Coloniais”, pág. 58; Imprensa de Ciências Sociais, Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa; Outubro de 2006.

²³ João, Benedito Brito; op. cit. pág. 63.

²⁴ Alpers, Edward A.; “Islam in the Service of Colonialism? Portuguese strategy during the Armed Liberation Struggle in Mozambique”. Lusotopie 1999, pág. 168. Consultado a 07 de Outubro de 2008 em <http://www.lusotopie.sciencespobordeaux.fr/alpers.rtf>

²⁵ Idem.

discussões e desentendimentos entre os funcionários administrativos. As relações passam a ser de permanente hostilidade entre todos os envolvidos, há ameaças de encerramento de mesquitas, madrassas, proibição do ensino corânico e a apreensão de 16 livros sobre o Islão, que pelo facto de estarem escritos em árabe e em ki-swahili, era motivo suficiente para se suspeitar que fossem subversivos, pois nenhum funcionário público português dominava estes idiomas e poderia tirar qualquer tipo de dúvidas através de tradução.²⁶ O fracasso da “Política de Nacionalização do Islão Negro”, levou à introdução massiva da religião cristã, única que oferecia garantias ao colonizador, através da assinatura da Concordata com o Vaticano, em 1940.²⁷

A Concordata vinculava e permitia à Igreja Católica ter o monopólio do ensino nas colónias portuguesas. A Lei Colonial de Salazar manteve a separação formal da Igreja e do Estado, mas conferiu à Igreja o reconhecimento especial como “instrumento de civilização e influência nacional”²⁸ e canalizou o auxílio estatal para as missões dado o seu trabalho instrutivo. O ensino missionário foi então regulamentado pelo *Acordo Missionário*²⁹ anexado à Concordata em 1940 e pelo *Estatuto Missionário* de Abril de 1941. Daqui até à guerra da independência verificou-se uma estreita cooperação entre a instituição católica e o regime e o catolicismo tornou-se, na verdade, a religião oficial do Estado, recebendo subsídios e muitos outros privilégios, incluindo o fornecimento de mão-de-obra *chibalo*³⁰ para a construção da Catedral de Lourenço Marques.

Apesar de todas estas medidas, a verdade é que o Islão se foi instalando e enraizando cada vez mais em território moçambicano, não apenas fruto de uma resistência estóica, mas também das próprias vicissitudes do dia-a-dia. Se o engrandecimento político e comercial de Zanzibar permite uma difusão rápida do sufismo em termos regionais, já a I Grande Guerra fomenta uma grande concentração na mesma região de um grande número de soldados muçulmanos do Império Britânico. Por outro lado, já após a assinatura da Concordata, num ambiente de missionação plena, a construção do caminho-de-ferro de Nampula emprega maioritariamente indianos muçulmanos, permitindo a sua

²⁶ João, Benedito Brito; op. cit. págs. 64 a 68.

²⁷ Carvalho, José; “A Concordata e o Acordo Missionário de Salazar”, Págs. 131 a 143; Via Occidentalis Editora, Março de 2008.

²⁸ Newitt, Malyn; op. cit. pág. 414.

²⁹ Carvalho, José; op. cit. págs. 145 a 152.

³⁰ Mão-de-obra forçada às ordens do Governo.

penetração e o estabelecimento de comerciantes asiáticos num interior cada vez mais profundo.³¹

A 25 de Setembro de 1964, pelas 00.00h, são disparadas duas rajadas de metralhadora pelo general Alberto Chipande em direcção ao Posto Administrativo do Chai, na Província de Cabo Delgado. Este acontecimento fica registado na História de Moçambique como o primeiro ataque organizado da FRELIMO contra o colonizador português, o dia do início da Luta Armada.³²

A partir do ano de 1965³³, os Serviços de Centralização e Coordenação de Informações (SCCI) da PIDE *moçambicana*, iniciam uma vasta pesquisa que visa os mecanismos de comunicação das comunidades islâmicas de Moçambique.³⁴ Duas linhas de força são identificadas na articulação a centros de difusão ou decisão islâmica no exterior. Do Distrito da Zambézia para sul, via Lourenço Marques/Durban/Karachi, imperavam os ritos chafita (na maioria entre nativos) e hanifita (na maioria entre asiáticos e mestiçados). Dos restantes Distritos (Cabo Delgado, Niassa e Moçambique), os muçulmanos sunitas estavam sob comandamento de dignitários negros, que declaravam filiar-se na escola chafita e que comunicavam via Ilha de Moçambique/Comores/Arábia Saudita.³⁵ Isto a partir de 1963, com a queda do Sultanato de Zanzibar, momento em que a fidelidade religiosa é transferida para o Imamato das Comores.³⁶

Fruto destas constatações e dos conhecimentos pessoais, personalizados e factuais que a pesquisa no terreno permite, o Gabinete Provincial de Acção Psicológica, chefiado por Fernando Amaro Monteiro, afecto ao SCCI, inicia um esquema de acção

³¹ Morier-Genoud, Eric; op. cit.

³² Alberto Chipande carrega nos seus ombros de herói nacional, o peso de quem disparou o primeiro tiro contra o colonizador português. Recentemente o General José Moiane, na reserva e também ex-governador das províncias de Manica e de Maputo, em entrevista ao Magazine Independente, acrescenta um pouco mais a este episódio, dizendo que esta primeira acção subversiva foi iniciada em quatro províncias em simultâneo, Cabo Delgado, Tete, Niassa e Zambézia. Como o Chai fica muito próximo da fronteira com a Tanzânia, Chipande foi o primeiro que conseguiu comunicar com a base da FRELIMO neste país, mais precisamente no Bagamoyo. António da Silva abriu fogo no posto administrativo de Tacuane, distrito de Lugela na Zambézia, Osvaldo Tazama abriu fogo em Metangula, no Niassa e em Tete só foi aberto fogo pelas 13h do dia 25, por Gouveia Lemos, ou Luís, não se sabendo ao certo o nome deste combatente. In Magazine Independente, 06 de Fevereiro de 2008, Ano I, nº 44, págs. 16 e 17.

³³ Massajo, Lorenzo; op. cit. pág. 94.

³⁴ Monteiro, Fernando Amaro. "As Comunidades Islâmicas de Moçambique. Mecanismos de Comunicação." Revista Africana, nº 4, Março de 1989, Págs. 65 a 89.

³⁵ Idem, págs. 82 e 83.

³⁶ Alpers, Edward A: op. cit. pág. 166.

Monteiro, Fernando Amaro. Entrevista dada em Janeiro de 2004 a <http://www.alem-mar.org/cgi-bin/quickregister/scripts/redirect.cgi?redirect=EEFZyZyFAAXovADxBp>. Consulta efectuada a 18 de Maio de 2008.

psicológica junto das comunidades muçulmanas, a partir dos anos de 1967/68. Em rigor, a pesquisa efectuada junto destas comunidades, era já integrante do referido esquema, que se desenrolaria em 3 fases, a partir da chamada “fase de detecção”, ou seja, a da pesquisa referida e previamente efectuada. As fases seguintes seriam a de “captação” (1968/72) e, a de “comprometimento e accionamento”, as quais deveriam surgir em simultâneo, para melhor garantir o sucesso da empreitada.³⁷

Prova da inovação proposta por este esquema de acção psicológica, foi o envolvimento directo do Governador Baltazar Rebello de Souza³⁸, que na noite de 17 de Dezembro de 1968 (26 de Ramadan de 1388 do calendário hegiriano), noite de *Laylat ul-Qadr*³⁹, irrompeu pelas casas, mesquitas e reuniões ao ar livre dos *moçambicanos* através do Rádio Clube de Moçambique, pronunciando a *Surat* de Abertura⁴⁰ do Alcorão e fechando depois com a saudação ritual a Mensagem com que, pela primeira vez na História do Ultramar Português, um governante assim se dirige formal e especificamente às comunidades islâmicas.⁴¹ Os muçulmanos, naturalmente irromperam em manifestações de alegria, quer nas suas casas, quer nas mesquitas.

A partir de então, sobrevem a aplicação de uma série de medidas, na maior parte “acções psicológicas de oportunidade”, todavia inseridas na pré-planeada “fase de captação”, segundo quatro determinantes:

1º - Mostrar que o Poder conhecia e respeitava o Islão, como religião revelada;

2º - Mostrar que o Poder queria comunicar-se e sabia como e junto de quem fazê-lo, momento a momento;

3º - Mostrar que o Poder queria reconhecer ao Islão moçambicano, no seu conjunto, a importância sócio-religiosa, cultural e política por ele detida, criando estruturas de consulta

³⁷ Monteiro, Fernando Amaro. “Moçambique 1964-1974: As Comunidades Islâmicas, o Poder e a Guerra.” Revista Africana, nº 5, Setembro de 1989, Págs. 84 e 88.

³⁸ Governador de Moçambique entre os anos de 1968 e 1970.

³⁹ A Noite do Poder, durante a qual Deus derrama as suas bênçãos sobre os crentes que atenderem as orações de *Tarawhi* e *Sabina* e outras facultativas que façam em congregação, ou individualmente. Em rigor, *Laylat ul-Qadr* poderá ser qualquer uma das últimas 10 noites do mês de Ramadão, mas os muçulmanos tendem a apostar esmagadoramente na 27ª noite, por ser a noite da primeira revelação feita pelo Arcanjo Gabriel ao Profeta.

⁴⁰ *Surat Al-Fâtiha*, a qual poderá ser comparada ao *Pai-nosso* para os católicos, em termos de importância e recorrência verborreica.

⁴¹ Monteiro, Fernando Amaro; op. cit., pág. 85.

Alpers, Edward A: op. cit. pág. 177.

permanente ou estimulando a ampliada revelação da/s que, por ventura espontânea/s, existisse/m já;

4º - No desenvolvimento do conteúdo da determinante anterior, explorar duas ideias-força associadas entre si: o Poder queria preservar a cultura dos muçulmanos/difundir a língua portuguesa. Com isso combateria no norte a importância veicular do swahili.

A “fase de comprometimento” visa dois níveis de objectivos:

1º - Identificar com a Administração Portuguesa e perante a subversão todos os principais dignitários islâmicos da Província;

2º - Radicar convenientemente nos demais a compreensão de que, se acaso emergindo do secundarismo e passando a primeiro nível, os esperava o forçoso objectivo anterior.

Por “accionar”, entendia-se envolver activamente as populações islamizadas na contra-subversão:

1º - Através de posições verbais ou escritas dos seus dirigentes face a eventuais diversificações político-religiosas da acção inimiga ou perante acções que, aparecendo de procedência indeterminada, quiçá até alegadamente favorável, pudessem de qualquer forma favorecer a progressão subversiva;

2º - Por meio de hostilidade declarada ao inimigo (actividades de contra-guerrilha: milícias muçulmanas autónomas; ou integradas, como conjuntos assumidamente confessionais, noutros corpos).⁴²

Portugal tentava aplicar em Moçambique a mesma estratégia aplicada na Guiné-Bissau, onde conseguiu alinhar forças muçulmanas conservadoras junto da elite Fula, contra o movimento de libertação.⁴³ No caso de Moçambique, aposta-se na tentativa de cooptar o *Islão negro*, chafita, do norte, contra a FRELIMO, por uma questão de ser numericamente muito superior ao *Islão asiático* hanifita e também por geograficamente fazer fronteira com a Tanzânia, *porto de abrigo frelimista* e de onde partiam as incursões contra o Poder Colonial. Apesar desta escolha, José Alberto Gomes de Melo Branquinho,⁴⁴ que na época desempenhava a função de Administrador da Circunscrição na Província de Nampula, inicia em 1965 um estudo sobre a hierarquia islâmica

⁴² Monteiro, Fernando Amaro; op. cit., págs. 86 a 89.

⁴³ Alpers, Edward A; op. cit. pág. 171.

⁴⁴ Idem, págs. 174 e 177.

primeiro em Cabo Delgado e que depois se alastra aos restantes distritos de Moçambique, terminando em 1969, conclui que a fraqueza do Islão reside na falta de homogeneidade, nas divisões internas e na fragilidade das suas organizações, observando que o Islão por aqui (entenda-se norte do território) se trata mais de uma *corrente*, que de uma *força*. No entanto, reforça a ideia de se tratar tarefa difícil a promoção da integração do povo islamizado de Moçambique, na grande nação portuguesa, sugerindo que se constitua uma escola corânica única em todo o território e que se traduza o Alcorão para português, numa preocupação de defesa da língua portuguesa.

Por razões que ainda estão por definir, a FRELIMO durante a luta de libertação nunca demonstrou interesse em desenvolver acções que cativassem e mobilizassem os muçulmanos para a guerra, construindo assim uma base de apoio islâmico. O socialismo do partido poderá explicar esta opção, mas Morier-Genoud sustenta que a elite muçulmana era minoritária no seio da Frente de Libertação, bem como no seio da sua própria comunidade. Por outro lado, a hierarquia militar da FRELIMO no norte era principalmente de etnia Maconde, um povo não islamizado e fortemente cristianizado durante os anos 60, reforçando assim a hegemonia cristã no seio do partido e a sua ignorância das realidades muçulmanas. Uma outra pista explicativa, poderá ter a ver com as relações e pressões internacionais no seio do partido.⁴⁵

Em Alpers⁴⁶ apenas se encontra uma contabilização das referências efectuadas pela FRELIMO ao Islão, ou aos muçulmanos, que se resumem a uma em 1965 a propósito das comemorações dos 25 anos do Acordo Missionário e no ano seguinte, no segundo aniversário do início da luta armada, Eduardo Mondlane promove num discurso a necessidade de união entre os moçambicanos, apesar das diferenças étnicas e religiosas. Após do assassinato de Mondlane, a 03 de Fevereiro de 1969 e a subida ao poder de Samora Machel, em Maio de 1970, pouco espaço passou a haver para considerações religiosas ou étnicas, sendo a disciplina e o rigor da ideologia socialista a dominar o sentido do discurso interno.

Para Amaro Monteiro, as razões apresentadas para esta falta de empatia natural e de comunicação, devem-se tanto à natureza do Islão, como na falha de uma leitura *frelimista* a longo prazo. No caso das populações islamizadas, cabe lembrar que as mesmas integravam e, continuam a integrar, de qualquer forma o mundo

⁴⁵ Morier-Genoud, Eric; op. cit.

⁴⁶ Alpers, Edward A: op. cit. pág. 178.

dos crentes (*dar al-Islam*), o espaço de ressonância da *Ummat al-Nabi* (a Comunidade do Profeta): espiritualista e, logo, pelo menos retráctil diante do recorte ideológico da FRELIMO; em princípio receptiva ao apelo de um poder tutelar que, identificado com a cristandade, lhe manifestasse público respeito e enfatizasse o *direito de cidade* para esses crentes da periferia sociocultural.⁴⁷ Perante este facto o comportamento dos muçulmanos de Moçambique é de recuo, para aquilo a que Amaro Monteiro designa por *nacionalidade de recurso*.⁴⁸

As lideranças da FRELIMO, que durante todo o espaço de 1964 a 1975 não visaram os mecanismos de comunicação das populações islamizadas de Moçambique (nem de longe) com a mesma perícia usada sobre outros canais de accionamento humano, não terão entendido, em tempo oportuno, que a etapa histórica renovaria nos conflitos internacionais uma dimensão religiosa e esta última integraria também a sua *luta pela libertação*. Ou seja, o factor religioso, ali indissociável do psicológico (quanto mais não fosse *porque cultura*), careceria forçosamente de ser contemplado por uma estratégia realista.

O poder português abarcou, mais rápido do que a subversão *frelimista*, a importância do tratamento dos mecanismos de comunicação sócio religiosos.⁴⁹

⁴⁷ Monteiro, Fernando Amaro; op. cit., pág. 92

⁴⁸ Idem, Pág. 88. O mesmo recuo também acontece face aos portugueses e ao esquema de acção psicológica montado pelo SCCI, fundamentalmente pela pouca celeridade observada na “fase de captação”, 4 anos, a qual comprometeu o factor surpresa que seriam as fases simultâneas de “comprometimento e accionamento”. Perante a dúvida sobre a quem aderir, os muçulmanos muito pragmaticamente decidem ser muçulmanos.

⁴⁹ Ibidem, Págs. 95 e 96.

CAPÍTULO III

O ISLÃO NO PERÍODO MACHEL (1975/86)

Após a independência de Moçambique em 1975, a FRELIMO não adopta uma política anti-religiosa, nem particularmente anti-muçulmana⁵⁰, mas tenta circunscrever as actividades religiosas ao interior das mesquitas e das igrejas e ao domínio individual e privado. Em 1977, durante o III Congresso do partido (o primeiro após a independência), a FRELIMO adopta o Marxismo-Leninismo como ideologia oficial e decide-se à construção plena e efectiva de uma sociedade socialista em Moçambique. Adopta-se uma política anti-religiosa e são promovidos junto da população o marxismo e o ateísmo, em substituição da religião. Pode inclusivamente dizer-se que o Estado moçambicano deu a esta nova orientação uma *pretensão teológica*.⁵¹

No entanto, no terreno, a aplicação prática das directivas socialistas, esteve sempre sujeita a *nuances* regionais e humanas, que foram permitindo cada vez mais excepções à regra para as várias confissões religiosas, sobretudo após o início da guerra civil com a RENAMO. Exemplo disso é o registo de autorização para a realização de um congresso islâmico em Tete, em 1980, com a presença de delegados de todas as províncias e de mais de 140 representantes estrangeiros.⁵²

De 14 a 17 de Dezembro de 1982, a FRELIMO promove um encontro em Maputo entre as mais altas chefias do Estado e os representantes das várias organizações religiosas no país.

A publicação “Consolidemos aquilo que nos une”,⁵³ a qual reúne todos os discursos efectuados durante este encontro, trata-se de um documento fundamental para percebermos o *Nation Building Process* e o *processo frelimização*, pelo qual Moçambique passava por estes anos. O Presidente Samora Machel tanto no discurso de abertura, como de encerramento dos trabalhos, bem como nas intervenções intermédias que não se escusou a fazer sempre que achou necessário, demonstrou, como aliás seria de esperar, profundos conhecimentos sobre as diversas realidades moçambicanas, pautando o discurso num maniqueísmo de patriotas e

⁵⁰ O Presidente Samora Machel, aconselha inclusivamente os muçulmanos a organizarem-se, o que permite o surgimento do Centro Islâmico de Moçambique, mais tarde Conselho Islâmico de Moçambique, liderado na altura pelo Sheikh Abubacar Mangirah. Em contraponto a esta organização, surge o Congresso Islâmico de Moçambique.

⁵¹ Morier-Genoud, Eric; op. cit

⁵² Idem. Notícia no jornal Tempo, de 13 de Abril de 1980. Pensamos tratar-se da realização de um Ijtimah levado a cabo pelo Tabligh Jamaat.

⁵³ “Consolidemos aquilo que nos une.”; Colecção Unidade Nacional, nº 1; Edição 0386/INLD/83 – Instituto Nacional do Livro e do Disco, 1983.

anti-patriotas,⁵⁴ termos aliás utilizados amiúde, sempre em referência ao colonizador e mais recentemente à guerra civil que já se desenrolava contra a RENAMO, revelando e falando abertamente sobre todos os riscos que o país correria se determinados caminhos fossem os seguidos.

Em resumo, Machel desenvolve as seguintes *ideias-força*, sempre no registo da defesa do interesse nacional:

- a) faz aviso às igrejas para que não caiam no sectarismo e no proselitismo, permitindo-lhes a abertura de novos locais de culto, de acordo com o número de crentes no local onde for submetido o pedido;⁵⁵
- b) consciente das igrejas como difusoras de ideologia, preocupa-se na tentativa de ajustar as várias *ideologias* religiosas, à do Partido;⁵⁶
- c) a questão da língua, ou das várias línguas existentes no território, é identificado como sendo o principal problema do país;⁵⁷
- d) preocupação com a fuga de quadros, perante as ofertas de bolsas de estudo de países estrangeiros. Se as instituições religiosas recebem propostas, o Estado também as recebe e há que harmonizá-las, para melhor as controlar, dando preferência à hipótese da vinda de quadros do exterior, afim de evitar que aquando do regresso dos estudantes, estes sirvam de importadores de hábitos e costumes forasteiros, os quais poderão atentar contra a construção da *moçambicanidade*;⁵⁸
- e) rude ajuste de contas com a Igreja Católica e o seu colaboracionismo com o colonialismo;⁵⁹
- f) referência à RENAMO e nova acusação ao colaboracionismo prestado a estes pela Igreja Católica, negando o que se comentava em surdina, de que a presente reunião surgira como forma de recrutar novos apoios, perante os avanços dos *Bandos Armados*. Outro assunto comentado à *boca pequena* neste encontro, seria o precedente que esta aproximação às confissões religiosas poderia degenerar numa aproximação ao inimigo e com este promover a

⁵⁴ Idem, Pág. 98.

⁵⁵ Ibidem, Pág. 18 e 19.

⁵⁶ Ibidem, Pág. 32.

⁵⁷ Ibidem, Pág. 46.

⁵⁸ Ibidem, Págs. 45 e 46.

⁵⁹ Ibidem, Págs. 53 a 61.

reconciliação nacional, sendo dado a entender que seria a Igreja Católica que estaria por detrás deste rumor. É demonstrada, no entanto, uma total inflexibilidade ao diálogo;⁶⁰

- g) acusação feita à República da África do Sul de ser o *ponta-de-lança* do Imperialismo na região;⁶¹
- h) as nacionalizações, ponto focado por todas as confissões, são apresentadas como uma forma de libertação e como a maior conquista do Povo de Moçambique, apesar de reconhecer que houve erros e abusos em todo o processo. Também é feita a apologia das igrejas protestantes que em 1974 ofereceram à FRELIMO as escolas que tinham construído para servirem de alternativa ao ensino colonial, juntamente com os hospitais anexos às mesmas;⁶²
- i) anúncio que o Ministério da Justiça será a estrutura competente que fará a ponte entre o Estado e as confissões religiosas, aconselhando as mesmas a também se organizarem, para melhor se agilizar todo o processo;⁶³
- j) preocupação em conciliar o sentido e o sentimento de Pátria com o ensino ministrado pelas instituições religiosas, na construção do *Homem-Novo*.

Na intervenção dos muçulmanos,⁶⁴ Abubacar Mangirah⁶⁵, Presidente do Conselho Islâmico, refere-se ao Estado como “o nosso Governo” e à FRELIMO como “o nosso Partido”,⁶⁶ cita o Profeta dizendo que “amar a Pátria faz parte da crença”⁶⁷, queixa-se do facto de ao não serem reconhecidos pelas organizações internacionais não lhes permitir receber financiamentos indispensáveis para ajudarem à construção nacional e fazer face às calamidades que surjam, elencando também as seguintes dificuldades ao nível provincial:

⁶⁰ Ibidem, Págs. 61 a 65.

⁶¹ Ibidem, Pág. 92.

⁶² Ibidem, Pág. 97.

⁶³ Ibidem, Pág. 100.

⁶⁴ No documento em análise, Abubacar Mangirah, é apresentado como o primeiro palestrante muçulmano, sendo tal facto negado por Hassan Makda, em representação da Comunidade Maometana e futuro Presidente do Congresso Islâmico, o qual diz ter-se dirigido à assembleia em primeiro lugar, em entrevista concedida em Maputo a 21 de Junho de 2007.

⁶⁵ Na segunda parte deste trabalho, desenvolveremos as biografias das principais lideranças islâmicas em Moçambique.

⁶⁶ Ibidem, Pág. 26.

⁶⁷ Ibidem, Pág. 26.

- a) proibição do ensino da doutrina, assim como a prática do culto, nomeadamente em algumas localidades das províncias de Inhambane, Nampula, Niassa e Cabo Delgado;
- b) necessidade de envio ao estrangeiro de cidadãos muçulmanos para o ensino religioso, técnico e científico, utilizando bolsas de estudo oferecidas pelos países muçulmanos, nomeadamente Líbia, Iraque, Arábia Saudita e Egipto;
- c) necessidade de oficialização de dispensas aos muçulmanos nas duas festas anuais (EIDS);
- d) concessão de um terreno e autorização para a construção de um Seminário para a formação de Imams;
- e) autorização para a estada de Imams e Álimos remunerados pelas organizações religiosas internacionais, para trabalharem em Moçambique;
- f) gestão de mesquitas e madrassas. Com a nacionalização dos prédios de rendimento, as comunidades muçulmanas têm estado a enfrentar grandes dificuldades para garantir a sua manutenção;
- g) complexo Anuaril Isslamo. Necessidade de restituir as salas de aula existentes, ocupadas pelo Ministério da Educação e Cultura, aquando das nacionalizações;
- h) acordo estabelecido com a Liga Mundial Islâmica da Arábia Saudita, para a oficialização do Conselho Islâmico de Moçambique, aguarda sancionamento governamental;
- i) o Sector de Cultos⁶⁸ do Ministério da Justiça, é acusado de ser fomentador de divergências no seio muçulmano.⁶⁹

Outro interveniente, de outra delegação muçulmana, em representação da Comunidade Maometana, foi o jovem Hassan Makda, que assumia as funções de Coordenador da mesma com pouco mais de 30 anos (referiu que o Presidente Machel o passou a tratar como “o miúdo do Alto-Maé” a partir desse dia)⁷⁰. A sua intervenção é bastante emocional, devido a ter tido conhecimento da realização do evento na própria manhã do mesmo. As razões apontadas pelo próprio para tal, devem-se àquilo que podemos caracterizar como um crescendo das rivalidades entre sufis e wahabitas. Abubacar Mangirah, formado na Arábia Saudita, Presidente do Conselho

⁶⁸ Mais tarde viria a ser denominado Departamento de Assuntos Religiosos.

⁶⁹ Ibidem, Pág. 27.

⁷⁰ Entrevista concedida a 21 de Junho de 2007, precisamente no bairro do Alto-Maé, em Maputo, Moçambique.

Islâmico de Moçambique⁷¹, tinha-se assumido perante as autoridades como representante dos muçulmanos de Moçambique e não tinha convocado a Comunidade Maometana para a reunião preparatória que tinha havido com membros do Governo, 3 semanas antes. À chegada inesperada da delegação da Comunidade Maometana ao edifício do Conselho Municipal de Maputo, onde decorreu o encontro, a delegação do Conselho Islâmico ainda tentou convencer os primeiros a integrarem o seu grupo, mas recusaram de imediato, bem como Makda se recusou a sentar à mesma mesa que Mangirah, no segundo dia, aquando da realização da reunião do grupo de trabalho islâmico. O Ministro da Justiça Teodato Unguana presidia a este grupo de trabalho⁷² e ao insistir com Makda, este acede ao seu pedido.

Em nome da Comunidade Maometana, Hassan Makda apresenta um projecto de criação de uma organização federadora de todas as associações, confrarias e muçulmanos moçambicanos, com representação nacional e reconhecimento internacional. Este também é o projecto de Abubacar Mangirah⁷³ e do Conselho Islâmico de Moçambique, a que preside, tendo feito acusações de racismo exercido por parte dos asiáticos *maometanos* a negros e a mulatos e do controlo que exercem sobre os imams nas várias mesquitas.

Sem dúvida que toda a sociedade colonial, ou pós-colonial, é sempre uma espécie de *hierarquia de frustrações*, tendo sido constatado no terreno que, por exemplo, não existe nenhuma família negra que tenha um empregado doméstico⁷⁴ asiático, mas todas as famílias asiáticas têm sempre empregados domésticos negros e mulatos, nunca tendo também empregados asiáticos nestas funções. Com certeza que à época deste encontro também assim seria, bem como em épocas anteriores. Para além das diferenças em algumas práticas culturais entre sufis e wahabitas, bem como entre negros/mulatos e asiáticos, um dos motivos principais para toda esta animosidade prende-se com uma questão de propriedade. “Ainda no tempo colonial, um muçulmano, de nacionalidade sul-africana, pertencente à família Miya, comprou o terreno, onde hoje está localizada a Mesquita Anuaril. O espaço pertencia a dona Inês Albasine. Talvez por falta de confiança, este

⁷¹ Que conforme o próprio Mangirah refere na sua intervenção no Plenário, ainda aguardava sancionamento por parte do Governo.

⁷² Outro indicador da importância deste grupo religioso, bem como o facto de ser a maior delegação entre as demais e de ocupar a maior sala do edifício.

⁷³ Apesar de também ser de origem asiática, Mangirah lidera um movimento reformista que pretende libertar a prática islâmica de todas as inovações que o sincretismo cultural e religioso foi introduzindo ao longo dos anos na *praxis* cultural dos muçulmanos, maioritariamente de *tariqas* sufis. Por outro lado, também demonstra esclarecimento político, ao querer seguir a vaga libertadora conduzida pela FRELIMO, integrando negros e mulatos, formando-os, dando-lhes a oportunidade de estes também questionarem hábitos e práticas antigas.

⁷⁴ Empregada/o de limpeza, ama, jardineiro, motorista, etc.

muçulmano, depois de adquirir o espaço e construído a primeira mesquita, que mais tarde viria a ser sucessivamente aumentado pelos Maulanas⁷⁵ Cássimo Tayob e Abubacar Ismael Mangirah, confiou a mesquita à Comunidade Maometana. Tempos mais tarde, nos anos 70, a direcção da Associação “Anjumane”⁷⁶ encetou negociações com a Câmara Municipal de Maputo, para a devolução da mesquita. Só que, com a independência e com a política de nacionalizações, o presidente Samora Machel, aconselhou o Maulana Abubacar Mangirah a registar a mesquita em nome do Centro Islâmico, facto que evitou a nacionalização do edifício.”⁷⁷ Isto significava colocar o edifício em seu nome pessoal, já que o Centro Islâmico ainda não tinha sido reconhecido oficialmente e por isso o espaço não foi nacionalizado. Este complexo, que inclui Mesquita, salas de aula e um enorme terreno murado em volta, arrendado para estacionamento a empresas de camionagem, ainda hoje é fruto de disputa legal entre a Comunidade Maometana, através da família Dullá e o Conselho Islâmico de Moçambique, através da sua associada Associação de Socorros Mútuos Anuaril Isslamo.

Hassan Makda conclui o seu projecto de organização federadora, constituindo o Congresso Islâmico de Moçambique, que passa a rivalizar na procura de financiamentos e de reconhecimento exterior, com o Conselho Islâmico de Moçambique de Abubacar Mangirah⁷⁸.

Segue-se uma competição nacional entre as duas organizações, sendo o Conselho o que recolhe as preferências do Governo, mas é o Congresso o que recolhe mais apoios ao nível popular, com a adesão em massa das confrarias sufis do norte, uma maioria nacional considerável, deixando para o Conselho os restantes, na maioria mesquitas que aderem ao projecto reformista liderado por Mangirah. Outro nível competitivo, passa pelos reconhecimentos e afiliações internacionais. O Conselho, como surgiu primeiro e tinha o apoio governamental, em 1983 já tinha contactos com a *Rabitat*, a Liga Mundial Islâmica e também já tinha assinado um acordo de cooperação com a *Jamaat Daawa*, Apelo Islâmico, da Líbia. Em 1984 o Congresso apressa-se a afiliar-se na *World Federation of Islamic Missions* e no *World Muslim Congress*, ambas organizações paquistanesas.⁷⁹

⁷⁵ Maulana, ou Moulana, trata-se de uma título como o de Sheikh, sendo de tradição asiática e dito em urdu e significando literalmente “Meu Senhor”.

⁷⁶ Associação de Socorros Mútuos, que entretanto fora criada sob a égide da Mesquita Anuaril.

⁷⁷ Jornal “A Mensagem”, 09 de Novembro de 2007, pág 2, Edição 79, Ano II. O referido Centro Islâmico, viria mais tarde a dar lugar ao Conselho Islâmico de Moçambique.

⁷⁸ Vulgarizou-se, sobretudo junto dos não muçulmanos, de forma irónica, a caracterização de ambas as alas em “Grupo dos Mangirás” e “Grupo dos Makdás”.

⁷⁹ Morier-Genoud, Eric; “L’islam au Mozambique après l’indépendance-Histoire d’une montée en puissance”.

Este encontro inter-religioso oficializa para os muçulmanos de Moçambique a ruptura entre sufis e wahabitas, bem como entre negros/mulatos e *indianos* e, entre os próprios *indianos*, já que Comunidade Maometana e o Congresso são constituídos exclusivamente por *indianos* memons e o Conselho por *indianos* surtis e por uma minoria de mestiços, isto ao nível das lideranças, claro.⁸⁰

Outra consequência desta ruptura, é o reavivar de uma outra questão que já dividia há largos anos estas comunidades, mas que a partir deste momento passa a ter uma exposição pública muito maior, proporcionando um clima de conflito por vezes eminente. A “Questão das Luas”. Sendo o calendário islâmico lunar, Mangirah decide optar por seguir a *lua saudita*, enquanto que os asiáticos ligados à Comunidade Maometana, o que significa também dizer, à Mesquita Central de Maputo⁸¹, optam por se pautarem pela lua regional, também utilizada pelos asiáticos sunitas na vizinha República da África do Sul, aos quais estão fortemente ligados por laços familiares e de negócios e também pelas confrarias sufis do norte. Este pequeno detalhe que à primeira vista parece inocente, tem provocado um forte mal estar junto destas comunidades, pois não permite que as mesmas iniciem o Ramadão no mesmo dia, não lhes permitindo também festejarem o final do mesmo em conjunto. Mais do que a comunidade, são as famílias que se encontram divididas.

Segundo Morier-Genoud, a oportunidade deste encontro justifica-se pelo facto de a partir do início dos anos 80, após a guerra da Rodésia, a África do Sul ter iniciado em Moçambique uma política de desestabilização económica e social. A guerra estava a desenvolver-se e a economia a entrar em colapso. A FRELIMO teria que evitar alimentar a guerra do ponto de vista social e precaver-se de o mundo ocidental (para o qual já se virava) negar o seu apoio financeiro sob o pretexto da falta de liberdade religiosa no país. Para além do dinheiro, também estava interessada no reconhecimento político dos países ocidentais e das conservadoras monarquias islâmicas.⁸²

⁸⁰ Baessa Pinto, Maria João Paiva Ruas; “O islamismo em Moçambique no contexto da liberalização política e económica (anos 90): A Província de Nampula como estudo de caso.” págs. 119 e 120. Dissertação de Mestrado, Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa, Lisboa, 2002.

⁸¹ Para além da Mesquita Central de Maputo, centenária e à época uma das poucas na cidade, a Comunidade Maometana também é responsável por 2 cemitérios e pelo edifício da Escola Maometana.

⁸² Morier-Genoud, Eric; “The Politics of Church and Religion in the First Multiparty Elections in Mozambique”; Internet Journal of African Studies nº 1, págs. 3 e 4; April 1996. <http://www.bradford.ac.uk/research/ijas/ijasnol.htm>

Hassan Makda reforça o contexto da Guerra-Fria, referindo o isolamento internacional a que Moçambique estava sujeito pela própria situação geográfica. Todos os Estados com os quais tem fronteira, eram à época pró-ocidentais, não dando muita margem de manobra à União Soviética. Por outro lado, também acha que serviu para aproximar personalidades influentes da sociedade moçambicana, o que pretendia criar um clima de governação mais consensual.

CAPÍTULO IV

O ISLÃO NO PERÍODO CHISSANO (1986/2004)

1. PERÍODO DE 1986/1994

Após a morte do Presidente Samora Machel, em 1986, toma posse Joaquim Chissano como seu sucessor. Tendo terminado o período da sua presidência em Dezembro de 2004, para a História fica com o cognome do “Sr. Deixa-Andar”.

Morier-Genoud⁸³ sintetiza muito bem este período no que toca à interacção entre o Estado e o Religioso. A competitividade religiosa em Moçambique, até ao ano de 1920⁸⁴, decorria de uma forma normal, com o Islão a expandir-se do litoral para o interior e as igrejas protestantes a fazerem o mesmo, só que em sentido inverso, das fronteiras interiores em direcção ao litoral. O *mercado religioso* era fértil, pois havia um vasto potencial populacional a converter. Em 1940, Portugal oficializa com o Vaticano o apoio que já vinha dando ao trabalho que a Igreja Católica desenvolvia no território, ao assinar a Concordata. O *mercado religioso* ficava assim totalmente regulamentado e orientado num certo sentido.

Após a independência de Moçambique, em 1975, o mesmo *mercado* continuou regulamentado, pois estanque e fechado e, o projecto de construção da nova sociedade visa o secularismo e a laicização progressiva da mesma, o que é confirmado durante o III Congresso da FRELIMO, em 1977, optando-se pelo marxismo-leninismo como ideologia de Estado. Para muitos autores o encontro inter-religioso de Dezembro de 1982, trata-se de um momento de mudança na política religiosa do Estado. Sem dúvida que alguns missionários estrangeiros foram autorizados a regressar, algumas igrejas e mesquitas autorizadas a reabrir as portas e o Estado colocou de parte a sua ofensiva anti-religiosa. No entanto, a FRELIMO não desistiu do secularismo, do controlo religioso e da aplicação de restrições. Muito pelo contrário, pois proibiu a criação de novas Igrejas e munuiu-se de mais meios para exercer o controlo, ao criar o Departamento de Assuntos Religiosos (DAR), sob a égide do Ministério da Justiça, com extensões ao nível provincial e distrital. O *mercado* continuou regulamentado e mais controlado que nunca.

⁸³ Morier-Genoud, Eric; “The 1996 «Muslim Holidays» Affair: Religious Competition and State Mediation in Contemporary Mozambique.”: Journal of Southern African Studies, Vol. 26, nº 3, Págs. 423 e 424; September 2000.

⁸⁴ Ano em que Portugal assume controlo da totalidade do território moçambicano e inicia a imposição do seu próprio regime religioso.

Um ano após ter tomado posse, o Presidente Joaquim Chissano decide efectuar uma visita oficial ao Vaticano, em 1987. O objectivo era o de ganhar a simpatia de João Paulo II, face às investidas da RENAMO, tendo convidado o Papa a visitar Moçambique. Para o convencer, a FRELIMO iniciou em 1988 um processo de devolução de propriedade religiosa nacionalizada em 1976. Do mesmo modo e no mesmo ano, permitiu a construção de um Centro Islâmico em Marraquene, tendo convidado os embaixadores do Egipto, da Líbia, da Nigéria e da Palestina, para a colocação da primeira pedra.

Para Morier-Genoud, o momento chave é a realização do V Congresso da FRELIMO, em 1989, altura em que o regime religioso de força capitula perante as exigências de muitos países, nomeadamente ocidentais. Após o Congresso, a FRELIMO abandona o projecto de uma lei religiosa, que já vinha debatendo desde 1988 com as várias confissões e que continuaria com o secularismo, o controlo e as restrições. Em 1990 decreta que as organizações religiosas podem envolver-se em projectos de educação e, em 1991, em projectos de saúde.⁸⁵ Embora sem legislação para o efeito, a verdade é que o Estado durante este mesmo período iniciou o registo, tendo também autorizado todo o tipo de instituições religiosas a entrar e trabalhar em Moçambique. A FRELIMO estabeleceu assim um *livre mercado religioso* em Moçambique. Sem personalidade jurídica, as organizações religiosas apenas necessitavam de se registarem no DAR, tendo a partir daí toda a liberdade para *proselitarem*, trabalharem em projectos educativos, de saúde e higiene públicas, de ajuda humanitária e de desenvolvimento. Ao serem apenas levantadas as restrições existentes, o país encontrou-se numa situação de inexistência de qualquer tipo de legislação que regulamentasse o novo fenómeno de expansão e competitividade religiosa pelo qual passava, o que teve 3 consequências imediatas. Em primeiro lugar, na falta de personalidade jurídica as organizações religiosas tiveram problemas em lidar de forma independente com organismos governamentais e com empresas privadas, criando a necessidade de o fazerem através do DAR, que se tornou uma instituição tutelar. Em segundo lugar, a ausência de direitos legais levou a um tratamento desigual entre organizações, algumas ganhando isenções e privilégios, enquanto que outras não, dependendo todas de favores que conseguiam, ou não, cortejar nos círculos do poder. Finalmente, em terceiro, com a expansão religiosa e o proselitismo sem regulamentação, certos governantes e altos funcionários públicos poderiam favorecer certas organizações, mas não detinham as respectivas ferramentas para a prevenção de conflitos.

⁸⁵ Desde 1978 que “actividades religiosas” e a circulação de “religiosos”, estavam proibidas nas imediações de instituições sociais como escolas e hospitais.

Todo este ambiente de facilitismo e de aproximação entre políticos e religiosos, resultou naturalmente no envolvimento de organizações religiosas na política e no envolvimento dos partidos políticos na disputa pelos votos de determinadas fés. Um caso já clássico no espaço lusófono da década de 90, é a brasileira Igreja Universal do Reino de Deus (IURD) e respectivas ambições políticas. A IURD entrou em Moçambique através de uma aliança que estabeleceu com a FRELIMO, apoiando o partido nas eleições legislativas e presidenciais de 1994 e em troca o mesmo alugou-lhes um andar inteiro no seu edifício sede, bem como cinemas, que entretanto começaram a ser utilizados como templos e, em 1998 concede-lhes licença para o primeiro canal de televisão religioso do país. Por outro lado, é também em 1994 que Moçambique se torna membro de pleno direito da Organização da Conferência Islâmica (OCI), ao mesmo tempo que o partido negocia apoios com a comunidade islâmica em vésperas de eleições, sendo a consagração dos Eids como feriados nacionais, a moeda de troca, como veremos mais adiante.

Por outro lado, já em 1992 o Presidente Joaquim Chissano se havia tornado adepto da seita de meditação transcendental "Maharishi Mahesh Yogi", tendo um ano depois o Governo assinado um contrato com esta organização religiosa, concedendo-lhe o direito sobre dois terços do território (terra e população), cerca de 20.000.000 de hectares, para a construção do "paraíso na terra"! Este contrato foi cancelado, mas o Presidente Chissano ainda assim introduziu cursos de meditação transcendental nas forças policiais, no exército e junto dos ministros. Embora Moçambique se mantenha um Estado secular, a verdade é que dava a ideia de se poder tornar confessional a qualquer momento, sendo este facto, segundo Yaqub Sibindy⁸⁶, o que mobilizou as elites muçulmanas de Maputo a projectarem a criação de um partido político, havendo também uma crença generalizada de que a RENAMO, partido de centro-direita, com fortes ligações à Igreja Católica, sairia vencedora nas eleições de 1994, o que significaria mais cedo ou mais tarde a declaração do catolicismo como a religião oficial de Estado, à imagem dos *bons velhos tempos* coloniais.

Para Sibindy, o que verdadeiramente aconteceu a partir da tomada de posse de Joaquim Chissano como Presidente, foi aquilo a que o líder do PIMO caracteriza como "capitalização da FRELIMO", ou seja, o partido necessitava de dinheiro e vai fazendo acordos com os vários sectores da sociedade moçambicana nesse sentido. Relativamente aos muçulmanos, aproxima-se naturalmente da classe

⁸⁶ Fundador e líder do Partido Independente de Moçambique (PIMO), entrevista concedida a 12 de Fevereiro de 2008, Vila das Mangas, Maputo, Moçambique.

empresarial asiática com quem redefine a sua relação, bastante abalada pelo episódio Gulam Nabi⁸⁷ em 1984, construindo e desenvolvendo cumplicidades, permitindo também uma maior margem de acção para os negócios desta comunidade. Não nos podemos esquecer também que Chissano sobe ao Poder em 1986 e de que a guerra civil apenas termina em 1992, sendo 6 anos em que a rede de contactos de negócios, amizades e familiares da comunidade asiática é importante para o aprovisionamento das tropas no terreno, quer para a FRELIMO, quer para a RENAMO, não havendo escolha para estes comerciantes, pois quem não estava de um lado da barricada, teria que estar obrigatoriamente do outro, não havendo lugar a neutralidades.

Após a larga temporada que passamos no terreno a observar e a tentar compreender o fenómeno religioso em Moçambique, também gostaríamos de contribuir para o presente debate com um dado que pensamos ter também sido um dos pensamentos e preocupações do Presidente Chissano no momento das suas decisões, nomeadamente a partir do V Congresso da FRELIMO em 1989. As Igrejas, as congregações religiosas, as organizações religiosas, as ONG's de cariz e conotações religiosas e demais nomes que se lhes queiram dar, são instrumentos fundamentais para a reorganização e reestruturação dos tecidos sociais, nomeadamente de sociedades ainda em conflito, ou que tenham acabado de sair deste, fazendo-o também a custo zero para o Estado que os acolhe. Sob esta perspectiva, a "capitalização da FRELIMO" a que Yaqub Sibindy se refere, poderá também ser considerada como uma estratégia economicista de reestruturação de uma sociedade complexa, multi-racial, multi-religiosa, multi-étnica e da respectiva manutenção da ordem pública a custo zero. Capitaliza-se o partido, sem por outro lado se descapitalizar o Estado. Para além do mais, 1989 é um ano chave nas Relações Internacionais, não nos podendo alhear do contexto histórico global que envolve as relações de poder em Moçambique. Se a paz apenas é assinada em 1992, é desde 1990 que o país é possuidor de uma nova Constituição, a qual apenas é revista em 2004, o que significa que a paz não surge de um dia para o outro, vinha sendo negociada há já algum tempo e que é, naturalmente, moldada pela história e pela conjuntura global de

⁸⁷ Em 1984 Gulam Nabi, empresário muçulmano sunita de origem asiática, é condenado à morte acusado de venda ilegal de camarão à República da África do Sul. A acusação é verdadeira, mas também é verdade que Nabi não estava sozinho neste negócio, tendo como parceiros altas figuras do Estado que o abandonaram quando este mais precisava de apoio. O Regime decide fazer de Nabi um caso exemplar aos olhos da nação. Tanto assim, que "reza" a história que o pelotão de fuzilamento falhou o primeiro tiro, tendo sido o comandante destes a disparar uma arma à queima-roupa na cabeça do condenado. Apesar deste acontecimento já ser posterior à realização do encontro inter-religioso de 1982, que enquadrava as relações entre o Estado e as confissões religiosas, prova a inflexibilidade do regime perante certos comportamentos, independentemente do credo, raça, ou condição social do indivíduo. As relações entre FRELIMO e asiáticos mantiveram-se tensas.

um momento histórico para vencidos e vencedores, o final da Guerra-Fria.

2. PERÍODO DE 1994/2004

Como vimos anteriormente, no início dos anos 90, Moçambique, Estado laico, dá sinais de estar prestes a tornar-se num Estado confessional e, é também consensual na opinião pública que a realizarem-se eleições, estas serão ganhas pela RENAMO, partido de centro-direita, defensor da liberdade religiosa, muito próximo da Igreja Católica, defensor da restituição da propriedade aos colonos portugueses, ou do pagamento de indemnizações pecuniárias, caso estes não quisessem regressar. Todos os ingredientes para fazer a desconfiada comunidade islâmica de Moçambique, desconfiar ainda mais. Na longa entrevista dada por Yaqub Sibindy, sintetiza o móbil que leva à criação do partido que lidera, da seguinte forma: "O PIMO surge concretamente para tentar manter a laicidade (do Estado) e para evitar que os partidos políticos fossem objecto de manipulação de uma determinada religião." Tipicamente islâmico este sentimento tutelar e fiscalizador da coisa pública, Sibindy acrescenta também que os receios por parte da comunidade a que pertence eram mais canalizados para o facto de "se aparece mais um Estado declaradamente católico (com a RENAMO no Poder), então a conversão compulsiva ao cristianismo poderia ser uma das regras", desvalorizando ao mesmo tempo uma hipotética ameaça católica, centrando-se numa ameaça "do sistema colonial que acabou aliando-se a uma religião oficial em detrimento dos outros." Hoje, tudo isto, dito desta forma, poderá parecer-nos altamente estranho, bizarro até (conversão compulsiva!), mas não nos devemos esquecer que estes homens e estas mulheres foram obrigados a acreditar em coisas que nunca viram durante cerca de 15 anos, que os campos de reeducação também existiram em Moçambique e, no caso mais específico das comunidades islâmicas, onde a tradição oral é uma espécie de *fonte de direito primária*, não é difícil fazer vingar boatos e/ou ideias com maior ou menor virtude. Em 1989 O Muro cai e em 1991 a *mãe-pátria* soviética é desmantelada. Naturalmente que estes factos terão provocado uma grande confusão, uma grande dúvida e uma grande incerteza quanto ao futuro, junto dos moçambicanos. Certamente uma coisa todos perceberam, que a mudança iria trazer a desregulamentação do sistema em que viviam, dando lugar a um capitalismo sem tutela, o qual inevitavelmente conduziria a um neocolonialismo⁸⁸.

⁸⁸ Como acontece, aliás, com os Boers sul-africanos que dominam economicamente zonas fronteiriças como são o caso da Ponta do Ouro, a sul de Maputo e outras mais a norte no litoral, como são disso exemplo o Bilene e o Tofo. Em todas estas regiões mencionadas a moeda que vigora é o Rand, a língua é o inglês, as construções são

Pensamos ser esta a verdadeira dimensão do que Sibindy nos quis transmitir e não um cenário em que terá chegado a ser possível um regresso dos portugueses com a Bíblia numa mão e o crucifixo noutra.

Após a assinatura do Acordo Geral de Paz entre FRELIMO e RENAMO, em 1992, os votos dos muçulmanos começaram a ser cobiçados principalmente pela FRELIMO. Sabendo da dimensão e do potencial desta comunidade, o partido no poder concebe a ideia de que Maulana Abubacar Mangirah, Maulana Nazir Loonat⁸⁹ e Sheikh Aminudinne Mohammad⁹⁰, três respeitados clérigos do Maputo, detinham o poder que um pastor detém sobre todo o rebanho que o conhece bem. Não era verdade. Sem dúvida que estes homens eram líderes, sem dúvida que eram conhecidos, mas apenas pelas elites, ao sul do Rio Save por quase toda a gente, mas cada vez mais para norte onde o número de muçulmanos é em crescendo, não, fazendo dos próprios ilustres desconhecidos junto das massas. Ao aperceberem-se desta ilusão por parte da FRELIMO, jogaram na desinformação e fizeram o papel de líderes, assustando as estruturas do poder quanto ao número de votos que poderiam capitalizar, caso formassem um partido político. Estas negociações decorreram sobretudo durante o ano de 1993, ano aliás da constituição do próprio PIMO⁹¹, sendo este um período de indecisão entre a elite asiática sobre que rumo dar à sua própria *camada*⁹². Apostar no projecto PIMO, ou deixar-se seduzir pelas investidas *frelimistas*. Na opinião de Sibindy, tudo se altera quando a empresa brasileira de sondagens eleitorais “Vox Populi” entra no terreno ao serviço do partido no Poder. Para começar, cria uma *almofada* de segurança virtual, uma espécie de Plano B, caso os muçulmanos não aceitassem a proposta que iriam fazer de seguida, ou seja, segundo as sondagens o futuro Parlamento seria dividido entre FRELIMO e RENAMO. Esta empresa projecta informaticamente uma terceira bancada de 9 assentos, para acomodar hipotéticos muçulmanos eleitos pelo PIMO, ou outra formação partidária. Esta bancada virá a ser ocupada mais tarde pela União Democrática, um grupo de parlamentares independentes, pois a *camada asiática* aceita a proposta da FRELIMO em cooptar alguns dos seus líderes mais carismáticos, integrando-os nas listas do partido. Assim se constitui o grupo dos 20 deputados

tipicamente sul-africanas e construídas onde os proprietários decidem, sem o cumprimento dos planos directores municipais e sem sanções.

⁸⁹ Filho de Yaqub Loonat, militante da FRELIMO e quem terá feito a ponte entre o partido e a comunidade asiática sunita a partir do início da década de 70 até à actualidade.

⁹⁰ Cunhado de Maulana Abubacar Mangirah (a sua irmã era esposa de Mangirah), de quem “herda” a presidência do Conselho Islâmico de Moçambique após a sua morte em 2000.

⁹¹ A 09 de Abril de 1993 dá entrada na 1ª Conservatória dos Registos Centrais de Maputo o processo para a constituição do Partido Independente de Moçambique, tendo sido passada Certidão a 12 do mesmo mês. O partido passa a ter registo oficial a partir de 23 de Março de 1994.

⁹² A “camada asiática” é uma expressão muito utilizada pelos próprios em Moçambique.

muçulmanos da FRELIMO, que também se autodenominaram de “Movimento Islâmico”. Segundo o nosso interlocutor, o acordo estabelecido entre anfitriões e convidados seria o comprometimento por parte dos segundos em desmantelarem o PIMO e dos primeiros em consagrarem os dias de Eid’ul Fitr⁹³ e de Eid’ul Adha⁹⁴, como feriados nacionais.

RESULTADOS ELEITORAIS⁹⁵

27-29 Outubro 1994 Eleição Presidencial

Candidato	Número de Votos	Percentagem de Votos
Joaquim Chissano (FRELIMO)	2,633,740	53.30%
Afonso Dhlakama (RENAMO)	1,666,965	33.73%
Wehla Ripua (PADEMO)	141,905	2.87%
Carlos Reis (UNAMO)	120,708	2.44%
Máximo Dias (MONAMO-PMDS)	115,442	2.34%
Campira Momboya (PACODE)	58,848	1.19%
Yaqub Sibindy (PIMO)	51,070	1.03%
Domingos Arouca (FUMO-PCD)	37,767	0.76%
Carlos Jaque (Independente)	34,588	0.70%
Casimiro Nhamitambo (SOL)	32,036	0.65%
Mário Machel (Independente)	24,238	0.49%
Padimbe Kamati (PPPM)	24,208	0.49%

27-29 Outubro 1994 Eleição Assembleia da Republica

Partido/Coligação	Number of Votes	% of Votes	Number of Seats (250)
Frente de Libertação de Moçambique (FRELIMO)	2,115,793	44.33%	129
Resistencia Nacional Moçambicana (RENAMO)	1,803,506	37.78%	112
União Democrática [UD]	245,793	5.15%	09
Aliança Patriótica [AP]	93,031	1.95%	-
Partido Social Liberal (SOL)	79,622	1.67%	-
Frente Unida de Moçambique-Partido da Convergência Democrática (FUMO-PCD)	66,527	1.39%	-
Partido da Convenção Nacional (PCN)	60,635	1.27%	-
Partido Independente de Moçambique (PIMO)	58,590	1.23%	-
Partido do Congresso Democrático (PACODE)	52,446	1.10%	-
Partido do Povo e do Progresso Moçambicano (PPPM)	50,793	1.06%	-
Partido da Renovação Democrática (PRD)	48,030	1.01%	-
Partido Democrático de Moçambique (PADEMO)	36,689	0.77%	-
União Nacional Moçambicana (UNAMO)	34,809	0.73%	-
Partido Trabalhista (PT)	26,961	0.56%	-

Do “Grupo dos 20”, a destacar 3 elementos, Maulana Nazir Loonat, Amade Camal e José Ibrahim Abudo. Este último um recurso eleitoral precioso já que se trata de um destacado magistrado

⁹³ “Eid” traduzido literalmente do árabe significa “Festa”, neste caso a Festa do final do Ramadão.

⁹⁴ Festa do final da Peregrinação a Meca. Este dia também poderá ser designado por “Kurbani”, “Sacrifício”, ou “Dia do Sacrifício do Carneiro”.

⁹⁵ <http://africanelections.tripod.com/mz.html>

macúia natural de Angoche, Província de Nampula, falante de e-koti, a língua local e que veio a ser Ministro da Justiça durante os 10 anos seguintes, o único deste grupo a fazer uma segunda legislatura. Nazir Loonat e Amade Camal, de uma forma muito resumida, reflectem dentro do grupo parlamentar as rivalidades asiáticos *versus* negros/mulatos da comunidade e de um outro espaço que partilham em comum, a Mesquita Mohammad, mais conhecida como Mesquita da Polana (Figura 5).



FIGURA 5

Camal é o vice-presidente da direcção da Mesquita e Loonat o Imam principal desta. Das várias versões sobre o que se passou na realidade entre ambos, todas remetem para o momento da reinauguração da Mesquita, a 18 de Julho de 1999. O edifício vinha ao longo dos anos a receber ampliações atrás de ampliações, sempre em jeito de improvisado, o que provocava um constante recurso a reparações, também estas de improvisado, sobretudo na época das chuvas. Chegou-se a um consenso sobre a necessidade de obras de fundo, tendo sido as mesmas de tal envergadura, que na verdade o sentimento era o de se estar a

inaugurar um novo local de culto, só que no mesmo sítio. Tanto assim foi que a cerimónia de reinauguração foi programada ser feita ao mais alto nível, algo que incomodou profundamente Nazir Loonat. Foi-lhe dito que o mesmo exigia uma cerimónia simples, sem a presença de fotógrafos, jornalistas e sobretudo sem a presença do Presidente Chissano. Também nos foi dito que a direcção da Mesquita Mohammad acedeu às suas solicitações, mas aquando do momento da verdade, todos mencionados anteriormente estavam presentes, tendo o Presidente descerrado uma lápide no início da cerimónia.



FIGURA 6

Loonat rompe com Camal e envereda por um projecto de construção de uma nova Mesquita⁹⁶ em plena Av^a Eduardo Mondlane (Figura 6), a cerca de 1.000 metros da anterior (Figura 5), financiada por dinheiros sul-africanos, o que o torna num defensor do modelo organizacional da comunidade islâmica sul-africana⁹⁷, emergindo

⁹⁶ Mesquita Taqwa. “Temor” em português.

⁹⁷ Especificamente as comunidades indo-paquistanesas das regiões do Natal e do Rand, já que a comunidade islâmica no Cabo, apesar de também ser de origem asiática, mas esta malaia.

assim como uma terceira via face à tradicional dicotomia Conselho Islâmico/Congresso Islâmico.



FIGURA 7⁹⁸

A 04 de Março de 1996, é aprovado na generalidade a proposta dos feriados muçulmanos⁹⁹ com 141 votos a favor, 93 abstenções e 5 votos contra. A bancada da FRELIMO votou a favor em bloco, enquanto a maioria dos deputados da RENAMO se absteve e 5 deputados da União Eleitoral votaram contra. Toda a comunidade islâmica se regozijou¹⁰⁰ com o facto, por sentir que justiça finalmente tinha sido feita entre os seus, mas é precisamente a partir deste momento que as vozes dissonantes se começam a ouvir de uma forma mais clara. As discordâncias e a discussão giraram em torno da produtividade do Estado¹⁰¹, da laicidade do mesmo¹⁰², da discriminação que se estava a fazer perante as restantes confissões religiosas e das consequências que isso poderia ter

⁹⁸ Mesquita Taqwa sita na Av^a Eduardo Mondlane e Mesquita da Polana sita na Rua da Alegria.

⁹⁹ Jornal "Notícias", 1^a página, 05 de Março de 1996. Edição n.º 23 426.

¹⁰⁰ Idem, Pág. 3.

¹⁰¹ Ibidem, Pág. 5, 29 de Fevereiro de 1996. Edição n.º 23 423.

¹⁰² Ibidem, Págs. 3 e 5, 06 de Março de 1996. Edição n.º 23 427.

no futuro¹⁰³ e, de uma questão burocrática¹⁰⁴ e outra política. A questão burocrática prende-se com a natureza do calendário islâmico que é lunar. No caso de Eid'ul Fitr, final do Ramadão, só se sabe se este terminará no dia seguinte após a visualização da lua na noite anterior, o que não dá tempo para que o feriado seja aprovado de forma legal. No caso de Eid'ul Adha, esta celebração só terá lugar 10 dias após a visualização da lua nova, o que permite uma solução burocrática dentro de um prazo razoável, sendo sugerido¹⁰⁵ que fosse esta a data a ser aprovada como feriado, já que os cristãos também só celebram o Natal, não tendo direito à Sexta-feira Santa na Páscoa. A questão política, de facto, nem chegou a surgir, pois o processo não avançou o suficiente para tal, mas de futuro surgiria naturalmente o problema de se decidir a que lua atender, se à *saudita*, se à regional *sul-africana*.

Curiosamente, no mesmo dia em que se aprovam os feriados islâmicos, a bancada da FRELIMO propõe a discussão de um feriado nacional para a Sexta-feira Santa, naturalmente numa atitude compensatória face às críticas que vinha a receber do sector cristão. A 12 de Março, o Presidente Joaquim Chissano reúne-se com o Cardeal D. Alexandre dos Santos e no final do encontro disse¹⁰⁶ que a promulgação da lei dos feriados nos dias de Eid, terá em conta o consenso que for alcançado no diálogo entre as comunidades religiosas muçulmana e cristã. Relembrou também que a iniciativa da proposta de lei sobre os feriados islâmicos, pertenceu a um grupo de 59 deputados das 3 bancadas parlamentares, não se tratando de uma iniciativa governamental, ou partidária.

Numa outra entrevista¹⁰⁷ publicada a 15 de Março, o então líder da bancada parlamentar da FRELIMO e actual Presidente da Republica, Armando Emílio Guebuza, desvaloriza a discussão em torno das questões da produtividade, pois acha que não são mais 2 feriados que irão atentar à produtividade do país, afirmando também que não existe qualquer inconstitucionalidade que atente contra a laicidade do Estado.

¹⁰³ Ibidem, Pág. 3. Entrevista concedida pelo Cardeal D. Alexandre dos Santos, que verbaliza a sua preocupação com a turbulência religiosa futura que se poderá abater sobre Moçambique, à semelhança do que se passa na Nigéria, no Uganda e na Tanzânia. Também usa o argumento estatístico, não compreendendo porque é que uma religião que tem menos crentes que católicos e que protestantes, tem direito a 2 feriados.

¹⁰⁴ Ibidem, Pág. 5, 28 de Fevereiro de 1996. Edição n.º 23 420.

¹⁰⁵ Ibidem, Pág. 5, 28 de Fevereiro de 1996. Edição n.º 23 422.

¹⁰⁶ Ibidem, 1ª página, 13 de Março de 1996. Edição n.º 23 433.

¹⁰⁷ Ibidem, Pág. 3, 15 de Março de 1996. Edição n.º 23 435.

Após a aprovação da lei¹⁰⁸ e, apesar de toda a controvérsia, a mesma é enviada para o Gabinete do Presidente Chissano para a necessária Ratificação Presidencial. Este, querendo evitar ser polêmico, ou apenas na tentativa de ganhar algum tempo, enviou a lei para o Tribunal Supremo, para uma fiscalização preventiva à constitucionalidade da mesma. O Tribunal levou 6 meses a dar o seu veredicto, o qual saiu em Dezembro de 1996, declarando a inconstitucionalidade da lei dos feriados islâmicos, baseado na laicidade do Estado e na igualdade entre todos os cidadãos. A lei teria então que ser anulada e o Presidente Chissano, numa nova tentativa de não perder a face, decidiu não o fazer pessoalmente e devolveu a lei ao Parlamento, local onde esta deveria então ser anulada, ou reformulada e levada de novo a votação. Após quase mais 2 anos, em 1998, os parlamentares olharam de novo para este tema, decidindo, não se compreende bem porquê, adiar *sine die* o debate e a votação.

Segundo Morier-Genoud¹⁰⁹, é possível tirar 3 conclusões quanto a este episódio dos feriados muçulmanos. Duas conclusões nacionais e uma ao nível internacional. Internamente, é possível concluir que, premeditadamente ou, em consequência do episódio, a FRELIMO conseguiu colocar a RENAMO numa posição ingrata, na qual teve que escolher entre defender as posições cristãs, plataforma de apoio desde a sua fundação como partido político e, a defesa dos feriados muçulmanos, um fortíssimo suporte eleitoral nas províncias de Cabo Delgado e de Nampula. Nesse sentido, os deputados muçulmanos da RENAMO tiveram a liberdade de votar a favor da lei e os restantes optaram por se absterem, apesar das críticas durante os debates sobre o assunto, antes e após a votação, tudo se resumindo, no fundo, a uma disputa por um recurso eleitoral importante, os muçulmanos. Outra conclusão interna avançada, trata-se de um agradecimento que a FRELIMO estaria a fazer à comunidade sunita asiática, pela *ponte* que teria feito ao longo de anos entre o Executivo moçambicano e países do Golfo, bem como de todo o investimento que certos membros desta comunidade terão feito durante a campanha eleitoral de 1994, o que vai, aliás, ao encontro do que Yaqub Sibindy nos disse na entrevista concedida. Por outro lado, através dos asiáticos, cativava as confrarias nas províncias do norte.

Ao nível internacional, este episódio permitiu à FRELIMO melhorar a sua imagem face aos países islâmicos, conseguir maior financiamento destes e de outros países ocidentais, por sua vez preocupados com o avanço do Islão em Moçambique.

¹⁰⁸ Morier-Genoud, Eric; op. cit. Pág. 412.

¹⁰⁹ Idem; Pág. 416.

Nos dias 03, 04 e 05 de Dezembro de 1999, realizaram-se as segundas eleições legislativas e presidenciais no Moçambique democrático. Estas já não contaram com a presença dos 20 deputados do Movimento Islâmico, por um acumular de situações que em crescendo permitiram à FRELIMO perceber que os muçulmanos apesar de numéricos, não representam ameaça política fruto das suas divisões internas. Em 1992 a Associação Muçulmana de Angoche, afirma querer ultrapassar as divergências entre Conselho e Congresso e criar um Conselho das Confrarias. No mesmo ano registam-se cisões no seio do Conselho e do Congresso e muitos membros deste último criam o Centro de Formação Islâmica (CFI), com sede na Beira e cujo Presidente até 1994, foi nada mais que José Ibrahim Abudo. Ligado aos 20 deputados do “Movimento Islâmico”, o CFI tinha como função exercer lóbi muçulmano junto do Parlamento, tendo em 2000 criado a Universidade Islâmica “Mussa Bin Bique”, em Nampula. Em 1998, nova cisão no seio do Conselho, da parte de muitos clérigos que não concordam com os compromissos políticos assumidos e, sobretudo, com as incompatibilidades criadas entre tradição e o exercício da política. Em 2000 criam uma nova organização chamada “Ansar al-Sunna”. Em 1999, um escândalo macabro abala os muçulmanos e todo o Moçambique, uma cabeça humana¹¹⁰ fora entregue na Mesquita Bab’ul Salam, cujo imóvel é propriedade do clérigo e também deputado Nazir Loonat, o que provocou um corte de relações violento entre a FRELIMO e muitos comerciantes indo-paquistaneses, criando este episódio um espectro de campanha anti-islâmica ao nível nacional¹¹¹.

O único a renovar *contracto*, foi o Ministro da Justiça, José Ibrahim Abudo, naturalmente por ter feito uma boa primeira legislatura, mas porque também se tratava de um recurso eleitoral bastante apetecível, sendo natural de Angoche na província de Nampula e falante da língua local.

¹¹⁰ O que ficou conhecido como o episódio da “cabeça humana”, resume-se da seguinte forma:

Um criminoso dirige-se à Mesquita Bab’ul Salam na baixa de Maputo e diz ter uma encomenda para entregar ao Imam da mesma, mas do qual não sabe o nome. A pessoa responsável pela mesquita que o atendeu, desconfiou e chama a polícia para verificar o que se encontrava no pacote da encomenda. A mesma continha uma cabeça humana. Este episódio está mais desenvolvido na entrevista a Yaqub Sibindy em anexo, o qual também demonstra algumas dificuldades nos detalhes, mas fica claro que se tratou de uma manobra para prejudicar Nazir Loonat, figura de proa no grupo de 20 deputados muçulmanos da FRELIMO.

¹¹¹ Morier-Genoud, “L’islam au Mozambique après l’indépendance”; L’Afrique politique, 2002.

RESULTADOS ELEITORAIS¹¹²

03-05 Dezembro 1999 Eleição Presidencial

Candidato (Partido) [Coligação]	Number of Votes	% of Votes
Joaquim Chissano (FRELIMO)	2,338,333	52.29%
Afonso Dhlakama (RENAMO) [RENAMO-UE]	2,133,655	47.71%

03-05 Dezembro 1999 Eleição Assembleia da República

Partido/[Coligação]	Number of Votes	% of Votes	Number of Seats (250)
Frente de Libertação de Moçambique (FRELIMO)	2,005,713	48.54%	133
Resistência Nacional Moçambicana-União Eleitoral [RENAMO-UE]	1,603,811	38.81%	117
Partido Trabalhista (PT)	111,139	2.69%	-
Partido Liberal e Democrático de Moçambique (PALMO)	101,970	2.47%	-
Partido Social Liberal (SOL)	83,440	2.02%	-
União Moçambicana da Oposição [UMO]	64,117	1.55%	-
União Democrática [UD]	61,122	1.48%	-
Partido Democrático Liberal de Moçambique (PADELIMO)	33,247	0.80%	-
Partido Independente de Moçambique (PIMO)	29,456	0.71%	-
Partido Nacional dos Operários e Camponeses (PANAOC)	24,527	0.59%	-
Partido Progressista Liberal de Moçambique (PPLM)	11,628	0.28%	-
Partido Social de Moçambique (PASOMO)	2,153	0.05%	-

A FRELIMO e Joaquim Chissano saem novamente vencedores desta votação, sendo esta segunda legislatura marcada por um debate de particular interesse para os muçulmanos. A Lei da Família¹¹³. A discussão deste tema inicia-se logo em 2000, tendo sido aprovado a 24 de Agosto de 2004, já no último semestre da última presidência de Chissano. Trata-se de um diploma altamente penalizador não só para os muçulmanos, mas também para uma larga maioria de moçambicanos, pois não permite os casamentos polígamos, algo de culturalmente normal para o africano, independentemente da sua religião. Não se compreende pois, que o preâmbulo do documento registe uma tentativa de adequação da nova lei “com a realidade sociocultural do país”.¹¹⁴ Apesar do n.º 1 do art.º 16, consagrar, para além do casamento civil, também o religioso e o tradicional, manifesto reconhecimento dos costumes e das práticas consuetudinárias dos diferentes povos e culturas moçambicanas, toda a construção do articulado em análise remete para o direito que cada cidadão ou cidadã têm em casar-se, apenas uma vez, de cada vez, sendo causa de nulidade do mesmo “o casamento anterior não dissolvido religioso, tradicional ou civil, desde que se encontre convenientemente registado por inscrição ou transcrição, conforme o caso”.¹¹⁵ Quanto aos filhos

¹¹² <http://africanelections.tripod.com/mz.html>

¹¹³ Lei n.º 10/2004, Boletim da República de Moçambique, I Série, N.º 34, Quarta-feira, 25 de Agosto de 2004.

¹¹⁴ Idem.

¹¹⁵ Ibidem, Título II, Capítulo III, Secção II, Subsecção I, art.º 30, n.º 1, c).

fruto de segundos e demais *casamentos*¹¹⁶, são registados ao abrigo da figura da União de Facto,¹¹⁷ desfrutando as crianças dos mesmos direitos e obrigações das fruto de casamentos monogâmicos.

Em resumo, trata-se de um diploma de raiz judaico-cristã, o qual é bem demonstrativo do poder ainda exercido, ou cada vez mais exercido pela Igreja Católica em Moçambique, apesar de o Executivo ter neste período como Ministro da Justiça um ilustre muçulmano. Após toda a discussão e polémica durante a legislatura anterior, a propósito da questão dos Eids, na qual os muçulmanos apenas conseguiram manter um direito que já detinham anteriormente, o da dispensa ao trabalho através da tolerância de ponto concedida pelas entidades patronais, pensamos tratar-se este de um momento verdadeiramente penalizador para os muçulmanos a vários níveis e o qual aconteceu sem o habitual ruído causado em momentos anteriores, por questões que consideramos bem menores relativamente a esta.

Por outro lado, 2000 é também um ano de viragem nas atenções dos muçulmanos, especialmente para a *camada asiática* urbana de Maputo. Em Fevereiro e Março desse ano, sobretudo na província de Gaza, chuvas de dimensão diluviana provocam centenas de mortes e perdas materiais incalculáveis, o que proporciona o surgimento da ONGD “Comunidade Muçulmana – Acção Humanitária”, a qual se empenha no longo processo levado a cabo por várias organizações nacionais e internacionais e de Estados vizinhos, que visaram a ajuda imediata às populações e todo o processo de recuperação a longo prazo, o qual aliás ainda decorre, de infra-estruturas básicas necessárias ao reacentamento das mesmas. Sem sermos ainda possuidores de números claros a propósito dos valores da ajuda proporcionada por esta ONGD islâmica moçambicana, números aventados por várias pessoas envolvidas no processo com quem falamos, dizem atingir cerca de 5.000.000 U\$ dólares, entre comida, vestuário, medicamentos, mobiliário e promoção de projectos de construção de aldeamentos de raiz, com tudo o que isso implica para uma normal fruição diária dos mesmos, por parte dos seus habitantes. As cheias de 2000 serviram de mote para esta organização não se ficar por aqui e empenhar em outros momentos de crise, como foram o caso de cheias mais recentes em Moçambique e também após o tsunami de Dezembro de 2004, no sul da Ásia, demonstrando o cosmopolitismo, capacidade de intervenção e interesse desta comunidade em não se

¹¹⁶ No caso dos muçulmanos, praticam-se os casamentos religiosos na mesquita, o *Sunat Niqah*, o qual só o primeiro é reconhecido no civil. No entanto, para os muçulmanos o importante é estar *legal* perante Deus, pelo que 2º, 3º e 4º casamento são reconhecidos dentro da comunidade.

¹¹⁷ Ibidem, Título III, Capítulo I, artºs 202 e 203.

alhear de questões que trespassam o seu *mundo*. Por todo o país, desde então, tem-se verificado um crescendo de organizações islâmicas das mais variadas índoles, com os mais variados propósitos, mas cujos objectivos principais se podem resumir ao resgate das boas práticas ancestrais islâmicas, como é o caso do surgimento da Comissão Hallal¹¹⁸, à divulgação do Islão e à tarefa de fazer do muçulmano um exemplo a seguir perante o outro, em toda a sua conduta, quer religiosa, quer social, quer cultural.

Outra área à qual foi dada alguma atenção, foi a da divulgação dos valores do Islão através dos *media*. A Rádio Voz do Isslam, a Rádio Íman, a revista Sautul Isslam, o semanário electrónico A Mensagem, distribuído por e-mail, as crónicas semanais de Sheikh Aminudinne no semanário Savana, a promoção de acampamentos para jovens muçulmanos, a realização e participação em palestras, são outros exemplos da vivacidade vibrante de uma comunidade que participa activamente no *processo de construção da moçambicanidade* que o país ainda processa, participando também na construção de um conceito novo para os moçambicanos, mas que começa a entranhar-se cada vez mais nestes. A consciência crescente da existência de uma Sociedade Civil, à qual pertencem e incorporam.

¹¹⁸ Esta comissão controla, fiscaliza e certifica o abate de carne de acordo com os preceitos islâmicos.

CONCLUSÃO

Como primeira conclusão a esta primeira parte, sobretudo factual, poderemos considerar que a actuação dos poderes políticos colonial e pós-colonial, em pouco diferem na abordagem que fazem ao *Islão moçambicano* e respectivos muçulmanos. Inicialmente hostis e distantes perante uma comunidade e uma religião que consideram de valor menor, porque ameaçadora, acabam mais tarde, fruto da necessidade, por cooptarem uma das partes sem perderem de vista a outra, numa clara lógica de melhor entender os seus mecanismos de comunicação e potenciais conflitos, permitindo uma gestão cada vez mais assertiva de uma política que apenas pretende dividir para melhor se impor e dominar.

Quanto aos muçulmanos, independentemente de autóctones ou de asiáticos, unidos num recalcamento e numa frustração de séculos, conhecedores do seu potencial essencialmente quantitativo, mantêm expectativas e esperanças, sobretudo quando cooptados, aderindo a projectos nos quais depositam anos de fé, na esperança de um justo reconhecimento público sempre reivindicado e nunca ressarcido a gosto, optando na frustração àquilo a que Amaro Monteiro catalogou como *nacionalidade de recurso*. Na dúvida, o muçulmano decide ser muçulmano, opção que vem sendo cada vez mais fácil e simples de tomar, sobretudo no Moçambique do século XXI.

As dinâmicas dentro das várias comunidades que compõe o *Islão moçambicano*, são complexas e muitas vezes contraditórias. Se por um lado os portugueses promoveram uma aproximação séria e assertiva ao *Islão negro* sufi do norte, durante o período da guerra colonial, em detrimento do *Islão indiano* urbano do sul, criando uma barreira, por involuntária que fosse, clara entre chafismo e hanafismo, foi este mesmo *Islão negro* que se refugiou depois da independência no *guarda-chuva* sufi de um Congresso Islâmico sobretudo *indiano* memon. Esta aliança entende-se na lógica do avanço jacobino que o wahabismo vem tendo desde a década de 60, fortalecido no pós-independência por uma cooptação oficiosa levada a cabo pelo Partido-Estado, que na procura do seu Homem-Novo, viu nos intelectuais que lideravam o Conselho Islâmico uma vanguarda com capacidades federadoras nacionais, ou talvez não, apenas vislumbrando que surtis e memons estarão sempre em pratos diferentes da balança, apostando numa divisão/equilíbrio, que apenas lhes permitiria fazer o mesmo que os portugueses já tinham feito. Dividir para melhor reinar, ou será agora um assimilacionismo para *moçambicanizar*, conforme os portugueses já o tinham feito para *aportuguesar*? Sim, porque o

Conselho Islâmico também tem a vantagem de ter nas suas fileiras *indianos*, mestiços *afro-indianos*, mulatos e negros, terreno fértil para outras disputas.

O *livre mercado religioso* estabelecido pelo Presidente Chissano, permite também uma nova realidade, a entrada de organizações islâmicas estrangeiras, umas ligadas ao Conselho, ou ao Congresso e outras cuja actuação evita as tentativas de cooptação por parte destes, como são os casos da African Muslim Agency do Kuwait, da Munamuzamat do Sudão, da Muslim Hands dos E.U.A. e da Rede de Desenvolvimento Aga Khan, as quais não analisámos neste trabalho, mas que criaram um patamar competitivo próprio, paralelo ao já existente.

PARTE II

PROBLEMÁTICAS DO *ISLÃO INDIANO* SUNITA EM MOÇAMBIQUE.

Capítulo I

DO PERÍODO TARDO-COLONIAL A SAMORA MACHEL (1960/1986)

1 – INVASÃO WAHABITA?

Muhammad Cassamo Mahomed Tayob¹¹⁹ e Abubacar Hagy Mussa Ismail¹²⁰, mais conhecido por Sheikh ou Maulana Abubacar Mangirah, são sem sombra de dúvidas os líderes do movimento reformista islâmico em Moçambique, o qual remonta aos anos 50 do século XX¹²¹.

Liazat Bonate¹²² não coloca, no entanto, ambos estes líderes na mesma *categoria reformista*, identificando Cassamo Tayob como um *Mouro*¹²³ *Deobandi*. Estes, os deobandis, cuja influência apenas se circunscrevia ao sul do país, não estavam envolvidos em confrontações directas com as lideranças sufis ou swahilis do norte de Moçambique, nem reclamavam um poder e uma autoridade nacional, como a geração seguinte, a dos wahabitas, a qual emerge em 1960 após o regresso de Meca de Momad Yussuf, neto de Haji Ahmad Haji Yussufo, líder da Confraria Qadiriyya Sadat, na Ilha de Moçambique. Mangirah, enquadrado nesta categoria wahabita, é considerado como uma força motivadora e organizativa para os licenciados deobandis e *sauditas*, que pretendiam desafiar as práticas islâmicas levadas a cabo no norte de Moçambique, associadas à veneração de santos, de defuntos, ao culto dos espíritos, à magia negra e à celebração do *mawlid*, o aniversário do Profeta. Tudo práticas categorizadas como *jahiliyya* (ignorância), *shirk* (politeísmo) e *bid'a* (inovação).

Chegados a este ponto, temos a necessidade de nos questionar se houve, ou não, verdadeiramente uma invasão wahabita em Moçambique?

¹¹⁹ Mestiço afro-indiano de Lourenço Marques, estudou 16 anos na Índia em Deoband, um dos centros mundiais da reforma islâmica. Regressa à capital de Moçambique em 1951, começando a trabalhar como mestre religioso na Mesquita Annuaril Isslamo. Apesar de rapidamente terem surgido conflitos a propósito dos seus ensinamentos e da sua personalidade, a sua ascensão dentro da comunidade foi fulgurante, sendo em 1967 considerado como a referência máxima do Islão em Moçambique.

¹²⁰ De origem indiana, natural de Inhambane, formado no Paquistão e mais tarde licenciado em Shariat (Direito Islâmico), na Universidade de Medina na Arábia Saudita, onde esteve 11 anos. Regressa a Moçambique em 1964, 1970 ou 1971, divergindo a data de autor para autor e, de entrevistado para entrevistado, instalando-se numa pequena Mesquita da periferia da capital, onde inicia o processo de reforma islâmica, apoiado espiritual e materialmente pelos reformistas sul-africanos, sobretudo da família Miya, do Transval.

¹²¹ Morier-Genoud, Eric; op. cit.

¹²² Bonate, Liazat J. K.; “Roots of Diversity in Mozambican Islam”, págs. 142 e 143; Lusotopie XIV (1) 129-149; Koninklijke Brill NV, Leiden, 2007; www.brill.nl

¹²³ Bonate esclarece que o termo português pré-colonial “Mouro” era aplicado aos muçulmanos em geral, mas especificamente na Ilha de Moçambique aos muçulmanos indianos originários de Damão, no Gujarat. O termo, também é utilizado pela autora para definir muçulmanos de origem indiana, fruto de casamentos mistos entre um indiano e uma africana. O que anteriormente, em 119, chamamos de mestiço afro-indiano.

O imaginário português relativamente ao muçulmano, começa por ser verdadeiramente anti-islâmico, num espírito de cruzada pela “Reconquista Cristã” do território aos mouros e estabelecimento de fronteiras face a Castela. Durante o período dos Descobrimentos, a missão civilizadora portuguesa colocou o assento tónico fundamentalmente na cristianização dos povos conquistados, com o objectivo de compensar a sul do Equador as perdas que o Vaticano tinha tido a norte, com a Reforma. A partir de 1960, passa a integrar o imaginário colonial, embora tardiamente, o luso-tropicalismo de Gilberto Freyre, o qual entre outras coisas, afirma que o método de colonização português é “sociologicamente semelhante ao do maometano”¹²⁴. Embora date de 1933 a grande referência literária de Freire para toda a lusofonia, “Casa Grande & Senzala”, sobre a formação do Brasil, é só em 1960, com o fim do Regime do Indigenato que o luso-tropicalismo se transforma numa autêntica *vulgata colonial*, ou seja, uma doutrina mais repetida e citada do que lida, onde uma certa ideia de Portugal e uma certa ideia colonial se encontram¹²⁵. É esta a linguagem assimilacionista que Portugal utiliza nesta fase final do Império, a propósito das investidas anti-coloniais na Assembleia Geral da ONU e nos mais variados fóruns internacionais, mas também relativamente aos muçulmanos de Moçambique, tendo a aproximação que faz às comunidades um sentido mais instrumental que doutrinário. O objectivo era o de conquistar a simpatia destes e, no jogo de lealdades, evitar que aderissem à luta pela independência¹²⁶. A administração portuguesa opta pelo Islão chafita do norte, não só por ser maioritário e por estar muito próximo da fronteira que permitia as investidas frelimistas, como registamos anteriormente, mas também porque a sua grande preocupação após a Conferência de Bandung de 1955, foi a associação entre os movimentos pan-islamistas e os discursos nacionalistas¹²⁷, vindo-se a constatar que certos elementos asiáticos eram uma ameaça *desnacionalizadora*, cuja sede das suas actividades seria a Mesquita Anuaril Isslamo. Para a administração portuguesa, era clara a ameaça wahabita no contexto da vaga libertadora que assolava Moçambique.

Para os chamados wahabitas, os anos da guerra de libertação, são o grande momento de esperança quanto a um reconhecimento futuro do Islão como *religião dorsal* moçambicana. Para além da

¹²⁴ Freyre, Gilberto; “Um Brasileiro em Terras Portuguesas”, pág. 37; Livraria José Olympio Editora; Rio de Janeiro, 1953.

¹²⁵ Macagno, Lorenzo; op. cit., pág. 69.

¹²⁶ Idem, pág. 75.

¹²⁷ Macagno, Lorenzo; “Les Nouveaux Oulémas. La reconstitution des autorités musulmanes au nord du Mozambique”, pág. 162; Lusotopie XIV (1) 151-177; Koninklijke Brill NV, Leiden, 2007; www.brill.nl

constatação de uma mudança geracional, a luta destes *deobandis wahabitas indianos*, é sobretudo entre o carisma e a liderança tradicional que combatem e a perícia corânica e o conhecimento das escrituras que defendem¹²⁸. Um confronto entre um *Islão popular* e um *Islão erudito*, o que Costa Dias¹²⁹ caracteriza como “um quase *não-islão*”, face aos movimentos ortodoxos, isto a propósito das tensões entre muçulmanos arabizados da *áfrica branca* e muçulmanos sincréticos da *áfrica negra*, mas que neste caso também se pode estender ao caso que analisamos entre asiáticos, negros e mulatos moçambicanos. A luta travada pelos primeiros, era também de libertação como a da FRELIMO, mas de libertação e de purificação da sua religião de hábitos, costumes e sincretismos que nada tinham a ver com os fundamentos onde esta assentava.

2 – O ENCONTRO INTER-RELIGIOSO DE DEZEMBRO DE 1982.

O período pós-colonial, rico em mudanças, mas muito pobre em produção literária sobre os muçulmanos, poderá ser analisado tendo em conta fundamentalmente duas ou três barreiras temporais. De 1975 a 1977, período eufórico, mas não anti-religioso oficialmente. De 1975 a 1976, sendo o último ano o que marca a dissidência de um grupo de descontentes com a FRELIMO e que parte para a Serra da Gorongoza, onde se organiza para em Janeiro de 1977 efectuar o primeiro ataque a um campo de reeducação em Sakuzi, Gorongoza, Província de Sofala. Nas palavras de David Alone, a RENAMO iniciava a luta pela democratização de Moçambique¹³⁰. Outro período, poderá ser considerado o que vai de 1977, ano do III Congresso da FRELIMO, até Dezembro de 1982, altura do encontro ecuménico, que analisaremos uma segunda vez, sob uma perspectiva mais teórica que factual. Outro período, o posterior a este encontro, até à morte de Samora Machel.

Precisamente o período que medeia 1977 e 1982, trata-se, do ponto de vista dos muçulmanos, aquilo a que chamam de *período das trevas*, o qual já tinha começado logo em 1975 com a independência, pois apesar de o ateísmo ainda não ter sido oficialmente decretado, o clima vivido e a postura dos revolucionários materialistas históricos, era bastante adversa às práticas públicas e privadas do homem religioso, qualquer que

¹²⁸ Macagno, Lorenzo; “Outros Muçulmanos”, pág. 167.

¹²⁹ Costa Dias, Eduardo; “Islão Negro versus Verdadeiro Islão – Dilema ou sintoma de persistente e injustificada discriminação dos muçulmanos africanos subsaarianos?”, pág. 172; *Africana Studia* nº 8, Revista Internacional de Estudos Africanos; Faculdade de Letras, Centro de Estudos Africanos da Universidade do Porto, 2005.

¹³⁰ Entrevista concedida por David Alone, alto quadro do Partido RENAMO, ex-combatente, ex-presos político, membro do Conselho de Estado. Matola, 15 de Fevereiro de 2006.

fosse a sua crença. Em 1975, já o Presidente Samora Machel, na primeira visita oficial que faz como empossado no novo cargo, tinha entrado de botas calçadas na Mesquita Central da Ilha de Moçambique, episódio que se tornou numa espécie de *incidente-metáfora*¹³¹ na sua relação com os muçulmanos, para além de os obrigar a criar porcos e a comê-los, sempre a bem da economia e do progresso nacional.

Integrado na chamada “Ofensiva Política Organizacional”¹³², iniciada em 1980 e a qual provocou profundos debates no seio da FRELIMO quanto ao rumo a dar ao futuro do país, realizou-se em Dezembro de 1982, em Maputo, um encontro ecuménico sob a égide da FRELIMO. Como vimos anteriormente, o Presidente do Conselho Islâmico, Abubacar Mangirah, na sua intervenção refere-se ao Estado como “o nosso Governo”, refere-se à FRELIMO como “o nosso Partido” e cita o Profeta dizendo que “amar a Pátria faz parte da crença”. Um discurso muito inteligente para quem quer estabelecer pontes com o poder, ou talvez mesmo fortificar as que já tinha criado, pois após a independência, apesar do *período de trevas*, a verdade é que as preferências e opções alteraram-se, com a acusação aos sharifos e régulos do norte do país, de colaboração com os portugueses. Os cooptados entre os muçulmanos por parte da FRELIMO, passam agora a ser os asiáticos reformistas. Mangirah adapta o seu discurso ao momento ideológico vivido, cujo lema era “Unidade, Trabalho e Vigilância”¹³³, seduzindo o Presidente Machel, o qual percebeu haver uma certa afinidade entre a política oficial do Estado e a religião islâmica. O momento era também o da busca e construção do *Homem-Novo*¹³⁴, estando Mangirah em vantagem perante todos os outros muçulmanos aí reunidos, pois adquirira a sua formação superior no exterior, da mesma forma que a elite do Partido, o que lhe garantia uma dimensão cosmopolita e um pé de igualdade para com o poder que poucos poderiam reclamar. Por outro lado, o percurso de Mangirah até então dava claros sinais de que este era um homem que não queria apenas aceder ao poder, mas sim possuí-lo, literalmente possuí-lo, tendo este encontro sido o momento oficial dessa assunção perante o Partido, o país e perante os muçulmanos de Moçambique. Machel encontra em Mangirah o seu *Homem-Novo* muçulmano, cooptando preferencialmente o Conselho Islâmico na pessoa do seu líder, pelo que este representa, mas também pelo grupo de pessoas que arrasta atrás de si, um caleidoscópio de asiáticos, mestiços afro-*indianos*, negros e mulatos, sobretudo urbanos. Mangirah foi um dos

¹³¹ Macagno, Lorenzo; op. cit., pág. 214.

¹³² Idem, pág. 214.

¹³³ Ibidem, pág. 219.

¹³⁴ Zawangoni, Salvador André; “A FRELIMO e a Formação do Homem Novo (1964-1974 e 1975-1982); Maputo, 2007.

primeiros Ulemas a tentar dialogar com o Estado antes de o enfrentar, o que fez com que ainda hoje as lideranças islâmicas em Moçambique gozem de relativo prestígio face ao governo¹³⁵, independentemente de serem memons, surtis, negros ou mulatos.

Outro líder islâmico presente neste encontro foi Hassan Makda, em representação da Comunidade Maometana, exclusivamente composta por memons de tendência sufi, o qual apresenta um projecto antagónico ao de Mangirah, contribuindo com este para a repetição da execução de uma política portuguesa muito criticada sempre e em toda a parte pelo colonizado, só que desta feita é levada a cabo pela própria FRELIMO, dividir para melhor reinar, o que também se enquadra numa política iniciada por Machel de “fazer cada vez mais amigos e menos inimigos”¹³⁶.

Para além de este encontro significar uma ruptura definitiva e oficial entre memons e surtis e por outro lado entre sufis e wahabitas, também foi um momento fundamental para que os muçulmanos deixassem de se considerar um grupo completamente alheio ao Estado Nacional. De facto, muitas das principais lideranças muçulmanas do país começaram a fazer parte das próprias estruturas administrativas e governamentais. Isto foi mais visível nos anos seguintes quando, com o início do período da democratização multipartidária, as lideranças muçulmanas tentam, dentro das opções oferecidas por alguns dos partidos políticos, incluindo a FRELIMO, participar no novo processo eleitoral¹³⁷.

Indissociável deste período de construção da *moçambicanidade*, é a guerra civil que se trava entre FRELIMO e RENAMO, o que relativamente aos muçulmanos sufis do norte tem a consequência de estes aderirem ao programa daqueles que ao serem ideologicamente de centro-direita, defendem a liberdade de culto. A RENAMO, para estes muçulmanos autóctones, vem ocupar o lugar vazio deixado pelos portugueses que os tinham cooptado durante a guerra colonial, permitindo-lhes uma nova centralidade, embora marginal, após terem sido renegados pela FRELIMO que os acusou de colaboração com os portugueses entre 1964 e 1975.

Em 1980, estudantes moçambicanos em Dar-es-Salam denunciaram a repressão do Islão no seu país. No princípio dos anos 80, como resultado do aumento da desestabilização da RENAMO, as autoridades moçambicanas aperceberam-se que o tratamento que

¹³⁵ Macagno, Lorenzo; op. cit., pág. 236.

¹³⁶ Idem, pág. 223.

¹³⁷ Ibidem, pág. 223.

davam aos muçulmanos resulta no apoio da Arábia Saudita e de Omã à RENAMO. Há indícios que a República da África do Sul usava as Ilhas Comores para apoiar a RENAMO entre 1983/89. No entanto, permanece pouco clara a participação das lideranças muçulmanas durante a guerra civil travada entre RENAMO no norte do país, bem como o seu impacto sobre as comunidades islâmicas¹³⁸. Sabe-se, no entanto, que Amaro Monteiro chegou a receber em Lisboa, supõe-se que em 1986, dois emissários oriundos da Ilha de Moçambique e membros das confrarias locais, que lhe solicitaram aconselhamento sobre a possibilidade de os muçulmanos do norte de Moçambique participarem activamente na guerra ao lado da RENAMO. Monteiro discordou com a ideia, dizendo que a prioridade deveria ser a de desenvolver a religião e não participar no conflito¹³⁹.

Morier-Genoud refere também estes mesmos factos, acrescentando que em 1978, a RENAMO já tinha enviado um emissário às monarquias do Golfo, para obter apoio financeiro e logístico na luta que iniciara um ano antes. À lista dos apoios sauditas e omanitas, acrescenta também o da Comunidade Islâmica de Lisboa¹⁴⁰.

CAPÍTULO II

DO LIVRE MERCADO RELIGIOSO À DEMOCRATIZAÇÃO DO ESTADO

Como vimos nas palavras de Morier-Genoud, o Presidente Chissano estabelece um ambiente de *livre mercado religioso* a partir da realização do V Congresso da FRELIMO, em 1989, desregulando por completo a competitividade até então existente entre credos e, no caso dos muçulmanos, perturba ainda mais as relações entre os próprios internamente, por razão da competitividade crescente na tentativa de cooptação das várias organizações islâmicas estrangeiras que pretendem operar no território, o que também, por outro lado, cria dificuldades a estas organizações forasteiras em se estabelecerem e levarem a *bom porto* os seus objectivos. Um desses casos clássicos em Moçambique, aconteceu com a kuwaitiana African Muslim Agency (AMA), que já antes de 1989 era cobijada pelo Conselho e pelo Congresso, mas que sempre afirmou a sua independência face às pressões locais, fruto sobretudo da sua capacidade económica, mas também aproveitando o momento como uma oportunidade para fazer pedagogia junto de uma comunidade dividida. A mensagem que a sua atitude passou para os muçulmanos moçambicanos foi, “trabalhamos em prol dos muçulmanos, não em prol dos muçulmanos do Conselho, ou dos

¹³⁸ Baessa Pinto, Maria João Paiva Ruas; op. cit. pág. 82.

¹³⁹ Macagno, Lorenzo; op. cit., pág. 224.

¹⁴⁰ Morier-Genoud, Eric; op. cit.

muçulmanos do Congresso. Somos todos muçulmanos”¹⁴¹. A AMA trabalha em cerca de 30 países de África, estando habituada a este tipo de pressões, já que a situação moçambicana não é inédita noutras paragens. A AMA, talvez também por via disso, criou inclusivamente um modelo de mesquita próprio e que se afirma na paisagem moçambicana, permitindo que um viajante não inteirado das realidades locais, perceba de imediato quais os locais onde esta organização está instalada, ou onde desenvolveu trabalho benemérito.

Um ano após a queda do Muro de Berlim, Moçambique é provido de uma nova Constituição, a qual consagra a democratização do Estado como um caminho inevitável a seguir, o que pressupunha que a Paz estaria para breve. De facto a mesma é assinada em Roma, em 1992, fazendo o país entrar de novo num delírio colectivo que extravasa as comemorações da própria paz. Todo o indivíduo e/ou grupo que vira os seus projectos, desejos, ansiedades e ambições goradas após a independência em 1975, vislumbra agora um novo momento de oportunidade, criando de novo um sentimento de que todos, nas suas acções, estavam muito próximos do poder, no sentido em que exerciam a sua cidadania com claros objectivos benéficos para o país. Os muçulmanos de Moçambique não são excepção à regra, sendo a longa entrevista a Yaqub Sibindy, em anexo, prova disso. Aparentemente, ter-se-á instalado o pânico dentro desta comunidade, por via do referido desregulamento que o V Congresso da FRELIMO trouxe, do crescendo de organizações cristãs a entrarem no país, pela paz ter sido mediada pela Comunidade de Stº Egídio e por haver uma crença generalizada de que a RENAMO iria ganhar inevitavelmente as futuras eleições. Temeram um regresso *ao antigamente* e uma *conversão compulsiva*, nas palavras de Sibindy. Sabendo do seu potencial eleitoral, apenas faltava acertar a estratégia para evitar que tal acontecesse. A FRELIMO tinha criado um mito fundamentalmente relativo à liderança e ao prestígio de Abubacar Mangirah, pensando que caso este desse um sinal, os muçulmanos do país inteiro seguiriam à risca as suas instruções. Estavam enganados, mas as elites próximas de Mangirah perceberam esta ilusão e fizeram um *bluff* que lhes valeu 20 assentos parlamentares. Quanto ao PIMO, parece-nos ter ficado claro que se tratou inicialmente de um instrumento deste mesmo *bluff*, pois levaram-no muito a sério, quando perceberam os benefícios pessoais e comunitários que poderiam retirar da situação. Numa primeira fase, embora haja a tal sensação de que todos estavam muito próximos do poder, as negociações decorreram entre as altas figuras asiáticas memons e surtis e a cúpula da FRELIMO.

¹⁴¹ Entrevista a Lófti Dáoudi Mohámed, Coordenador Provincial da AMA em Cabo Delgado. Pemba, 20 de Dezembro de 2005.

Mais tarde, quando estes asiáticos optam por se deixarem cooptar e aceitar o convite endereçado pela FRELIMO, é que sentem necessidade de *apretizar* este grupo, nas palavras de Sibindy. Nesse sentido, o grupo dos 20, ou melhor, "O Movimento Islâmico", foi um verdadeiro caleidoscópio que integrou membros do Conselho, do Congresso, memons, surtis, mulatos, negros, urbanos e rurais. Um momento que parecia ser de verdadeira conciliação e cujo comprometimento perante a FRELIMO passava pelo desmantelamento do PIMO, havendo da parte desta a garantia da consagração de duas festas islâmicas em feriados nacionais, sendo este o troféu que este grupo entregaria, finalmente, à sua comunidade, num sentimento de justiça e reconhecimento público, finalmente conseguido. O que aconteceu depois foi uma espiral competitiva entre este grupo de 20 deputados, que não só colocou em confronto mulatos e indianos, como memons e surtis e, sobretudo, grupos económicos pertencentes aos protagonistas. Dois subgrupos são claros nesta competição, liderados por Amade Camal do lado dos mulatos e Nazir Loonat, do lado dos *indianos*. Sibindy dá a entender que estes dois subgrupos projectam rupturas futuras, preparando-se talvez com projectos autónomos à própria FRELIMO, pelo que o "Movimento Islâmico" teria a liderança de Nazir Loonat e a "Frente Islâmica", nome inspirado na Frente Islâmica de Salvação da Argélia, teria a liderança de Amade Camal.

Relativamente à consagração dos Eids como feriados nacionais, estes não foram apresentados como troféus à restante comunidade, mas antes como uma meia-vitória, por ora armazenados, para serem muito provavelmente reutilizados em negociações futuras. O que verdadeiramente se passou para estes serem aprovados e depois *sacudidos* da presidência para o Tribunal e depois para o Parlamento de novo, momento em que são *congelados*, demonstra em primeiro lugar a força que a Igreja Católica detém e, em segundo, as pressões a que países dependentes de ajuda internacional estão sujeitos. Não temos dúvidas de que este foi, certamente, o cenário nos bastidores. Por outro lado, caso os Eids tivessem sido consagrados como feriados nacionais, os muçulmanos passariam claramente de potenciais convertidos, ideia que motivou todo o desenrolar deste enredo, a potenciais conversores, o que também alteraria por completo as relações de poder no país.

A FRELIMO, partido político que emana de um movimento armado, para além do rigor e método militar, incorpora também a disciplina marxista-leninista e olhou para os muçulmanos com quem lidava regularmente com estes olhos, não fazendo ideia do permanente imprevisto que é a vida destes homens. Cultural e

religiosamente é assim, sendo o ritmo marcado pela putativa presença da morte ao virar de qualquer esquina. O exemplo da imprevisibilidade do calendário lunar islâmico, que apenas permite ao indivíduo saber se vai terminar o mês de jejum, na véspera, é outra prova desse constante imprevisto que passou a incomodar o partido que *hospedava* o Movimento Islâmico, ridicularizando-o (ao partido) por vezes, dando-lhe mesmo uma má imagem perante o seu eleitorado.

Este factor e o crescendo de rivalidades no seio do grupo parlamentar dos 20, reflexo de políticas de casamentos, rivalidades entre impérios comerciais, partilha de espaços religiosos e outras questões até menos dignas, permitiu à FRELIMO perceber claramente no logro em que caíra em 1993, concluindo assim que os muçulmanos sunitas de Moçambique não representam qualquer tipo de ameaça política, nem mesmo os endinheirados e poderosos comerciantes asiáticos e afro-indianos. Nesse sentido, após termos conversado com muitos moçambicanos sobre o evoluir dos acontecimentos no território no pós-independência, há também a ideia entre estes de que terá havido o estabelecimento de um acordo tácito entre as elites da FRELIMO e as elites asiáticas quanto ao futuro, garantindo que o poder político continuaria negro e o poder comercial e empresarial asiático. A partir de 1999 foram-se tornando cada vez mais do conhecimento público, uma consequência da própria democracia, parcerias económicas entre altos quadros da FRELIMO e do Estado, com destacados empresários asiáticos. Estes, por outro lado, também se voltaram mais para dentro das suas próprias comunidades, envolvendo-se em projectos de cariz filantrópico e de divulgação islâmica, os quais mencionamos no final da Parte I.

Dois dados importantes também a realçar, que este *momento islâmico* no Parlamento permitiu.

Em primeiro lugar, um certo apaziguamento nas relações institucionais entre Conselho Islâmico e Congresso Islâmico, muito por via de uma clara falta de iniciativa do Congresso, a qual traduz um amadurecimento das posições de Hassan Makda. Na verdade, o que se tem vindo a verificar desde a década de 80, é que os jovens bolseiros moçambicanos sunitas, independentemente de serem autóctones ou asiáticos, quando regressam formados do exterior, embora possam ter simpatias pelo Congresso ou por certa confraria, a verdade é que aderem sempre ao Conselho, por perceberem que o *verdadeiro Islão* é algo menos¹⁴² que o praticado pelos seus antepassados. Exemplos disso são os casos de Said Habibo (mulato), formado no Sudão, membro activo do Conselho,

¹⁴² Preferimos dizer “algo menos” em vez de “algo mais”, pois na verdade o movimento reformista vem retirar práticas ao *Islão sincrético* e não acrescentar.

filho de Said Bakr e bisneto de Said Abahassane, dois líderes da Confraria Qadiriyya, bem como Selemangy Momade Anifo (afro-indiano), actual delegado provincial do Conselho em Nampula, neto de Hagy Mahamudo Selemangy, outro importante líder da Qadiriyya¹⁴³. Em entrevista¹⁴⁴, Sheikh Aminudinne Mohammad, líder do Conselho Islâmico, confirma-nos que a prática de *bid'a* está a diminuir entre os jovens e que estes estão a aderir à *shariat*, de tal forma "que o próprio Presidente do Congresso também já não pratica *bid'a*". Relativamente às rivalidades entre asiáticos e negros/mulatos, desmistifica respondendo-nos com números, dizendo que todo o investimento que está a ser feito na educação islâmica dos jovens moçambicanos, com dinheiros asiáticos, os grandes beneficiários são os autóctones negros e mulatos e não os asiáticos e mestiços afro-indianos. O Instituto Hamza, sede do Conselho Islâmico, tem 200 álimos¹⁴⁵, nenhum é asiático, espelhando também que esta comunidade é minoritária em Moçambique.

Se por um lado as relações entre Conselho e Congresso beneficiaram da aproximação proporcionada pelo convívio institucional no seio do Parlamento, entre Conselho e Comunidade Maometana pioraram, sobretudo pela luta judicial e familiar que decorria em torno da posse do título de propriedade do complexo Anuaril Isslamo.

Em segundo lugar, a liderança, a exposição e iniciativas públicas de Maulana Nazir Loonat, fê-lo surgir como uma força alternativa no xadrez político islâmico, dando-lhe claras ambições a uma liderança nacional, logo após a ruptura efectuada com a direcção da Mesquita da Polana e a conclusão do seu projecto autónomo. A partir de 2003 institucionaliza esta ambição e respectivo confronto com o Conselho Islâmico, ao criar o Jamiat'ul Ulemah, um conselho de álimos alternativo ao Majliss Ulemah do Conselho. No fundo, mais um número de telefone para onde o poder político pode ligar, sempre que houver algum problema, ou queira efectuar alguma proposta. Sem dúvida que não há nenhum assunto islâmico, ou relacionado com os muçulmanos em Moçambique, que não passe por estes 2 homens, que juntamente com outros perpetuam a falta de liderança única para os muçulmanos de Moçambique.

¹⁴³ Macagno, Lorenzo; op. cit., págs. 172 e 180.

¹⁴⁴ Concedida a 17 de Janeiro de 2006, no Instituto Hamza, Matola.

¹⁴⁵ Clérigos.

CONCLUSÃO

O caminho percorrido pela Comunidade Asiática Sunita de Moçambique ao longo dos últimos 40 anos, é considerada pelos próprios como uma luta em prol da reposição da verdade e da justiça, face ao passado. Por nós é considerada como uma constante procura pelo espaço público, facto comum a toda a comunidade minoritária em ambiente considerado hostil. Em prol da verdade e da justiça, porque sempre foram ostracizados e diminuídos no seu papel, quer por pertencerem a uma religião considerada menor, porque ameaçadora, quer por questões raciais. Moçambique nunca foi, nesse sentido, o seu espaço, o seu *caldo cultural*. Na procura do espaço público, porque acham que têm alguma coisa a acrescentar a tudo o que lhes tem sido sempre imposto.

As diferentes *castas* identificadas, as quais remetem para origens geográficas distintas no Estado do Gujarat, são motivo de um *bairrismo* enfraquecedor, bem como as correntes ideológicas que dentro do Islão cada indivíduo adere por opção, ou esmagadoramente por herança educativa e familiar. De esteira *bareilvi* ou *deobandi*, foram acrescentando a si próprios virtuosos *sauditas*, os quais tornaram cada vez mais pública uma questão interna. A comunidade *indiana* sunita em e, de Moçambique, nunca foi um bloco coeso, tendo conseguido, até certo ponto esconder as suas fraquezas, as quais se foram tornando mais evidentes à medida que foi havendo uma maior necessidade de conhecer o *outro*.

Durante o período tardo-colonial foram associados a actividades desnacionalizadoras dos interesses de Portugal, que por sua vez tinha optado por associar-se a um *Islão popular*, mais fácil, mais acessível, mais tropical e cliente de há largos anos do Regime. Este sentimento familiar de ser colocado na *franja da franja*, sempre engrandeceu mais aquele que se pensa prejudicar, tendo neste caso servido de *cimento* para unir estes homens nas pequenas divergências que tinham.

Após a independência perceberam que não iriam ter a vida facilitada, mas por via de uma liderança que tinha iniciativa própria e que sabia que tinha estado do lado certo durante os anos da guerra de libertação, soube cativar o poder, aproximar-se deste e seduzi-lo de forma a que demonstrasse uma simpatia por um grupo de *indianos eruditos*, já miscigenados, sem no entanto perder de vista um outro grupo de comerciantes com recursos económicos. Machel *jogou o jogo* que tempos antes tanto criticara aos portugueses, fazendo amizades nos vários círculos

que liderava, jogando com estas da forma que mais proveito lhe dava, numa lógica de manutenção e fortalecimento do poder, tendo como prioridade *moçambicanizar* o que já fora objecto de anos de *aportuguesamento*.

Após a morte de Samora Machel, *corre-se a passos largos* para o final da Guerra-Fria e para a paz em Moçambique, sendo este um novo momento de esperança para a reposição da verdade e da justiça *indiana*. Para tal, esta comunidade deixou-se ir mais longe e permitiu ser *assimilada* pelo poder político, exerceu-o e percebeu finalmente que o exercício do mesmo está na esmagadora maioria dos casos sujeito a constrangimentos sempre imprevistos, que nunca permitem *verdades* e *justiças* justas. Terá valido a pena pelo breve momento de unidade que transpareceu, pois foi logo de seguida *engolido* pela soberba dos homens que o lideravam.

Desiludidos, mas não vencidos, pois sem dúvida que têm o seu espaço público conquistado, conseguiram nos últimos anos passar da franja para o centro, continuando a ser um recurso nacional apetecível e muito prestável, mas que agora tem a capacidade de negociar em pé de igualdade seja com quem for, exercitando o seu *músculo político* sempre que possível, pois o regresso à sua *nacionalidade de recurso*, não significa mais um *ensimesmamento*, sendo antes uma participação activa na sociedade civil moçambicana, com inevitáveis consequências políticas.

ANEXOS

CRONOLOGIA

- 1964 INÍCIO DA GUERRA COLONIAL EM MOÇAMBIQUE
- 1965 INICIO DO LEVANTAMENTO SOBRE OS MECANISMOS DE COMUNICAÇÃO ISLÂMICOS
- 1968 PLENA ACÇÃO PSICOLÓGICA, O GOVERNADOR REBELLO DE SOUSA DIRIGE-SE AOS MUÇULMANOS VIA RÁDIO, EM PLENO RAMADÃO
- 1970/71 PROVÁVEL REGRESSO DE ABUBACAR MANGIRAH A MOÇAMBIQUE
- 1974 REVOLUÇÃO EM PORTUGAL, FIM DO ESTADO NOVO
- 1975 INDEPENDÊNCIA DE MOÇAMBIQUE
- 1976 DISSIDÊNCIA NA FRELIMO DOS FUTUROS MEMBROS DA RENAMO
- 1977 III CONGRESSO DA FRELIMO, OPÇÃO MARXISTA-LENINISTA
1º ATAQUE DA RENAMO
- 1982 ENCONTRO INTER-RELIGIOSO
FORMAÇÃO DO CONSELHO ISLÂMICO DE MOÇAMBIQUE
E DO CONGRESSO ISLÂMICO DE MOÇAMBIQUE
- 1986 MORTE DO PRESIDENTE SAMORA MACHEL
TOMADA DE POSSE DE JOAQUIM CHISSANO
- 1989 V CONGRESSO DA FRELIMO
ESTABELECIMENTO DO LIVRE MERCADO RELIGIOSO
QUEDA DO MURO DE BERLIM
- 1990 NOVA CONSTITUIÇÃO MOÇAMBICANA
- 1991 COLAPSO DA URSS
- 1992 ASSINATURA DO ACORDO GERAL DE PAZ
- 1993 OFICIALIZAÇÃO DO PIMO
- 1994 PRIMEIRAS ELEIÇÕES PLURIPARTIDÁRIAS,
LEGISLATIVAS E PRESIDENCIAIS
- 1996 APROVAÇÃO DOS EIDS FERIADOS NACIONAIS
- 1999 CONGELAMENTO DOS EIDS FERIADOS NACIONAIS
SEGUNDAS ELEIÇÕES MULTIPARTIDÁRIAS

LEGISLATIVAS E PRESIDENCIAIS

- 2000 FORTES CHEIAS NA PROVÍNCIA DE GAZA
SURGIMENTO DA ONGD "COMUNIDADE MUÇULMANA - ACÇÃO
HUMANITÁRIA"
- 2001 INICIO DA DISCUSSÃO DA NOVA LEI DA FAMÍLIA
- 2004 APROVAÇÃO DA NOVA LEI DA FAMÍLIA
TERCEIRAS ELEIÇÕES MULTIPARTIDÁRIAS
ELEIÇÃO DE ARMANDO GUEBUZA COMO PRESIDENTE

ENTREVISTA A YAQUB SIBINDY, LÍDER DO PARTIDO INDEPENDENTE DE MOÇAMBIQUE (PIMO), 12 DE FEVEREIRO DE 2008, VILA DAS MANGAS, MAPUTO.

Raúl Braga Pires - Qual a relação do Movimento de Libertação Nacional para com os muçulmanos, durante o período da Guerra Colonial?

Yaquib Sibindy - O Movimento de Libertação, em relação aos muçulmanos, surge mais na zona de maioria populacional muçulmana, a zona de Cabo Delgado e Niassa. São esses que fazem a massa do movimento. O cérebro do movimento vinha do Centro e do Sul do país, de onde aparecem o Eduardo Mondlane, o Urías Simango e uma série de nomes reconhecidos na praça como é o caso do Machel, do Chissano e do Guebuza, todos oriundos do Sul do país. Em nome da unidade nacional conseguiu-se uma boa interpretação, porque o colono quando entendeu, aliás, o Mundo quando entendeu abolir a escravatura, conclui que o negócio de escravos, que era a maior receita que o país tinha, devia terminar e ao terminar, passava a uma nova fase de afirmação com o seu escravo, que adquiria mais liberdades pois iria ter uma formação escolar e então foi nesse aspecto que o colonialismo viu que durante a ocupação de Moçambique não era só uma questão de ambição de vender escravos, mas também era uma ambição de retaliação pelo passado. É bem conhecido por todos que mesmo o Alcorão também o sublinha, que o Islão surgira de uma forma estranha e também desaparecera de uma forma estranha (em Moçambique no período colonial. Muita divagação sobre a História do Islão, sem conexão ao tema sugerido).

A presença do colonialismo em Moçambique, visava mais perseguir os vestígios mouros e o seu poder retaliando e cristianizando com o apoio do poder do Estado, pois havia uma aliança entre a Igreja Católica e o poder colonial. Foi o que se implantou mais lá no Norte, o *Estado Moçambicano* tinha por missão evangelizar os muçulmanos, cristianizá-los e então o Estado Português, como Governo, explorava a escravatura, entendendo, aqueles que se mostrassem renitentes, que não se queriam converter, eram presos, submetidos a negócios, alguns foram parar a S. Tomé e Príncipe, ainda há vestígios disso aqui em Moçambique. Tudo isto terminou quando foi abolido o escravagismo. Por coincidência é quando se muda a capital do país para o sul e aqui houve uma vez há 2, 3 anos atrás, uma reivindicação do Parlamento Swazi que estava a reclamar o seu território que estendia-se do Rio Save até ao Maputo. Isso pertencia á Swazilândia e foi emprestado ao Governo Colonial, na altura a Inglaterra dominava a Swazilândia e esse empréstimo foi reivindicado agora pelo Parlamento Swazi a precisar da zona sul. Quando vamos ver, o Poder Colonial

começava a partir das províncias de Cabo Delgado e terminava em Sofala, zonas onde concretamente houve uma maior influência islâmica, portanto perseguia as pegadas islâmicas. Onde se implantaram a Companhia de Moçambique e explorava aquela zona do Save, a norte do Rio Save, o Rio Buzí, aquela zona, era concretamente zona de maior influência islâmica. Vamos ver que a Companhia do Buzí que era a Companhia que explorava açúcar e algodão, tinha como mão-de-obra barata, escrava nessa altura, trazida de Cabo Delgado, Niassa, assim como de Nampula. Os Macúas, que são uma *tribo* muçulmana, era tida pelos nativos do Centro, que são Senas e N'daus, como se fosse estrangeira e animais que não mereciam nenhuma dignidade humana. Matar um Macúa, o Governo Colonial nem perguntava porque é que você fez isto.

RBP - Sim, mas vamo-nos centrar agora na Luta Armada. Quando começa, qual a relação que estabelece com os muçulmanos, etc.

YS - Só para concluir, a transferência de capital para o Sul, era concretamente para apanhar uma tribo, ou povos animistas, que não tinham nenhum vestígio de passado islâmico e cuja relação nova, de nova página, era a de educar o indígena em mínimas condições para se comunicar com ele, não iria despertar atenção dele reivindicar a vitória dos seus antepassados e então é quando concretamente houve um interesse entre Inglaterra e Moçambique, aliás os portugueses, e ficaram com esta zona do sul e implantaram a capital em Lourenço Marques. É na base desta situação quando se começa concretamente a criar uma série de postura de ensino do indígena e surgem os *Mondlanes* e surgem os desequilíbrios que existem hoje em que o Sul é mais educado em relação ao Norte. O Norte, para sublinhar, foi sempre marginalizado porque tinha conotação de passado islâmico e receava-se que educar os nativos do Norte, mais tarde podiam desencadear uma revolução. E uma revolução teria a sua ligação com a História do passado daquela gente e uma vez que no passado o Islão apareceu de uma forma estranha e hoje educar os seus descendentes, é prepará-los mais uma vez para retornar àquilo que aconteceu nos séculos de implantação do Islão em Moçambique e é isso que se quer evitar. A relação entre o Movimento de Libertação e o Islão, foi caracterizado por esse tipo de cuidado, de evitar que os muçulmanos pudessem aparecer num movimento justo de libertação contra o colonialismo, a liderar e consequentemente talvez vir a liderar o país e isso poderia estar a domesticar os antepassados mouros, aliás, pessoas ligadas com os antepassados dos mouros e isso não era uma boa tática. Os muçulmanos ao nível do Norte, tornaram-se mais matéria-prima do movimento e os moçambicanos do Sul do país

tornaram-se o *cérebro*, a *indústria transformadora* do processo de luta e é por isso que até hoje, desde a proclamação da independência de Moçambique, a governação do país mantém esse desequilíbrio bem patente. Chamamos de assimetrias regionais e o desenvolvimento mesmo com um Governo de um Moçambique independente ainda continua a pender mais para o Sul do que para o Norte. E quando vamos ver num processo democrático, hoje, você pode fazer uma pesquisa sobre os ascendentes dos partidos políticos, os seus líderes e a maioria, quase 96% são todos frutos de partidos oriundos de pessoas, liderados por pessoas do Centro/Norte do país.

RBP - Do Centro/Norte?

YS - Sim, sim.

RBP - Mas porquê? se está a dizer que há um maior desenvolvimento aqui no Sul!

YS - Porque, o que é que acontece, o problema é que qualquer partido político que aparece tem a tentativa de reivindicar uma determinada justiça e daí que obtém de quem sofre da injustiça, o Centro/Norte.

RBP - Ah, entendi. Resumindo, a relação da Luta de Libertação Nacional com os muçulmanos é feita a dois níveis. A liderança é uma liderança intelectual do Sul, cristianizada, assimilada e a matéria-prima, a carne para canhão é a malta do Norte, os muçulmanos, que nunca vêm a ser reconhecidos e ainda hoje não são reconhecidos como Heróis Nacionais, nem como tendo participado...

YS - Não, estão apagados.

RBP - Estão apagados porquê, porque é que isso ainda hoje continua?

YS - Estão apagados porque, o que é que acontece, o colonialismo fez um trabalho intelectual. O investimento que fez, não era um investimento a curto prazo, era mesmo a longo prazo. Ao transferir a capital do Norte para o Sul, visava concretamente educar tribos indígenas que pudessem... sim, iriam desencadear uma revolução, mas não abandonariam pelo menos as raízes culturais/ideológicos do seu antigo *escravizador*. Hoje o Mundo assim anda, não é? Você pode-se proclamar democrata e revolucionário, pode-se proclamar num grande... tá a ver.. mas de uma outra maneira não deixa de ter um pequeno vestígio com a

Commonwealth, com os Francófonos, ou com os Lusófonos. A parte positivo de um processo histórico é: "o colono foi mau, não resta dúvida, mas deixou alguma coisa". Ao querer usar esta parte de bem, você estará concretamente a herdar a mensagem, a visão, a estratégia do seu antigo colonizador. O que é que acontece, a parte Sul do país, os moçambicanos da parte Sul do país, herdaram também um ódio pelo Islão. Tal e qual a Igreja Católica cristianizava, hoje em dia, os comunistas, digamos assim, oriundos do Sul, por mais que sejam comunistas, em relação á Igreja não estão a ser tão cruéis porque toda esta classe que hoje governa o país foi educada nas Missões.

RBP - Foi assimilada.

YS - Foi assimilada.

RBP - Qual a relação do machelismo, especificamente do período de Samora Machel, para com os muçulmanos?

YS - O Machel foi herdeiro, por uma questão concretamente de relação entre a Religião Cristã, portanto Católica, no seu todo, seja Protestante, seja o quê e, a Religião Islâmica. O Machel é educado, quer dizer, contaminou-se pela doutrina em que cresceu, onde foi assimilado... visão de desprezar o Islão, desprezar os muçulmanos. É por isso, ele mesmo declarando-se como pessoa ateia, o seu ateísmo tinha algo contra... tá a ver... conforme e, eu também fui cristão, a maneira como fomos educados, como nos explicaram o que era o Islão, foi uma forma de diabolizar a religião e isso sempre deixa uma conotação na vida de um indivíduo, não é? É nesse aspecto que o Machel quando se proclama a independência e ele toma a liderança do movimento e isso fazia ele como Presidente da Frente e então assumiu a consciência comunista, não queria nada com a religião, entrou nas mesquitas com sapatos, não só por sentimentos de comunista, que ele era, mas também por uma questão de um cristão que sempre estava contra o Islão, aquilo que foi sempre a maneira de ser há séculos passados quando o Islão apareceu e não teve reconhecimento do cristianismo e consequentemente esses problemas aparecem até hoje. Portanto, Machel despreza a Religião Islâmica pelo vínculo do comunismo e começa a criar uma grande confrontação com os muçulmanos e mais tarde sentiu que a maneira como estava a gerir o caso, depois da sua viagem triunfal do Róvuma ao Maputo, onde com essa classe de governantes, Chissano, Guebuza e companhia, todos esses, Marcelino dos Santos, que faziam parte da comitiva, visitaram lugares históricos da resistência do povo moçambicano contra o colonialismo e passaram por mesquitas calçados, como forma de

dizerem que para eles nada existe. Instigou a população muçulmana a criarem porco, como forma de... "podem não querer comer, mas vocês criem e vendam" e isso é uma ofensa muito grave e pediu o fornecimento de divisas aos que queriam fazer a Peregrinação a Meca, introduziu o ensino de culto á figura dele onde as crianças não poderiam concretamente... quer dizer... tinha ser provado que Deus não dá rebuçados, Deus não dá caderno, mas a FRELIMO dava. Foram uma série de... e isso consequentemente as Igrejas também foram vitimas. Pelo vínculo do quê? Do comunista que ele era. Também encerrou as igrejas e transformou as igrejas em Grupos Dinamizadores, onde dançavam a chamada Cultura Moçambicana e profanaram os sítios sagrados da Igreja, os padres foram recolhidos a Campos de Reeducação, os nossos *Maxaíques* também desapareceram...

RBP - Portanto uma política anti-religiosa na totalidade.

YS - Na totalidade.

RBP - Mas aí o Islão não foi mais prejudicado que as restantes Igrejas?

YS - Foi, foi, foi.

RBP - Foi mais prejudicado que os outros?

YS - Foi, foi muito bem, foi. Porque todavia, o Islão pela situação em que passava deu uma desvantagem em relação ao colonialismo e depois, como moçambicano aderi ao Movimento de Libertação, e na partilha dos bens também ficaram mais isolados e a demagogia comunista aparece como aquela com maior capacidade de reivindicar a partir daqueles que tinham um bocadinho mais de esclarecimento que eram os cristãos.

No Centro do país intensifica-se a guerrilha anti-Machel e mais tarde expandiu-se para Norte, lá para a metade da década de 80, é quando o Norte também começa a aderir á guerrilha, Zambézia, Niassa, Cabo Delgado.

RBP - Qual a razão fundamental da realização do Encontro Inter-Religioso de Dezembro de 1982, que teve lugar no Conselho Municipal de Maputo?

YS - Era a tentativa concretamente de procurar a aproximação entre o agressor e as vitimas. O Machel agrediu moralmente a Religião e ele estava já a pressentir que havia um descontentamento e esse descontentamento poderia ser explorado pelas forças anti-independência e podiam usar este motivo...

RBP - E o que eram as forças anti-independência, era a RENAMO?

YS - A RENAMO, a... principalmente antes de ser a RENAMO, foram aqueles que abandonaram Moçambique na situação em que não concordavam com a ideia do comunismo.

RBP - OK.

YS - Então abandonaram as fábricas, deixaram tudo isso, como forma de chantagear que o país iria cair por si próprio. Então pararam ali e mais tarde foram ver que só abandonar não bastava e que era necessário formar uma guerrilha e essa guerrilha teve o apoio de um vizinho anti-independência que era Ian Smith e mais tarde o Apartheid também tinha... alimentaram isso e tivemos uma situação de uma guerrilha e queriam evitar que esta guerrilha explorasse esta causa, que foi muito bem aproveitado porque quando a RENAMO começa a constituir-se como movimento e com uma mensagem a reivindicar que uma das causas que punha na mesa era a de que "temos que combater o machelismo, porque eles não respeitam a Religião". Por causa disso, a guerrilha subiu *galopantemente*, quando muita gente sentiu-se profanado nos seus valores religiosos, acharam que a RENAMO era uma tábua de salvação.

RBP - E por isso é que tiveram mais apoio no Norte, do que no Sul?

YS - Sim, sim.

RBP - O que é que foi o episódio Gulam Nabi?

YS - Foi uma das formas de provar que o Estado Moçambicano não pactuava com a corrupção. Portanto, naquele tempo quem comesse algo fora do sistema de abastecimento, quem vestisse algo fora do sistema de abastecimento, era visto como um corrupto, um açambarcador, O Inimigo. Então se sabe que os muçulmanos, a parte asiática, sobreviveu mais á custa de negócios e eles tentavam arranjar alguma coisa para melhorar a dieta alimentar e melhorar a vida, fora da tabela do comunismo e foi concretamente uma das iniciativas que mesmo pessoas ligadas á liderança da FRELIMO, que também como humanos precisavam de ter mais um bocadinho de mordomias, mas não podiam usar os recursos moçambicanos, as riquezas moçambicanas e comercializavam fora do sistema da participação comunista e ele foi usado como se fosse trampolim. O Gulam Nabi foi abandonado pelos aliados...

RBP - Aliados que eram da FRELIMO. Que eram altas figuras.

YS - Sim, sim. Ele foi acusado de ser traficante de camarão, vendia camarão á África do Sul e isso era crime contra a economia do Estado e na altura que poderia ser defendido lhe abandonaram, temiam as represálias do Machel. A partir dali Gulam Nabi foi vitima de uma arrogância do Poder para provar que não se compromete com ninguém, apesar de muitos países terem pedido para lhe pouparem a vida e muitos países até estavam disponíveis para resgatar a vida dele...

RBP - Então era, de facto, um empresário de muito poder!

YS - Ya e no entanto muitos países islâmicos que lhe acompanharam a sentença... ele teve a sorte naquilo que a Lei Internacional diz em relação aos condenados á morte, que se a primeira bala falhar, então mandam-no para casa! E falharam-lhe a primeira bala.

RBP - Ai sim?!

YS - Sim, falharam a primeira bala, mas olha a arrogância do comunismo pá, não respeitando essa Lei Internacional, o tal Chefe foi com a pistola na testa dele.

RBP - Qual as diferenças a assinalar entre o período Machel e o período Chissano, na relação com os muçulmanos?

YS - Muitas diferenças, porque a morte do Gulam Nabi...

RBP - Em que ano morreu o Gulam Nabi?

YS - A morte do Gulam Nabi foi em 1984, salvo erro. Então a morte do Gulam Nabi criou um esfriamento mesmo entre muçulmanos da ala dos negócios asiáticos, que ficaram revoltados com este regime. Foi a partir daqui que os muçulmanos odiavam, em solidariedade ao Gulam Nabi, o Regime Comunista. O Chissano apercebendo-se deste erro que se cometeu, achou melhor que não se podia continuar a domesticar este erro, que era necessário reconciliar-se com esta camada e ele sabe muito bem que aqui uma coisa real é: a natureza dos muçulmanos indianos não é nada de ambição política, é mais ambição de negócios. Então houve esta aliança, negócio para os asiáticos, política para os negros. A FRELIMO que na sua maioria é constituída por negros, então os indianos que a sua maioria constitui a classe empresarial, num regime democrático em que os partidos políticos precisam de um financiamento, então a FRELIMO decidiu usar os asiáticos como o

seu recurso logístico e financeiro, para financiar o Partido. É quando na realidade começa a haver um desequilíbrio no qual as pessoas até hoje interrogam, como é que um asiático abre um negócio e em pouco tempo prospera... tá a ver? E eu também que quero fazer a uma coisa e não consigo a mesma sorte! O que é que se passa? Até hoje esta situação é uma resposta a responder. É quando na minha opinião, acontece que esta aliança já se tornou quase banal, muita gente sabe e aqui há empresários de sucesso aqui da praça que publicamente já aparecem até a apoiar a FRELIMO, "pá porque sou membro da FRELIMO, dou dinheiro, faço campanha", dando bilhões e bilhões de cabeçadas. Mas detrás disso há um retorno, nada é de graça, está a receber, porque o Estado não lhe aplica todas as taxas que qualquer agente económico é sujeito. Então esta situação toda faz com que eles a coberto do Poder... então os outros agentes económicos, ou aliam-se, ou se não se aliam com a FRELIMO, pelo menos eles acham que é melhor trabalhar com certas pessoas. Por exemplo, eu posso até lhe adiantar que existem certos empresários que quando estamos no mercado de Dubai, por exemplo, nem chega ao ponto de serem comerciantes, não têm esse estatuto. Aqui em Moçambique são aqueles que são chamados de Muqueristas, que atravessam para a Swazilândia e para a África do Sul, vão comprar produtos lá, vêm revender aqui e do vai e vem fazem essa baixa...

RBP - Uma economia paralela.

YS - Uma economia paralela, são os chamados comerciantes informais. Esses fulanos, aqui em Moçambique há alguns que têm a cobertura do Governo, da FRELIMO particularmente, então eles também fazem isso com o Dubai.

RBP - Quem? Os asiáticos?

YS - Os asiáticos.

RBP - Ah, ok, são *Muqueristas* no Dubai!

YS - Mas aqui aparecem como grandes empresários, tá a ver? O que é lixo no Golfo eles conseguem importar para aqui e torna-se luxo! Isso são dividendos que se está com o partido no Poder, ou porque há sociedade com...

RBP - Pois, porque também há parcerias económicas nas empresas, não é?

YS - Sim, sim. Então é a partir dali que há essa injustiça muito grande e esperamos um dia também que é um barril de pólvora que

poderá surgir entre oportunidades. Qualquer moçambicano que queira se afirmar, passa por aliança ao partido do Poder, só para poder concretamente sobreviver, não por uma militância política. Esta é a situação que temos encontrado e essa situação é trazida mais na era do Chissano. Chissano, na sua tentativa de capitalizar o partido, então achou que tinha que introduzir esse sistema porque os da classe política da FRELIMO são filhos de origem camponesa e que não pescam nada em negócios. Em termos políticos, no aspecto nacional, vai ver que a FRELIMO tem mais vantagem de realizar todos os seus congressos em datas combinadas e consegue fazer uma campanha mais agressiva e eles conseguem manipular a opinião pública porque têm dinheiro e um partido da oposição que logo ao comerciante indiano é dito: "Olha se você receber o Sibindy uma ou duas vezes na tua loja, ou no seu armazém ou na sua empresa, no dia seguinte está aí uma inspecção das finanças, porque você está a apoiar a oposição." Então naturalmente o empresariado indiano, podem compreender que a democracia significa a relação com todos os partidos políticos, eles não podiam manter só uma exclusividade, mas não o podem fazer porque senão a FRELIMO no dia seguinte corta a relação e manda-lhe uma inspecção das finanças e ele aí não vai sobressair. Nesta situação toda que aparecem uma série de acusações com a camada asiática, alguns são acusados de tráfico de droga e de negócios ilícitos, etc, e mais tarde são absolvidos de uma forma menos esclarecida, porque afinal o Poder não pode-lhes apertar senão eles hão-de dizer tudo. Essa situação é que é muito grave e isso em relação aos muçulmanos, nesta situação, aqueles muçulmanos que estão á frente desses negócios, eles também acharam que deveriam produzir uma informação ou um argumento que pudesse convencer a origem dos seus bens e é quando esta classe que beneficia dos negócios com a FRELIMO tenta se impor perante toda a comunidade muçulmana como líderes. E a FRELIMO precisou disso concretamente, que surgissem como líderes, porque eles também diriam : "Olha, se vocês nos abandonam nesta aliança económica, nós vamos vos penalizar com o voto, porque a maior parte dos moçambicanos são muçulmanos".

RBP - E é aí precisamente que surge o PIMO.

YS - O PIMO surge na realidade, sem ter em conta esse episódio todo, acreditou que num processo democratico era importante que a laicidade do Estado fosse respeitada. É conhecida a aliança da Igreja em relação á RENAMO e qualquer moçambicano que viveu a transição do período pós-colonial e comunismo, recitava que qualquer retorno a um Estado não laico e fosse ainda a Igreja a voltar ao poder, cheirava muito isso em relação á RENAMO que

tinha uma aproximação muito, quer dizer um suporte muito mimoso com a Igreja, conversações em Roma, tudo isso. Isso já estava a fazer com que olha, se aparece mais um Estado declaradamente católico, então a conversão compulsiva ao cristianismo poderia ser uma das regras, ou a tentativa de sempre beneficiar a...

RBP - Está bem, mas o que é que isso tem a ver com o PIMO?

YS - Estou aqui a tentar descriminar a motivação da existência do partido. O PIMO surge concretamente para tentar manter a laicidade e para evitar que os partidos políticos não fossem objecto de manipulação de uma determinada religião.

RBP - O PIMO surge como resposta á Comunidade de Stº Egídio? O PIMO surge como resposta á mediação que a Comunidade de Stº Egídio faz para a paz?

YS - Não, não, não é a questão da paz. Como sabemos todos os muçulmanos saudaram e não só os muçulmanos, dia e noite saúdam a paz. O que queria se evitar é o passado colonial. O colonialismo vinha concretamente aliado á Igreja Católica, para exterminar os muçulmanos e outras religiões, judeus, hindús, que não tinham expressão, que não eram a religião oficial do Estado. Era para evitar que houvesse uma religião oficial do Estado.

RBP - Mas então o PIMO surge como resposta a uma hipotética ameaça católica?

YS - Não é bem bem católica, era concretamente ameaça do sistema colonial que acabou aliando-se a uma religião, que tornou-se uma religião oficial em detrimento dos outros. Agora a existência dos católicos, isso não interessa ao PIMO, porque estamos amigos. Os judeus, os hindús, as outras confissões religiosas é bem-vinda, porque nós reconhecemos que a religião sempre... agora, o que concretamente temos que evitar é que uma determinada força política se aliasse ao poder religioso para exterminar outra religião. Esse é que é o maior erro que...

RBP - Mas vocês sentiram uma ameaça.

YS - Essa ameaça não se sentiu por causa dos católicos, porque até hoje os católicos após a independência, a Igreja Católica após a independência, é uma igreja tipicamente moçambicana e mais uma igreja mais confortável quando João Paulo II, o falecido Papa veio ao público admitir erros no passado e pediu desculpa pelo passado, na sua aliança com o poder escravagista/colonialista, ele reconheceu que isso não era

correcta conduta da Igreja e isso tranquilizou mais as pessoas e até hoje nós lutamos por isso. A religião, na realidade, não estão criadas condições em Moçambique, para o Estado estar aliado a uma religião oficialmente. Então manter-se essa laicidade e a religião que se faz manter-se fora do aparelho do Estado, então pensamos que é uma coisa boa. Nós queríamos evitar que, por exemplo, um senhorio concede o seu espaço a um sapateiro á saída do seu edifício. Ele está a descer a sua escada e um salto se estraga e ele pede àquele homem a quem concedeu o espaço para ver se lhe consertava o sapato. Vai a consertar e depois pergunta:

- "Quanto te pago?"

- "É pá, desculpa lá, não é nada."

E nós queríamos é evitar isso. Uma religião se vai apoiar um determinado partido político e esse partido político amanhã quando está no poder, se pedir favores...

RBP - Mas o que está a dizer é que havia... a população, ou quem aderiu ao PIMO, ou quem teve a ideia da génese do PIMO, havia a ideia de que a RENAMO é que iria ganhar as eleições e que a RENAMO, por ser um partido de centro-direita é que estaria apoiada pela Igreja Católica, nomeadamente pela Comunidade de Stº Egídio. E é uma resposta a essa hipotética...

YS - Não, a Comunidade de Stº Egídio nunca foi vista até agora como uma ameaça política ou religiosa em Moçambique. É vista até como parceiro da paz e parceiro dos muçulmanos, mas o que é a ameaça é o saudosismo do sistema colonial. O que é ameaça é o nosso medo de surgir uma aliança entre a RENAMO, ou a RENAMO como partido político que iria concretamente lidar com a religião católica aos modos da aliança que havia entre a Igreja Católica colonial onde, por exemplo, a RENAMO poderia proclamar que a religião oficial em Moçambique é a Igreja Católica.

RBP - E o Estado não seria laico e passava a ter uma religião oficial.

YS - Pois, pois.

RBP - Qual é o processo do PIMO a partir daí? Porque o PIMO tem asiáticos no início, depois deixa de os ter, depois há um grupo de muçulmanos influentes que é convidado a participar nas listas da FRELIMO, há o "Movimento Islâmico" no Parlamento. Conte-me essa história toda, por favor.

YS - Pessoalmente sou antigo combatente, participei na guerrilha contra o colonialismo, nessa altura não era muçulmano. Era

independente, etc, em 1986 converti para o Islão, entrei para a religião islâmica e, "prontos", fui vivendo como qualquer moçambicano, fui acompanhando as evoluções políticas, a guerra acabou, proclamou-se a época da paz, a democracia que seria uma nova Constituição, em 90, não é? E foi concretamente nessa altura quando começamos a fazer uma reflexão, olha se o passado colonial voltar de novo outra vez hoje como conduta do Estado, isso é mau, porque o mundo está a evoluir, portanto ninguém pode ser religião mais forte em relação a outra á custa do Estado, ou da Constituição. Então foi necessário, concretamente, tomar uma decisão, participar, não ser telespectador, participar. Nós como muçulmanos temos que participar como parte integrante nesta fase na Nação e só faz sentido participar quando a pessoas cumpre com as regras democráticas, estando enquadrado dentro de um partido e o partido reivindicar o Poder e concorrer ao Poder de uma forma legal e respeitar as balizas da Constituição, agora que é laico e, a nossa Constituição determina que ninguém pode prejudicar o outro em termos de um partido que diz que: "Olha, você é católico, você é muçulmano e tens aqui o seu meio e fica um militante de segunda porque você pertence à religião islâmica ou você pertence à religião cristã." Isso não existe, a religião, ou raça não existe, somos todos iguais. Portanto, nós queríamos concretamente manter isso e fazer com que os muçulmanos não morassem à margem da lei e deviam entrar oficialmente no processo político e dizer que: "Olha, nós, os nossos direitos são esses e esses direitos não chocam com quem não está interessado em seguir a religião islâmica. Nós todos somos cidadãos." Então, foi nessa base que concebemos o partido PIMO e eu fui, concretamente, fundador do partido PIMO, em 1993. O partido foi registado porque identificou-se com esses parâmetros democráticos e foi aceite pela lei e quando o partido surge a interpretar esses sinais todos, uma camada de muçulmanos ricos, comerciantes, eles acharam que isso, é pá, são coisas de política, é para os políticos. Ainda recordo palavras do Amade Camal:

- "Olha a política minha, como empresário, é negócios, não é nada disso aí. Quem está no Poder e quer vir ter comigo há-de vir ter, quem está no Poder e não quer vir ter comigo, não há-de vir ter! Não me quero lá ligar a ninguém."

E o nosso ponto:

- "Porque nós somos muçulmanos, temos algo a esclarecer em relação ao passado, era bom se..."

- "Ah não, não, não. Se precisarem de uma caneta, eu dou, agora não é eu..."

Ok, então sentimos um apoio porque reconheceu a necessidade da existência do partido e ainda fomos crescendo juntos. Então quando chegou á fase das eleições, parece que uma certa

peritagem que dava assistência ao partido do Poder, um tal "Vox Populi", uma máquina de propaganda brasileira e já tinha, concretamente, chamado á atenção e, nós temos aqui uma Constituição muito estranha em relação aos países que nos rodeiam. Até hoje diz-se que é proibida a formação de partidos religiosos em Moçambique, mas, entre aspas, estão a dizer que é proibida a formação de um partido islâmico, talvez, porque...

RBP - Desculpe interrompê-lo, só para tirarmos aqui uma dúvida. O PIMO é acusado de o "I", que lá está de "Independente", ser de "Islâmico". Alguma vez houve essa ideia? É uma ideia enganadora? É uma ideia sedutora? Aquele "I", o nome é feito desta forma com a ideia de induzir as pessoas de que aqui é "Independente", porque não podemos colocar "Islâmico", porque a Constituição não deixa, mas não deixamos de ser islâmicos?!

YS - Ya, isso melhor essa pergunta ser colocada a mim, concretamente, mas eu acabei escrevendo, posso lhe oferecer uma obra que ajudou a opinião pública, pelo menos o Parlamento Moçambicano que questionou isso e, eu fui a público, escrevi a esclarecer que sim. Se for partido islâmico não ofende a laicidade do Estado Moçambicano, porque a laicidade no islâmico não é impedir o seu parceiro de ser aquilo que ele pensa, mas sim é você dar-lhe apoio se caso um muçulmano assuma o Poder, tem que até mobilizar os recursos do Estado para poder sustentar a diferença do seu concidadão. Pode construir as igrejas, pode usar o erário público, o espaço público, queria dizer, para apoiar as religiões que não são islâmicas e isso prova-se durante a época da expansão islâmica. Se os muçulmanos, no tempo dos califados, fossem a exterminar os judeus, hindús e cristãos, durante a conquista islâmica, então certamente que não teria restado nenhum vestígio da Igreja na Europa, nem na Ásia. O Estado Islâmico sempre respeitou as diferenças, porque o Alcorão diz que não há coacção na religião, ninguém pode ser coagido a aderir ao Islão e, se alguma autoridade islâmica souber que a pessoa foi coagida por motivos sociais, ou porque queria emprego, ou porque queria uma posição no Estado, ou porque o patrão lhe considerou ser muçulmano, é libertado. O Islão tem que ser construído no formalismo. Eu tive esta iniciativa e escrevi e esclarecemos, que mesmo se o nosso Estado que diz que não há partidos religiosos e o PIMO apareceu com "I", de "Islâmico" para "Independente", como forma de passar a sua mensagem, mas se admitisse abertamente que há partidos religiosos, que a África do Sul admite, o Malawi admite, Zâmbia admite e Zimbábue, esses países de minoria islâmica admitem. Não teria nenhum problema, porque sendo mesmo "Islâmico" com "I" grande, ou "Independente" á sombra do "I", não tinha algo

sustentado pelo Alcorão ou pelos Hadiths, que sustentem que exterminem os cidadãos não muçulmanos.

RBP - Mas, Yaqub Sibindy neste momento, está a assumir que o PIMO é um partido islâmico?

YS - Eu assumo que o PIMO como partido islâmico, Moçambique como República Islâmica, não iria tirar nada, nadinha ao cidadão, daquilo que hoje o cidadão goza desse direito. Não é nenhuma ameaça, em que um determinado cidadão... Quer dizer, digo uma coisa: Assumo que se Moçambique for proclamada República Islâmica de Moçambique, o PIMO como Partido Islâmico de Moçambique, pelo contrário, os direitos dos cidadãos serão aumentados, desde a mulher, da criança, direito de opção religiosa vão-se esclarecer e vão-se expandir cada vez mais seguro do que agora. O que eu desafio é de que, uma república laica, na interpretação que nós temos hoje, não evita nada de um fenómeno estranho que o Islão pode vir a tirar a ordem interna, ou o bem-estar do cidadão em relação àquilo que... pelo contrário essa laicidade, que está sendo assumido...

RBP - Não garante nada que o Islão não possa garantir.

YS - Ya.

RBP - Como é que o Movimento Islâmico surge e como é que são feitos os convites para a adesão destes á FRELIMO?

YS - Quando o PIMO é registado como partido oficial e proclama a sua vontade de concorrer às eleições legislativas e eleições presidenciais, às quais fui candidato em 1994, a assessoria da FRELIMO se apercebe de "Olha, aqui há-de haver o voto religioso" e se esse voto religioso fosse esmagador, então a FRELIMO não ia passar. Mais uma vez, aquilo que evitaram, na transferência da capital para o sul, hoje voltou a ser ameaça na introdução do sistema democrático. Havia necessidade de fazer uma engenharia para alterar isso, então essa necessidade passou por evitar que houvesse partido formalmente islâmico, que fosse concorrer às eleições, mas como houve um contorno no meio disto tudo em que conseguiu-se colocar "Partido Independente de Moçambique", que também eu posso até aproveitar esta oportunidade que não se trata de uma hipocrisia, nem da minha parte, nem de ninguém do partido. Quem é independente, do ponto de vista islâmico é Deus, Allah é que é independente das suas criaturas e Islão também é "Paz", um dos 99 atributos de Allah. Escrever "Partido Islâmico de Moçambique", ou "Partido Independente de Moçambique", perante Shariat (Lei Islâmica), não altera nada, não é hipocrisia

nenhuma e, perante a opinião pública, aquilo que se diz que o Islão ofende o direito de opção de uma pessoa, então isso não é Islão e a partir dali podemos sossegar os não muçulmanos...

A engenharia política da FRELIMO achou melhor, "olha, ou o esquema dos computadores e faz-se uma terceira bancada" e mais tarde surgiu a União Democrática, "ou negocea-se com os mais fortes do PIMO para eles integrarem a bancada da FRELIMO". Se se mostrarem esclarecidos na matéria, hão-de recusar integrar e hão-de querer ir sozinhos. Então não os deixem ir sozinhos, dão essa "assessoria" (sugestão) ao Chissano, mas deixem-nos ganhar uma pequena bancada na qual não tenham grande expressão, mas que fiquem contentes, tá a ver? E essa bancada mais tarde apareceu com 9 deputados, que foi a União Democrática. Então a liderança, a suposta liderança...

RBP - Desculpe lá, eu ainda não percebi o que é a União Democrática. Como é que surgem os deputados da União Democrática, vêm de onde?

YS - Eu apliquei aqui o tema engenharia eleitoral...

RBP - Mas eles são o quê, são deputados independentes?

YS - São uma bancada...

RBP - Mas foram eleitos nas listas de quem?

YS - Nas listas democráticas... da União Democrática.

RBP - Mas a União Democrática é um partido que surge de onde?

YS - É uma coligação que surge entre os partidos políticos.

RBP - Mas uma coligação que surge entre quais partidos políticos, entre FRELIMO e RENAMO?

YS - Não, não, não.

RBP - A União Democrática não tem nada a ver com a União Eleitoral?

YS - Não, isso é uma outra coligação.

RBP - Exactamente.

YS - Mas isso que estamos aqui a falar são engenharias eleitorais, o esquema eleitoral pode ser apresentado ao público

e aquilo que for comandado aos computadores, dará o seu resultado. Pode ser a favor de si ou de mim, depende de quem opera.

RBP - Bem, mas a verdade é que foram guardados 20 lugares para os muçulmanos.

YS - Foram propostos para eles. Infelizmente a FRELIMO, foi enganada quando deixou-se levar por racismo, na definição da liderança do PIMO. Publicamente o Presidente do PIMO é Yaqub Sibindy e ele é que também é fundador do partido e a partir dali a FRELIMO foi negociar com agentes económicos indianos e esses agentes económicos conseguiram enganar o Chissano e a FRELIMO dizendo "olha aquele Sibindy que está aí, é uma pessoa simplesmente rebocada por nós que temos poder económico. A gente diz-lhe cala, ele cala, a gente diz corre, ele corre, a gente diz senta, ele senta. Portanto, não é um político de inspiração independente e quem o está a financiar somos nós". Simplesmente estavam a mentir, pois eu nunca recebi financiamento desses senhores. Então, como eles queriam ameaçar o Chissano, porque tinham muito dinheiro que poderiam injectar no PIMO e o PIMO poderia concretamente ser o partido mais forte, porque tem uma base eleitoral muito forte "oh pá, ou você negocea connosco ou a gente rebenta contigo". Então o Chissano aí ficou, concretamente... tá a ver...

RBP - Houve um bluff, uma desinformação.

YS - Ya, então ele aceita fazer um acordo com os comerciantes e pergunta "aquele aí que está atrás do PIMO" e os comerciantes respondem "se não lhe dermos dinheiro ele vai morrer por si próprio".

RBP - Portanto, há um acordo ao serem oferecidos aqueles assentos parlamentares àqueles comerciantes muçulmanos influentes, estava implícito o fim físico do PIMO.

YS - Esse foi o negócio. Vocês matam fisicamente o PIMO e ocupam 20 assentos no Parlamento. Então o que é que acontece... olhe eu estou-lhe a dar esta declaração pública com muita segurança, porque eu fui cristão e pela circunstancia passei pelo comunismo também, eu vivi uma experiência viva da minha vida. Então, quando o Chissano tomou essa decisão, eu em 1995 comecei a pensar "o que é que eu posso fazer por esse país, pois perdi eleições?" O país sofreu uma guerra de desestabilização, uma guerra que não poupou infra-estruturas, o povo está pobre. Mesmo como perdedor, eu tenho que participar e comecei a tentar ver

qual o apoio que poderia trazer para Moçambique. Então o partido PIMO tomou a decisão de mobilizar países árabes, países islâmicos e vender a imagem que este país pode ser membro da Organização da Conferência Islâmica (OCI), de modo que os fundos desses países pudessem também ajudar o desenvolvimento e a reconstrução económica deste país. Então, concretamente em Março de 1995 viajei para os países árabes, para certos países islâmicos, onde fomos fazer uma série de visitas e estas visitas culminaram concretamente com o reatamento de relações diplomáticas, em que hoje Moçambique hoje é membro da OCI. O primeiro relatório que eu trouxe, depusitei nas mãos do Presidente Chissano. Veja, para os meus compatriotas que estão a ocupar os 20 assentos, eu era um cadáver declarado, mas este cadáver que a FRELIMO queria ver morto e que os meus colegas também queriam ver, trouxe uma oportunidade para o meu adversário e dizer "o senhor pode contar com o apoio destes países". Dei-lhe todos os contactos necessários e com esses contactos o Chissano como Chefe de Estado respondeu, "será que desta vez os árabes vão corresponder à cooperação connosco? Porque eu fiquei 10 anos como Ministro dos Negócios Estrangeiros e o único país que correspondeu foi o Egipto. Os outros países são todos muito cínicos. Será que dessa vez é possível nós entrarmos na ribalta?" E eu respondi-lhe, "Senhor Presidente, eu estou disponível para cooperar, os contactos estão aqui, o senhor avança e se precisar eu estou disponível. Tenho a certeza, como muçulmano, que os países árabes vão apreciar a situação de Moçambique e Moçambique pode entrar seguramente na OCI e ser um dos membros beneficiários dos fundos desta organização."

RBP - E foi?

YS - Hoje é. Então, foi nesse aspecto em que surge a lista do "Movimento Islâmico", como forma de se distanciar do PIMO e ser visto de uma outra forma. Ora foi "Frente Islâmica", ora foi "Movimento Islâmico". Então, os 20 assentos... primeiro surgiu a carroça e depois é que passou o burro... primeiro surgiu o poder político e depois é que foram fundar o partido que não existia. Fundaram o "Movimento Islâmico", a imitar os argelinos e a "Frente Islâmica"...

RBP - Sim, mas isso é mais tarde em 1999, não é?

YS - Não, não, entre 1994 e 1999 tivemos essa situação. Foi nisso, concretamente e a FRELIMO admitia isso e a FRELIMO como forma de provar que a aliança deles com os deputados poderia chegar à escala que fosse, porque ele como partido do poder ia

passar, não havia nenhuma ilegalidade, é quando, no entanto, introduziram também feriados islâmicos...

RBP - É verdade, diga-me uma coisa, um dos...

YS - Desculpe, só para concluir, surgem deputados e surgem ministros. O Sr. Dr. José Abudo, muçulmano convicto e praticante, no entanto, na nossa campanha eleitoral, quando nós estávamos concretamente a querer...

RBP - Nós quem, o PIMO?

YS - Exacto. Quando estávamos a dizer "olha a candidatura à presidência da república cabia ao Sr. Yaqub Sibindy, que sou eu", portanto, em caso de vitória, formamos o Governo mas temos que ter quadros e dentro desses quadros mencionávamos o nome do Dr. Abudo como Chefe do Governo, por exemplo, e surgiram mais outros, Ayres Ali mais tarde, etc, Abdul Razaque e companhia, tá a ver. Então a FRELIMO repescando esses quadros todos e ocupou-lhes para evitar que houvesse resposta desses intelectuais no caso de uma derrota do PIMO, pois eles iriam continuar a trabalhar na imagem do PIMO e o PIMO continuaria a fazer muita força. Só para dizer o seguinte, o PIMO em vez de se declarar como partido morto, pelo contrário, eu posso dizer que fizeram o *salat janazah* (oração fúnebre) a um caixão vazio.

(Risos)

RBP - Então mas estamos aqui a falar de dois negócios. Um negócio era o de "vocês, 20 deputados, 20 comerciantes influentes aderem à FRELIMO e liquida-se fisicamente o PIMO" e por outro lado os muçulmanos também estavam convencidos de que esta oportunidade que lhes era dada, também lhes iria permitir por iniciativa parlamentar consagrar legalmente os 2 Eids como feriados nacionais.

YS - A ideia de tudo isto eram troca de favores, não é?

RBP - Exactamente.

YS - Aquela bancada, portanto a sub-bancada, o nome melhor que merece é esse, eles tinham que provar alguma coisa à comunidade islâmica, que reivindicava direitos políticos, a FRELIMO dá esse recurso como esmola, mas no fundo de tudo isso estava o quê? Estava a troca de favores nos negócios, porque aquele grupo dos 20 foram ganhando simpatias e hoje estão bem posicionados economicamente, porque como camaradas, tá a ver, tinham

privilégios, que lhes permitem fazer negócios melhor em relação a qualquer outro cidadão e então foi na base disso que eles tinham esse interesse. Mas esse interesse é mais particular do que público e publicamente tinham que arranjar um argumento que se chamaria de "Eids Feriados Islâmicos". Só lhe quero dizer o seguinte, quando fizeram a oração fúnebre a um caixão vazio, então isso custou-lhes muito caro, porque em 1999 o partido FRELIMO analisou e concluiu que não, parece que os senhores estão sendo hipócritas connosco, ou vocês apoiam o PIMO de noite e de dia sentam-se connosco e dizem "viva a FRELIMO e abaixo o PIMO".

RBP - Mas eles apoiavam-no "à noite"?

YS - Não apoiavam como até hoje nunca apoiaram. Só quero dizer que o PIMO foi um partido que foi fundado com os seus próprios argumentos e tem as suas próprias motivações e são essas motivações, que mesmo sem nenhum financiamento planificado, consegue fazer passar a sua voz. E nós provamos que o caixão estava vazio, quando continuamos a fazer política, dividiu a bancada da FRELIMO. Como puderam garantir que o PIMO vai desaparecer, se eles continuam a falar?

RBP - Ah e por isso não renovaram em 1999?

YS - Exactamente, é quando eu esclareço que eu escrevi num livrinho...

RBP - Então você é que fez o *Janazah* deles?

YS - Pelo contrário, em vez de ser eu enterrado, acabaram por serem enterrados por mim! Portanto eles como a sub-bancada desapareceram e o PIMO ainda hoje continua, tá a ver!

RBP - Haviam duas grandes rivalidades na tal sub-bancada, que era Nazir Loonat e Amade Camal...

YS - Surgiu, surgiu porque o ...

RBP - Deixe-me só esclarecer uma coisa que é importante. Nazir Loonat é um indiano e Amade Camal é um mulato. Sem racismos.

(Pausa de Sibindy para reflectir um pouco)

YS - Isso é um facto real. Eu quero dizer o seguinte, a informação de que o PIMO com Yaqub Sibindy podia exercer uma negociação séria com o partido FRELIMO, ou teria uma pequena

bancada independente, ou teria uma integração de 20 assentos, foi concretamente absorvida por uma figura indiana e agente económico, amigo da FRELIMO.

(Nova pausa para reflectir)

Sem eu estar a testemunhar directamente, quero acreditar que... o que é que acontece, Sr. Yaqub Loonat, pai do Maulana Nazir Loonat, é que aparece como o maior dinamizador deste negócio da integração de 20 deputados. Então havia necessidade de *apretizar* (sic) o grupo para as pessoas não acharem que a liderança islâmica exclui os nativos. Então, é quando foram conseguir convencer o Amade Camal. Aquela declaração que eu dei o Amade Camal diz que "Sibindy, eu não quero nenhum partido político, o meu partido é o meu negócio, eu não voto em nenhum partido, o meu partido é trabalho, portanto para negócios falam comigo". Portanto os lucros de Amade Camal não significam nenhum partido político. Foi na altura que estávamos a fazer as listas para a formação do PIMO. Mas o mesmo Amade Camal, contactado já com ingredientes de negócios, ia a deputado, ia a quê... então, ele como ia com o Yaqub Loonat aceita integrar o PIMO, nesta altura, mas o PIMO discrimina os negros, Sibindy e a sua ala.

RBP - Então era o PIMO...

YS - Na maneira indiana. Então é nesse aspecto que o Camal aceita, mas quando chega lá encontrou concretamente este ambiente. O Camal pecou porque quando ele foi convidado devia chegar lá e calar a boca. Mas o Camal chega lá e tenta concretamente querer ser o quê? Ser um... tomar iniciativas, tá a ver? somos um grupo, ninguém é líder aqui, somos todos uma liderança. Então na verdade é um hóspede que quer concretamente ocupar o espaço do dono da casa e isso provocou as fissuras, que fizeram cair esta muralha.

RBP - Mas a tal tensão existente entre Nazir Loonat e Amade Camal são... porque há outro pormenor, eles também partilham a mesma casa religiosa, pertencem ambos à Mesquita da Polana. Um é um clérigo influente, de nomeada, Nazir Loonat, é Maulana, é o Imam da Mesquita, é um líder religioso e o Amade Camal é Vice-Presidente da Direcção da Mesquita e um empresário influente. É, digamos, o homem que paga as contas da água e da luz da mesquita, enquanto o outro é o líder religioso.

YS - Não a maioria das despesas daquela mesquita sempre foram pagos com fundos asiáticos, o Camal, o que é que ele fez

concretamente? Encontrou a pápa feita e quis usar. Foram estratégias políticas infantis, não é?

RBP - Mas a pápa feita é o quê, a mesquita?

YS - A mesquita.

RBP - Mas explique-me uma coisa, porque há uma ruptura nessa mesquita que vai depois dar lugar à construção da Mesquita Taqwa...

YS - Olha, essa gente a carroça à frente do burro.

RBP - Mas quem é essa gente?

YS - Esses 20 deputados. Porquê? Primeiro ganharam assentos e mais tarde quiseram formar um partido, uma força política, que não fosse 100% da FRELIMO e que é que acontece? Esses 20 deputados estão na FRELIMO e não estão a defender a causa dos muçulmanos, estão a defender a FRELIMO, estão dirigidos na base dos estatutos da FRELIMO, são um instrumento na bancada da FRELIMO, nada de querer vir cá ao público defender os muçulmanos. Então isto esvaziava eles, tá a ver? Então eles tinham que procurar criar alguma força política própria e dizer que eram donos daquela bancada, tá a ver? Normalmente nasce um partido político, o partido político ganha assentos e começa a trabalhar e eles primeiro ganharam os assentos e queriam de alguma forma fazer uma força política. Então é nesta fragilidade que há uma crise de liderança, porque não se conheciam entre eles. Fazer um partido político não é uma coisa fácil. Ora de dia aparece como "Frente Islâmica", ora muda para "Movimento Islâmico", nunca dando cartas de quem é líder.

RBP - Que é o problema do Moçambique islâmico deste momento, que também reflecte a falta de liderança desde a morte de Abubacar Mangirah.

YS - Nem o próprio Abubacar Mangirah conseguiu oferecer um consenso à liderança islâmica. Apareceu o Congresso, apareceu o Conselho, etc. Um exemplo concreto, aquele caso agora das 40 crianças recrutadas e carregadas no camião. Aminudinne está a distanciar-se daquele projecto das crianças, é por causa disso, porque Aminudinne não é líder dos muçulmanos, se ele quiser é líder do Conselho Islâmico. Pode ser que aqueles fulanos que preparam aquelas 40 crianças, queriam vir negociar com Aminudinne para ficar com algumas crianças para integrarem o seu colégio interno.

RBP - Como já foi feito anteriormente.

YS - Certo, iam negociar depois a outra madrassa 3 ou 4 e assim seguia...

RBP - Ou ao Nazir Loonat.

YS - Exacto, que também tem uma madrassa que está a dirigir. Aqui parece que na tentativa de dar uma opinião, de que eu sou líder e não conheço esta informação, me pareceu, para os que não vivem o dia-a-dia desta comunidade, que um líder que não conhece o que se passa na sua comunidade, não pode ser líder. Não existe liderança islâmica em Moçambique.

RBP - Mas voltando atrás, é o que se passa na Mesquita da Polana que se reflecte no Parlamento, ou é o que se passa no Parlamento que se reflecte na Mesquita da Polana?

YS - Foi necessário, depois de terem 20 lugares, eles deviam aprovar um líder independente, então o núcleo aparentemente estava em redor de Maulana Nazir, por ser um líder religioso. Mas ele só tinha essa liderança na Polana, ele era Imam na Polana e então acontece que esse grupo dá o sinal de que eles partem daqui, aquela coisa da Frente Islâmica. Acontece que o Camal, que também não quer ficar atrás, já era por coincidência Vice-Presidente da Direcção desta mesquita. O Presidente já era uma pessoa frágil e cansado, até vem a falecer depois e é quando o Camal também reclama "não, é pá, este lugar aqui também interessa-me tomar também como posição que também sou líder". Então os dois aparecem em primeiro lugar e começam o *bajulismo* no sector político a querer queimar um ao outro e isso foi envolver uma série de situações perigosas, armas perigosas foram utilizadas para tal e muito racismo. Por exemplo, quando houve aquela incriminação da "cabeça humana". O Camal disse "olha esse assunto se fosse com um mulato ou um negro, tenho a certeza que ninguém se reunia aqui para ponderar sobre este assunto, como tocou a um indiano, é por isso que vocês aqui querem dramatizar o caso. Entreguem o caso à justiça e logo se verá.

RBP - Essa *estória* da "cabeça humana", estou farto de a ouvir, mas ainda não percebi o que é a "cabeça humana". O que é que aconteceu com a "cabeça humana"?

YS - "Cabeça humana", praticamente, foi uma estratégia falida. O autor não conheço, mas era para incriminar a família Loonat.

RBP - Mas então matou-se uma pessoa, decapitou-se uma pessoa e entregou-se essa cabeça quem?

YS - Há muitas versões, como por exemplo, você nesta altura, se consumiu o que a RTP África e a comunicação social em Moçambique retratou sobre o tráfico das 40 crianças, você pode até ficar com a ideia de que havia intenção de pôr em perigo a vida das crianças, extracção de órgãos, ou coisas assim, tá a ver não é? Mas na prática, para quem visse, não é isso. Então hoje diz-se que aquela cabeça humana foi de um homem vivo, mas na prática há outra opinião, aquela cabeça humana foi extraída da casa mortuária, porque aquelas facas que mais tarde foram apanhadas, são facas que têm sido usadas na casa mortuária.

RBP - Mas qual era *o jogo*, onde é que a cabeça foi entregue?

YS - Era para atingir directamente a família Loonat. Foi entregue na Mesquita Bab'ul Salam, cuja propriedade pertence aos Loonat. Foi entregue ao Imam da mesquita, mas este não fala português, não conhecia a pessoa que lhe entregou o saco com a cabeça.

RBP - Ai o Bab'ul Salam é dos Loonat?

YS - Ya, ya.

RBP - Não sabia! Mas esse Maulana (Imam de Bab'ul Salam) é o quê, indiano, paquistanês?

YS - Paquistanês.

RBP - Em que ano é que isso acontece, da "cabeça humana"?

YS - Salvo erro, foi de 1998 para 1999.

RBP - E a cabeça humana é entregue onde, aparece onde?

YS - É entregue a uma pessoa que diz que encomendou e a polícia diz que as suas patrulhas o interceptaram.

RBP - Por acaso.

(Risos)

YS - Pois, por acaso. O executor, ao entregar *o negócio* ao seu autor moral, nem se conseguiam cumprimentar, porque um fala urdú e o outro fala português. Uma confusão de coisas. Chegou-se à

conclusão que, realmente, a cabeça humana era de um cidadão moçambicano, etc, etc, mas o senhor diz que foi encomendar a cabeça a fulano...

RBP - Mas a cabeça humana era para ser entregue onde? Isso ficou definido alguma vez?

YS - Não, não ficou definido porque o próprio autor não soube explicar, ele indica uma vítima que a justiça provou que não é possível chegar a esse *negócio*, pá.

RBP - E a vítima era o...

YS - É pá, era a família Loonat.

RBP - Sim, mas era o paquistanês Maulana da Mesquita Bab'ul Salam?

YS - Sim.

RBP - Ok. Porque é que os deputados do grupo dos 20 na renova na segunda legislatura e o Ministro Abudo renova na segunda legislatura?

YS - O grupo dos 20 continuou a fazer a sua aliança, aqueles que têm negócio, fazem os seus negócios. Não renovaram na segunda legislatura, porque a FRELIMO viu que os muçulmanos não são ameaça política. São uma comunidade grande, numerosa, mas não representam ameaça do ponto de vista político, porque estão divididos, não têm liderança. O Ministro Abudo renovou, porque era um recurso eleitoral importante, porque é natural da Província de Nampula.

RBP - Quais são os planos do PIMO neste momento?

YS - O PIMO está agora integrado numa coligação, que lidera e que dá pelo nome de "Bloco da Oposição Construtiva" e temos assento parlamentar como observador e também estamos envolvidos no projecto "Fundação Moçambique Contra a Pobreza". Vamos continuar a lutar e a provar que o caixão continua vazio.

FONTES E BIBLIOGRAFIA

- PUBLICAÇÕES OFICIAIS

Lei nº 10/2004, Boletim da República de Moçambique, I Série, Nº 34, Quarta-feira, 25 de Agosto de 2004II Recenseamento Geral da População e Habitação, 1997. Instituto Nacional de Estatísticas

- PERÍODICOS

Jornal "A Mensagem", 09 de Novembro de 2007, Edição 79, Ano II
Jornal "Notícias", 26 de Fevereiro de 1996. Edição n.º 23 420
Jornal "Notícias", 28 de Fevereiro de 1996. Edição n.º 23 422
Jornal "Notícias", 29 de Fevereiro de 1996. Edição n.º 23 423
Jornal "Notícias", 05 de Março de 1996. Edição n.º 23 426.
Jornal "Notícias", 06 de Março de 1996. Edição n.º 23 427.
Jornal "Notícias"13 de Março de 1996. Edição n.º 23 433.
Jornal "Notícias", 15 de Março de 1996. Edição n.º 23 435
Magazine Independente, 06 de Fevereiro de 2008, Ano I, nº 44

- FONTES ORAIS

Lófti Dáoudi Mohámed, Coordenador Provincial da AMA em Cabo Delgado. Pemba, 20 de Dezembro de 2005. Não gravada.

Sheikh Aminudinne Mohammad, Presidente do Conselho Islâmico de Moçambique, concedida a 17 de Janeiro de 2006, no Instituto Hamza, Matola. Não gravada.

David Alone, alto quadro do Partido RENAMO, ex-combatente, ex-prespo político, membro do Conselho de Estado. Matola, 15 de Fevereiro de 2006. Não gravada.

Hassan Makda, Presidente do Congresso Islâmico de Moçambique. 21 de Junho de 2007, Maputo. Não gravada.

Yaqub Sibindy, Fundador e líder do Partido Independente de Moçambique (PIMO), entrevista gravada concedida a 12 de Fevereiro de 2008, Vila das Mangas, Maputo, Moçambique.

- BIBLIOGRAFIA

Ahmedali, S. A.; "Islam in Mozambique (East Africa)", pág. 47; Islamic Literature, Vol. XV, 1969

Alpers, Edward A.; "Islam in the Service of Colonialism? Portuguese strategy during the Armed Liberation Struggle in

Mozambique". Lusotopie 1999, Consultado a 07 de Outubro de 2008 em <http://www.lusotopie.sciencespobordeaux.fr/alpers.rtf>

Baessa Pinto, Maria João Paiva Ruas; "O islamismo em Moçambique no contexto da liberalização política e económica (anos 90): A Província de Nampula como estudo de caso.". Dissertação de Mestrado, Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa, Lisboa, 2002.

Bonate, Liazzat J. K.; "Roots of Diversity in Mozambican Islam", Lusotopie XIV (1) 129-149; Koninklijke Brill NV, Leiden, 2007; www.brill.nl

Carvalho, José; "A Concordata e o Acordo Missionário de Salazar", Via Occidentalis Editora, Março de 2008.

"Consolidemos aquilo que nos une."; Colecção Unidade Nacional, nº 1; Edição 0386/INLD/83 - Instituto Nacional do Livro e do Disco, 1983.

Costa Dias, Eduardo; "Islão Negro versus Verdadeiro Islão - Dilema ou sintoma de persistente e injustificada discriminação dos muçulmanos africanos subsaarianos?", Africana Studia nº 8, Revista Internacional de Estudos Africanos; Faculdade de Letras, Centro de Estudos Africanos da Universidade do Porto, 2005.

Enes, António; "Moçambique - Relatório apresentado ao governo"; Divisão de Publicações e Bibliotecas, Agência Geral das Colónias, Lisboa, 1946, 3ª Edição. Publicado pela primeira vez em 1893.

Freyre, Gilberto; "Um Brasileiro em Terras Portuguesas"; Livraria José Olympio Editora; Rio de Janeiro, 1953.

João, Benedito Brito; "Abdul Kamal e a História de Chiúre nos Séculos XIX e XX - Um Estudo sobre as Chefaturas Tradicionais, as Redes Islâmicas e a Colonização portuguesa"; Arquivo Histórico de Moçambique, Estudos 17; Maputo, 2000.

Macagno, Lorenzo; "Outros Muçulmanos - Islão e Narrativas Coloniais"; Imprensa de Ciências Sociais, Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa; Outubro de 2006.

Macagno. Lorenzo; "Les Nouveaux Oulémas. La reconstitution des autorités musulmanes au nord du Mozambique"; Lusotopie XIV (1) 151-177; Koninklijke Brill NV, Leiden, 2007; www.brill.nl

Medeiros, Eduardo; "Irmandades Muçulmanas do Norte de Moçambique (Ideologias e Religiões em Moçambique, I); Colecção "Textos de Apoio DCI", 25; Universidade Técnica de Lisboa, Instituto de Economia e Gestão, 1995/96.

Monteiro, Fernando Amaro. "As Comunidades Islâmicas de Moçambique. Mecanismos de Comunicação." Revista Africana, nº 4, Março de 1989

Monteiro, Fernando Amaro. "Moçambique 1964-1974: As Comunidades Islâmicas, o Poder e a Guerra." Revista Africana, nº 5, Setembro de 1989

Morier-Genoud, Eric; "The Politics of Church and Religion in the First Multiparty Elections in Mozambique"; Internet Journal of African Studies nº 1; April 1996.
<http://www.bradford.ac.uk/research/ijas/ijasno1.htm>

Morier-Genoud, Eric; "The 1996 «Muslim Holidays» Affair: Religious Competition and State Mediation in Contemporary Mozambique.": Journal of Southern African Studies, Vol. 26, nº 3; September 2000.

Morier-Genoud, Eric; "L'islam au Mozambique après l'indépendance-Histoire d'une montée en puissance"; L'Afrique politique 2002, Islams d'Afrique: Entre le Local et le Global; Centre d'Étude d'Afrique Noire; Éditions Karthala.

Newitt, Malyn; "História de Moçambique"; Biblioteca da História; Publicações Europa-América, 1997.

Serra, Carlos; "História de Moçambique-Volume I"; Livraria Universitária, Maputo, 2000.

Zawangoni, Salvador André; "A FRELIMO e a Formação do Homem Novo (1964-1974 e 1975-1982); Maputo, 2007.

- INTERNET

<http://africanelections.tripod.com/mz.html>

<http://www.alem-mar.org/cgi-bin/quickregister/scripts/redirect.cgi?redirect=EEFZyZyFAAXovADxBp>
<http://www.as-sidq.org/memoni/>

<http://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/f/f1/MuslimDistribution3b.JPG>

<http://www.mapsofindia.com/maps/gujarat/gujarat.htm>

<http://www.memon.com>